INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MESQUITA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ROGÉRIO KLEM VARGAS

A FORMAÇÃO E O RESGATE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMO
FERRAMENTAS DE REFLEXÃO PARA A ATUAÇÃO DO TÉCNICO-
ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO (TAE) NO CAMPUS NITERÓI DO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)

MESQUITA

2025

ROGÉRIO KLEM VARGAS

**A FORMAÇÃO E O RESGATE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMO
FERRAMENTAS DE REFLEXÃO PARA A ATUAÇÃO DO TÉCNICO-
ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO (TAE) NO CAMPUS NITERÓI DO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Mesquita do Instituto Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Barreto Almada
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Castaneda
Ribeiro

MESQUITA

2025

V297 Vargas, Rogério Klem

A formação e o resgate da memória institucional como ferramentas de reflexão para atuação do técnico-administrativo em educação (TAE) no campus Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro / Rogério Klem Vargas. – Mesquita: IFRJ, 2025.

156f.: il. color.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). / Campus Mesquita, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Barreto Almada

1. Memória Institucional. 2. Técnico administrativo em educação (TAE). 3. Educação e Formação Profissional I. Instituto Federal do Rio de Janeiro II. Título.

IFRJ/CMESQ

CDU 371.048

ROGÉRIO KLEM VARGAS

**A FORMAÇÃO E O RESGATE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTAS
DE REFLEXÃO PARA A ATUAÇÃO DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
(TAE) NO CAMPUS NITERÓI DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de maio de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

RAFAEL BARRETO

ALMADA:05441195762

Assinado de forma digital
por RAFAEL BARRETO
ALMADA:05441195762

Prof. Dr. Rafael Barreto Almada
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Orientador

Documento assinado digitalmente

LUCIANA CASTANEDA RIBEIRO

Data: 02/06/2025 09:42:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Luciana Castaneda Ribeiro
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Coorientadora

Documento assinado digitalmente

ANA CARLA DE SOUZA GOMES DOS SANTOS

Data: 01/06/2025 19:30:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Carla De Souza Gomes Dos Santos
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente

GABRIELA VENTURA DA SILVA DO NASCIMENTO

Data: 13/06/2025 15:22:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Gabriela Ventura Da Silva
Instituto Federal do Rio de Janeiro

ROGÉRIO KLEM VARGAS

**O técnico-administrativo em educação e fortalecimento da EPT no *Campus* Niterói
do IFRJ (Vídeo)**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de maio de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

RAFAEL BARRETO Assinado de forma digital por
ALMADA:05441195762 RAFAEL BARRETO
ALMADA:05441195762

Prof. Dr. Rafael Barreto Almada
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Orientador

Documento assinado digitalmente

LUCIANA CASTANEDA RIBEIRO
Data: 02/06/2025 12:11:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Luciana Castaneda Ribeiro
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Coorientadora

Documento assinado digitalmente

ANA CARLA DE SOUZA GOMES DOS SANTOS
Data: 01/06/2025 19:31:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Carla De Souza Gomes Dos Santos
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente

GABRIELA VENTURA DA SILVA DO NASCIMENTO
Data: 13/06/2025 15:21:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Gabriela Ventura Da Silva
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Dedico à minha querida mãezinha, Dilma Klem Vargas, que seguirá eternamente viva em meu coração. Seu legado e sua memória foram minha inspiração ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grato a Deus, pois sem Sua presença e amparo esta jornada não teria sido possível. Aos meus filhos, Brunno Abreu da Fonseca Vargas, Daniella Abreu da Fonseca Vargas e à minha nora, Maria Clara Pereira Lages, dedico minha profunda gratidão, pois seu amor, apoio e incentivo foram a fonte da minha força para seguir adiante.

Ao Prof. Dr. Rafael Barreto Almada, cuja orientação e profundo conhecimento foram essenciais para a concretização deste trabalho. Sua paciência, comprometimento e paixão pelo saber serviram como uma valiosa fonte de inspiração ao longo dessa jornada.

À Prof.^a. Dr.^a. Luciana Castaneda Ribeiro, minha coorientadora, expresso minha gratidão por sua orientação criteriosa e pelo apoio ininterrupto. Sua dedicação e entusiasmo pela educação são verdadeiramente inspiradores.

Manifesto minha gratidão à Prof.^a Dr.^a. Gabriela Ventura da Silva e à Prof.^a Dr.^a. Ana Carla de Souza Gomes dos Santos, cujo conhecimento e conselhos foram essenciais para a realização deste trabalho.

Também expresso minha gratidão ao Prof. MSc. Eudes Pereira de Souza Junior por suas valiosas ideias, incentivo e por viabilizar a realização deste trabalho junto aos técnicos-administrativos em educação no *Campus* Niterói do IFRJ.

Sou profundamente grato a todos os professores que fizeram parte desta jornada. Cada um de vocês teve um papel essencial na minha formação acadêmica.

Expresso minha mais sincera gratidão aos meus colegas técnicos-administrativos em educação do *Campus* Niterói do IFRJ. Com cada um de vocês, tenho aprendido e continuo aprendendo muito. Seguiremos sempre juntos em nossas jornadas.

Aos meus colegas de turma do ProfEPT de 2023, sou muito grato pelo nosso convívio, pelo apoio mútuo e pela torcida constante pelo sucesso de cada um de nós.

Sem o apoio dessas pessoas essenciais em minha vida pessoal, acadêmica e profissional, a conclusão deste trabalho não teria sido possível. Sou imensamente grato a cada um de vocês.

RESUMO

O tema dessa pesquisa é a formação e o resgate da memória institucional como ferramentas de reflexão para a atuação do Técnico-Administrativo em Educação (TAE) do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Como o TAE atuante no *Campus* Niterói pode compreender sua relevância como protagonista no contexto em que se insere e contribuir de maneira mais concreta para o fortalecimento da EPT, levando em conta o seu papel histórico e institucional? O objetivo é analisar a importância do papel desempenhado pelos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) na consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no *Campus* Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). A pesquisa busca evidenciar como esses profissionais contribuem para a construção de um modelo de ensino que integra abordagens omnilateral, integral, interdisciplinares e alinhadas às demandas contemporâneas de formação da população da região. Por meio de pesquisas documentais, são abordadas tanto a trajetória histórica da Rede Federal de Educação, desde sua criação até a fundação dos Institutos Federais, incluindo o IFRJ, quanto a origem da categoria dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) e a estruturação de seus respectivos cargos. Com base em um levantamento bibliográfico abrangente, busca-se fomentar reflexões e destacar os Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) como agentes indispensáveis para o fortalecimento institucional e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), participando ativamente na formação de discentes com pensamento crítico, responsabilidade social e qualificados para o mundo do trabalho. Para atingir esse objetivo, a pesquisa investiga a percepção dos TAEs do *Campus* Niterói do IFRJ sobre a EPT, resgata a memória institucional do *campus* dentro do contexto de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontra e analisa como esses profissionais compreendem a relação de sua atuação com a proposta de omnilateralidade da EPT. O produto educacional desenvolvido é estruturado em uma série de tópicos apresentados na forma de um vídeo animado, com o intuito de proporcionar aos TAEs do *Campus* Niterói do IFRJ para a formação com o foco estratégico de seu trabalho. Esta formação visa alinhar as atividades diárias do trabalho aos objetivos, finalidades e características da instituição, promovendo o fortalecimento da Rede Federal de Educação e da EPT.

Palavras-chave: Técnico-Administrativo em Educação, Instituto Federal do Rio de Janeiro, Educação Profissional e Tecnológica, Formação Integral.

ABSTRACT

This study explores the development and recovery of institutional memory as tools for reflection on the role of Technical-Administrative Education Staff (TAEs) at the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ). It investigates how TAEs at the Niterói Campus can understand their relevance as key actors within their institutional context and contribute more effectively to strengthening Professional and Technological Education (PTE), considering their historical and institutional roles. The study aims to analyze the significance of TAEs in consolidating EPT at the IFRJ's Niterói Campus, highlighting their contributions to building an educational model that integrates holistic, integral, and interdisciplinary approaches aligned with the contemporary educational needs of the region's population. The research employs documentary analysis to examine the historical trajectory of the Federal Education Network—from its inception to the creation of the Federal Institutes, including the IFRJ—as well as the origin and structuring of the TAE career category. Through a comprehensive literature review, the study fosters reflection and underscores the TAEs as essential agents in institutional strengthening and in advancing PTE. It emphasizes their active role in the formation of students equipped with critical thinking, social responsibility, and the skills needed for the labor market. To achieve this, the study investigates TAEs' perceptions of PTE, recovers the institutional memory of the Niterói Campus—considering the local context of socioeconomic vulnerability—and analyzes how these professionals relate their work to the omnilateral educational proposal of PTE. As an educational product, the research presents a series of animated videos designed to guide TAEs at the Niterói Campus in aligning their daily activities with the strategic objectives of the institution, ultimately reinforcing the mission of the Federal Education Network and the development of PTE.

Keywords: Educational administrative technician, Federal Institute of Rio de Janeiro, Professional and Technological Education e Comprehensive Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição da Rede Federal de Educação no Brasil	40
Figura 2 – Evolução cronológica do IFRJ.	58
Figura 3 – Campus provisório do <i>Campus</i> Niterói do IFRJ.	62
Figura 4 – Criação, estrutura e organização do <i>Campus</i> Niterói do IFRJ no bairro do Sapê.	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cargos efetivos de Técnicos-administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino	32
Quadro 2 – Cargos efetivos de Técnico-administrativos em Educação extintos no âmbito das Instituições Federais de Ensino.....	33
Quadro 3 – Cargo efetivo dos níveis C, D e E.....	35
Quadro 4 – Comparação entre termos empregados pelos participantes quanto à primeira questão no questionário e grupo focal.	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CANP – Colégio Agrícola Nilo Peçanha.

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica.

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

CEFETQ - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis.

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa.

CNIT – *Campus* Niterói.

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas.

COEX - Coordenação de Extensão.

COGP - Coordenação Geral de Pessoas.

CoTP - Coordenação Técnico-Pedagógica.

COTUR - Coordenação de Turno.

COVID-19 - coronavirus disease 2019 (infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2)

CSH - Ciências Sociais e Humanas.

CST - Curso Superior de Tecnologia.

CSTI – Coordenação de Suporte a Informática.

CTQI - Curso Técnico de Química Industrial.

DA - Direção Administrativa.

DE – Direção de Ensino.

DG – Direção Geral.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

EPT – Educação Profissional e Tecnológica.

ETFQ - Escola Técnica Federal de Química.

ETFQ-GB - Escola Técnica Federal de Química da Guanabara.

ETFQ-RJ - Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro.

ETF – Escola Técnica Federal.

ETN - Escola Técnica Nacional.

ETQ - Escola Técnica de Química.

FIC - Formação Inicial e Continuada.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IF – Instituto Federal.

IFE – Instituto Federal de Educação.

IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Espírito Santo.

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis.

MEC – Ministério da Educação.

NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas.

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

NUGEDS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OMS - Organização Mundial de Saúde.

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

PE – Produto Educacional.

Pear - Projeto de Educação Ambiental nas Redes.

PEI - Plano Estratégico Institucional.

PIC – Plano de Implantação do Campus.

PNDP - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

RCLE - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido.

RFEPCT - Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica.

SA – Secretaria Acadêmica.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos.

TAE - Técnico-Administrativos em Educação.

TI - Tecnologia da Informação.

TILSP - Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UMar - Unidade Maracanã.

UnED - Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis- UnED.

UNil - Unidade Nilópolis.

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

WEB – Rede mundial de computadores.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	OBJETIVOS.....	25
2.1	Objetivo Geral	25
2.2	Objetivos Específicos	25
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
3.1	O trabalho como princípio educativo	28
3.2	Referencial normativo	30
3.3	Cargos efetivos de técnico-administrativos em educação no âmbito das instituições federais de ensino	31
3.4	O plano de carreira dos técnico-administrativos em educação	34
3.5	A atuação dos técnico-administrativos em educação na EPT	36
3.6	A relevância da rede federal no território nacional quanto às suas políticas de educação profissional e tecnológica	39
3.7	Memória e história: a construção da Educação Profissional e Tecnológica 47	
3.8	A origem do IFRJ	54
3.9	Origem do <i>Campus</i> Niterói do IFRJ, a sua relação com o entorno e o seu compromisso a EPT.....	62
4	METODOLOGIA	87
4.1	Procedimento de coleta e análise dos dados.....	90
4.2	Questionário	90
4.3	Grupo focal.....	92
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	95
6	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	97
6.1	Resultado do questionário para direcionamento do produto educacional. 98	
6.1.1	Pergunta 1 do questionário: "O que você entende por Educação Profissional Tecnológica (EPT)?"	98
6.1.2	Pergunta 2 do questionário: "Como você se vê no seu cargo/função?" 100	
6.1.3	Pergunta 3 do questionário: "Além do seu setor, você também interage com outro(s) setor(es)?"	101
6.1.4	Pergunta 4 do questionário: "Você se conecta com discentes do campus em que atua?"	102

6.2	Elaboração do produto educacional	103
6.2.1	A origem do Instituto Federal do Rio de Janeiro e seu propósito para EPT	104
6.2.2	A origem do Campus Niterói do IFRJ e seu propósito para a EPT	104
6.2.3	A importância dos cursos da EPT no contexto da cidade de Niterói	105
6.2.4	Os setores e suas funcionalidades integradas à EPT no Campus Niterói	105
6.3	Aplicação do produto educacional	106
6.4	Contribuições do produto educacional na formação dos participantes da pesquisa	107
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	109
7.1	Pergunta 1 do grupo focal: “O que você entende por Educação Profissional Tecnológica (EPT)?”	109
7.2	Pergunta 2 do grupo focal: “Para você, qual o compromisso com a EPT dos seguintes atores:”	112
7.2.1	“a) IFRJ?”	112
7.2.2	“b) Campus Niterói do IFRJ?”	113
7.2.3	“c) Técnicos Administrativos do Campus Niterói do IFRJ?”	114
7.2.4	“d) Discentes do Campus Niterói do IFRJ?”	115
7.2.5	“e) Comunidade do entorno do Campus Niterói do IFRJ?”	116
7.3	Pergunta 3 do grupo focal: “Na sua visão, o discente sabe da importância dos TAEs para desenvolvimento dos alunos perante os fundamentos da EPT?”	118
7.4	Pergunta 4 do grupo focal: “Quer deixar sua opinião ou sugestão para o melhor desenvolvimento da EPT no <i>campus</i> em que atua?”	119
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE A – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO	133
	APÊNDICE B – RESPOSTAS DO GRUPO FOCAL.....	139
	APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO DO VÍDEO	145
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	153

APRESENTAÇÃO

Ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, aprendi que o verdadeiro crescimento vem não apenas das conquistas, mas, especialmente, dos desafios enfrentados. Sempre busquei adotar uma postura reflexiva diante dos obstáculos, reconhecendo que cada experiência, positiva ou negativa, possui um valor pedagógico imensurável. Essa perspectiva tem me guiado, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tema central da minha dissertação. Minha jornada acadêmica, marcada por superações e aprendizados contínuos, me ensinou a importância da educação como ferramenta de transformação social. Acredito que a educação não deve ser limitada ao ensino de habilidades técnicas, mas deve ser um processo que fomente o desenvolvimento integral do ser humano, estimulando a reflexão crítica sobre o mundo ao nosso redor. Esse entendimento reflete diretamente na forma como percebo a EPT e o papel essencial dos servidores técnico-administrativos na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e transformador. Profissionalmente, sempre procurei alinhar minhas práticas aos princípios de comprometimento e ética. Acredito que as organizações, especialmente as educacionais, devem ser espaços de constante aprendizado, onde a colaboração e o engajamento de todos, independentemente do cargo, são fundamentais para o fortalecimento institucional e para o sucesso de seus projetos. Essa visão tem me motivado a contribuir com minha experiência na gestão e na capacitação de colegas de trabalho, com o intuito de criar um ambiente propício à inovação e ao crescimento coletivo. Acredito que, na educação, como na vida, os erros são tão valiosos quanto os acertos, pois nos ensinam a melhorar e a tomar decisões mais conscientes no futuro. A experiência, tanto acadêmica quanto profissional, tem sido, para mim, um processo de constante aprimoramento e descoberta, onde o objetivo é não apenas adquirir conhecimento, mas também contribuir ativamente para a evolução das instituições e das pessoas com as quais interajo.

1 INTRODUÇÃO

A evolução do sistema educacional brasileiro é marcada pela sistematização da dualidade do ensino, que se caracteriza por um modelo de formação dividido em duas esferas (Freitas *et al.*, 2018). De um lado, há a educação geral, mais abrangente, voltada principalmente para os filhos das classes economicamente favorecidas, preparando-os para o prosseguimento de estudos universitários e ocupação de cargos de liderança. De outro, existe a formação técnica específica, direcionada para atender imediatamente às demandas do mercado de trabalho, sendo esta desprovida de conhecimentos básicos e científicos necessários para a formação integral do homem, o que leva a classe trabalhadora a estagnar seu desenvolvimento e seu potencial criativo, em prol de sua sobrevivência no modo de produção capitalista.

Esta dualidade historicamente construída compromete um dos atributos mais essenciais do ser humano, que é sua capacidade única de interagir com o mundo e com outros seres, usando seus recursos para transformar a realidade ao seu redor. Uma das habilidades mais notáveis dessa capacidade é a construção e transmissão de conhecimento, algo que tem sido um processo fundamental desde os primórdios da humanidade (Araújo e Rodrigues, 2007). Inicialmente, os saberes acumulados pela experiência e pela prática não eram sistematizados de forma estruturada, mas, com o avanço das civilizações e das tecnologias, a necessidade de organizar, registrar e ensinar esses conhecimentos de maneira mais formal se tornou imprescindível. Essa transmissão de saberes não só preserva a experiência coletiva, mas também permite a evolução constante das sociedades, preparando as futuras gerações para lidar com os desafios de seu tempo. Portanto, restringir a quais grupos sociais é concedida a liberdade de expressar sua cultura, seus saberes e seu pensamento crítico equivale a negar a própria essência e origem do ser social da qual se constitui a humanidade.

Com isso, essa transmissão de saberes não pode se restringir a um processo fragmentado e unilateral. A verdadeira formação do ser humano, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, deve seguir os princípios da Formação Humana Integral ou Omnilateral, que considera a totalidade do ser humano. O trabalho, como elemento essencial e simbiótico da humanidade, deve ser visto não apenas como uma atividade prática, mas como um processo que integra e transforma a pessoa em sua totalidade, englobando não apenas a geração de ciência e tecnologia, mas também o desenvolvimento cultural, artístico e social. Assim, a formação omnilateral busca integrar os saberes

históricos, científicos, técnicos e culturais, permitindo que o indivíduo se desenvolva de maneira plena, sem cercear seu conhecimento e sua identidade.

Considerando o contexto da luta pela expansão do conceito integral de educação e as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é fundamental destacar a origem e o papel transformador dos Institutos Federais, instituições que representam um modelo de excelência no Brasil. A atuação dos Institutos Federais como agentes de mudança educacional vai além da mera oferta de formação técnica, incorporando uma visão holística que valoriza a integração dos saberes acadêmicos e profissionais. Dentro deste contexto, a coletividade de servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) desempenha uma função relevante na EPT, pois são esses profissionais, com seu trabalho diário e compromisso institucional, que sustentam e promovem a visão de uma educação ampla, que abarca não só o ensino técnico, mas também o desenvolvimento social, cultural e humano dos indivíduos. Ao lutar pela valorização e implementação de práticas educacionais integradas e de qualidade, os servidores técnico-administrativos contribuem ativamente para a construção de um Brasil mais justo e igualitário, onde a educação holística se torna uma poderosa ferramenta de combate à dependência do capital estrangeiro, por meio do desenvolvimento nacional.

No contexto histórico da educação profissional no país, os Institutos Federais surgiram como instituições relativamente recentes, estabelecidas em 2008 por meio da Lei n.º 11.892/2008. Desde então, essas instituições nesse novo modelo desempenham um papel de destaque na promoção da EPT, oferecendo formação técnica de qualidade e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A expansão da Rede Federal de Educação tecnológica foi acompanhada da ampliação das suas funções para ensino superior, integrado com a pesquisa e ampliação do desenvolvimento científico-tecnológico. Assim, vários CEFETs e Escolas Técnicas foram transformados, nos termos da Lei nº11.892/2008, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são "especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas" (RAMOS, 2014, p.79).

Vale ressaltar que a Lei nº11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; os Centros

Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG e Colégio Pedro II. (BRASIL, 2008). Esse número expressivo de instituições requer a prática mediadora dos TAEs de forma ampliada e atuante para atender as demandas dessa ampla modalidade de ensino oferecida.

Para acompanhar essa expansão pela qual os Institutos Federais passam, os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) desempenham um papel essencial no suporte das demandas pedagógicas e administrativas para garantir o funcionamento e o andamento das atividades acadêmicas e institucionais ligadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração. A atuação desses profissionais visa garantir os meios necessários para: suporte administrativo (organização e gestão das atividades, gestão de documentos), suporte pedagógico (elaboração e implementação de projetos, auxílio aos professores e alunos), além de interagirem com setores internos (Direção Geral, Direção de Ensino, Coordenação Pedagógica) e externos (Reitoria, Setor de Cadastro, Setor de pagamento) da instituição e também atuam na comunicação com outras instituições. São diversas as áreas de atuação desses profissionais: Administrador, Engenheiro, Bibliotecário, Pedagogo, Técnico em Laboratório, Assistente em Administração, Assistente de Alunos, entre outros. De acordo, com a Lei 11.091/05, artigo 3º, a gestão dos cargos do Plano de Carreira observará aspectos como: a natureza do processo educativo, função social e os objetivos do Sistema Federal de Ensino, a dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes, a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições, a qualidade do processo de trabalho e ainda, a oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas (BRASIL, 2005).

Mais especificamente, os TAEs lotados no *Campus* Niterói do IFRJ participam das estruturas administrativa e pedagógica na instituição. Dessa maneira, configuram-se como trabalhadores na área da educação e desempenham um papel fundamental no cumprimento da missão principal do *campus*, que é a formação integral dos estudantes em educação profissional e tecnológica, assim como aqueles que colaboram e contribuem para a instituição. No âmbito administrativo, realizam tarefas relacionadas à gestão de recursos humanos, patrimoniais e financeiros. Por outro lado, no âmbito pedagógico, participam ativamente das questões de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do currículo escolar na área da EPT. Esta classe de servidores também está presente na

cultura corporativa, entendida como os elementos sociais, culturais e psicológicos que impactam no comportamento da organização. Presentes também na atuação da instituição e são necessários ao planejar as iniciativas de desenvolvimento contínuo, além da essência da instituição, seu propósito e meta. Nesse sentido, há uma vinculação dos TAEs diretamente no desenvolvimento dos alunos do técnico integrado, concomitante e subsequente, ao ensino médio, interagindo com eles desde o seu início na instituição, passando pelo processo de amadurecimento até sua integração ao mundo do trabalho; do apoio ao corpo docente; de seus pares, atuando de forma a integrar o seu setor com todos os setores do *campus* e dessa forma colaborando continuamente com a EPT. Assim, os servidores técnicos-administrativos em educação (TAEs) estão intrinsecamente ligados aos objetivos, propósitos e características dos Institutos Federais (IFs).

Para o desenvolvimento dos capítulos para compor essa pesquisa, será dado destaque aos cargos efetivos de Técnicos-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino e o plano de carreira. Também será enfatizada a relevância da Rede Federal no território nacional quanto as suas políticas de Educação Profissional e Tecnológica, assim como traçar um panorama sobre a origem do IFRJ e a origem do *Campus* Niterói, sua relação com o entorno e o seu compromisso a EPT.

Com base nos termos discutidos, optou-se pela linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por investigar e compreender as estruturas organizacionais, práticas pedagógicas e memórias institucionais dos espaços educacionais no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, este trabalho se insere no tópico Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos da EPT, por se tratar de pesquisa voltada para os servidores técnico-administrativos em educação e seus espaços institucionais relacionados com a EPT.

No âmbito desta investigação, o ponto central consiste na identificação e disseminação dos papéis desempenhados pelos Técnico-Administrativo em Educação (TAE) que fortalecem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no *Campus* Niterói do IFRJ. A pesquisa visa analisar e propor estratégias de sensibilização dos TAEs, com o objetivo de estimular sua autopercepção como agentes ativos e impactantes nesse cenário, fortalecendo sua participação. Nesse sentido, a pesquisa aborda um desafio específico, focando no aprimoramento de práticas cotidianas que, muitas vezes, não são revisadas quanto à sua efetividade e procedimentos. Além disso, promove reflexões sobre a seguinte questão: de que maneira o TAE atuante no *Campus* Niterói pode compreender

sua relevância como protagonista no contexto em que se insere e contribuir de maneira mais concreta para o fortalecimento da EPT, levando em conta o seu papel histórico e institucional? Essa questão busca não apenas identificar oportunidades de aprimoramento, mas também valorizar a função essencial dos TAEs no ambiente educacional e incentivar seu engajamento ativo na construção de uma EPT mais eficiente, inclusiva e transformadora.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a importância do papel desempenhado pelos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) na consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no *Campus* Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

2.2 Objetivos Específicos

As seguintes etapas são realizadas para cumprimento do objetivo deste trabalho:

- Investigar a percepção do papel dos TAEs do *Campus* Niterói no exercício e consolidação dos princípios e diretrizes que regem a modalidade de educação profissional e tecnológica (EPT);
- Resgatar a memória institucional do *Campus* Niterói, num contexto de vulnerabilidade socioeconômica, dentro do papel da Rede Federal;
- Desenvolver um produto educacional em vídeo, através da ferramenta digital *VideoScribe*, que permita aos TAEs compreender a relação entre suas funções e a proposta de uma educação omnilateral na EPT.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre a educação profissional no Brasil revela que ela foi inicialmente concebida prezando pela formação de caráter imediato, voltada principalmente para a preparação para o mercado de trabalho, conforme salientado por Ramos (2008). A sistematização da Educação Profissional no Brasil teve início apenas no começo do século XX, como aponta Moura (2007). Contudo, as leis educacionais que emergiram nesse contexto estavam comprometidas com uma formação unilateral, em detrimento de uma formação omnilateral, desconsiderando a luta dos educadores brasileiros por uma educação igualitária. Esse modelo contribuiu para a fragmentação da educação profissional brasileira, limitando sua abordagem integral e multidisciplinar. Nesse contexto, indivíduos em situação de vulnerabilidade social frequentemente não dispõem de outras alternativas, sendo a aquisição de uma profissão a principal estratégia para suprir suas necessidades básicas e imediatas, fazendo-o abrir mão do exercício de atributos intelectuais que poderiam o tornar cidadãos críticos.

Visando combater esta tendência, a temática da educação omnilateral tem sido revisitada por diversos autores que questionam a permanência e a eficácia dos modelos educacionais que priorizam uma visão fragmentada do saber. Autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006) têm apontado a necessidade de uma reinterpretação das práticas educacionais, que antes se baseavam na dicotomia entre formação técnica e formação acadêmica. Eles enfatizam que, para alcançar uma verdadeira transformação social, a educação profissional precisa ser pautada por uma perspectiva que compreenda a totalidade do ser humano, integrando não apenas habilidades técnicas, mas também aspectos culturais, sociais e éticos. Nesse sentido, um foco mais amplo tem se dado na revisão das práticas educacionais dentro da rede federal, que, ao longo do tempo, tem promovido uma educação mais inclusiva e equitativa, com destaque para o papel dos Institutos Federais como promotores de uma formação mais abrangente e integrada.

Neste capítulo, serão abordados a visão do trabalho como princípio educativo e a evolução da rede federal de educação no Brasil, com ênfase no papel transformador dos Institutos Federais, destacando a origem e o desenvolvimento do IFRJ. Além disso, também serão abordados os aspectos legais relacionados aos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), destacando como sua atuação tem sido essencial para o fortalecimento das políticas educacionais institucionais. Será apresentada uma análise temporal da evolução do *Campus* Niterói, destacando seu desenvolvimento no contexto

histórico e institucional. Também serão destacados os papéis dos TAEs na implementação de uma educação integral que visa a formação omnilateral, capaz de atender às demandas complexas da sociedade contemporânea.

3.1 O trabalho como princípio educativo

O trabalho, enquanto atividade humana fundamental, sempre esteve no centro das discussões sociais, principalmente no que tange às suas implicações para a formação do ser humano. Segundo Offe (1989), a partir dos anos 80, a sociologia revisitou a centralidade do trabalho nas análises sociais, questionando sua função tradicional dentro das relações de produção capitalistas. O autor argumenta que a estrutura de trabalho na sociedade ocidental foi progressivamente transformada, sendo cada vez mais subordinada ao mercado e ao capital. Isso levou à precarização de vários setores produtivos, estimulando a exploração da força de trabalho, que não só esvazia o potencial criativo do trabalhador, mas também limita a sua capacidade de autodesenvolvimento. A alienação gerada pelas relações de trabalho, conforme afirmado por Lukács (1978), é um fator crítico para o processo de desconstrução da identidade e da humanidade do trabalhador, tornando-o apenas um componente da engrenagem produtiva.

O trabalho como princípio educativo é conceito central na atual política de Educação Profissional e Tecnológica. Em sua essência ontológica, o conceito de trabalho é amplamente enfatizado e considerado significativo nos estudos de Antunes (2009). Ele é reconhecido como uma atividade intrinsecamente humana e desempenha um papel central no processo de humanização do indivíduo, permitindo que ele transforme a natureza e, ao mesmo tempo, “autotransforma o próprio ser que trabalha” (Antunes, 2009, p.142). Também tem destaque e relevância as palavras de Frigotto e Ciavatta (2006, p.68), de que a organização do mercado produtivo “funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos.”

Frigotto (2009) argumenta que, devido às transformações econômicas, históricas e sociais nos modos de produção, o trabalho passou por uma mudança significativa em sua natureza. Anteriormente, o trabalho estava profundamente ligado à essência do ser humano, sendo uma atividade que o constituía. No entanto, atualmente, o trabalho se manifesta em sua forma histórica, principalmente na forma de emprego. Consequentemente, cada vez mais, o trabalho, que costumava ser um processo de construção do ser humano, foi reduzido a funções fragmentadas e mecanizadas, que

servem aos propósitos do sistema de produção capitalista. Nesta direção, Kuenzer (2002), afirma que “quanto mais se desenvolve a mecanização, mais ele (o trabalho) se fragmenta e automatiza, menos domínio do saber sobre o trabalho total ele exige, menos energias intelectuais e criativas ele mobiliza [...]” (KUENZER, 2002, p.77).

Mais recente, o trabalho como princípio educativo tem sido amplamente abordado e defendido por teóricos como Ramos (2008) e Moura (2013), reconhecidos educadores e estudiosos da área da educação no Brasil. Essa perspectiva busca uma formação omnilateral, que se contrapõe e supera a formação unilateral, característica predominante da sociedade capitalista, refletida tanto no sistema educacional quanto em outros segmentos formativos da sociedade. Considerar o trabalho como princípio educativo é buscar a essência da criação do homem através do trabalho. Segundo Ramos (2010) o trabalho como princípio educativo:

[...] está na base de uma concepção epistemológica e pedagógica, que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais, considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender as relações sociais e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação (RAMOS, 2010, p.69).

Ainda que o trabalho tenha sido tradicionalmente visto como um princípio educativo, a crítica à alienação do trabalho permanece atual. A visão de trabalho proposta por Lukács, que trata a atividade como essencial para o autodesenvolvimento humano, ganha um caráter essencial quando consideramos a necessidade de repensar as condições do trabalho nas últimas décadas. Em sua análise, ele se distancia da visão idealizada do trabalho como algo que “dignifica” o homem. Ao contrário, Lukács alerta para os perigos do trabalho alienado e fragmentado que, ao ser subordinado às lógicas de produção e ao mercado, impede que o indivíduo se realize plenamente. A busca por uma visão mais holística e integradora do trabalho, como descrita pelos pensadores como Frigotto (1980) e Gramsci (1981), desafia o modelo capitalista de produção e nos convida a pensar a educação profissional não apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas como um processo formativo que visa a construção de um ser humano integral. Esse movimento de transformação, onde o trabalho se torna um meio para a construção social e pessoal, é uma contribuição fundamental dos Institutos Federais, como o IFRJ, que se posicionam como espaços de resistência ao modelo fragmentado de educação e trabalho.

3.2 Referencial normativo

A reflexão sobre o trabalho como princípio educativo ganha uma relevância ainda maior quando aplicada ao contexto da Rede Federal de Educação, especialmente nos Institutos Federais, como o IFRJ. A proposta pedagógica desses institutos, ancorada nos princípios da educação profissional e tecnológica, busca não apenas formar trabalhadores para o mercado, mas promover uma formação integral que possibilite a emancipação e a reflexão crítica sobre as condições de trabalho e suas implicações sociais. Assim, o trabalho deixa de ser visto como uma mera atividade produtiva, passando a ser compreendido como um processo de construção de sujeitos autônomos, críticos e capazes de atuar na sociedade de maneira transformadora, alinhando-se às necessidades de um mundo em constante mudança.

Assegurar a consolidação desses princípios nos Institutos Federais requer esclarecer as atribuições de cada indivíduo, incluindo aqueles que ocupam cargos administrativos, os quais são sujeitos de análise neste trabalho. Neste sentido, adiante, serão apresentados os dispositivos legais, normativos e regulamentares que regem os direitos, deveres e regimes dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), com base na legislação brasileira vigente.

Regido pelo regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais da lei nº 8.112/1990, o servidor Técnico-Administrativo em Educação (TAE) é uma categoria presente dentro dos Institutos Federais de Educação (IFE's) e é composta por cargos divididos em cinco níveis (A, B, C, D e E), baseados no nível de educação ou qualificação.

Os níveis A e B correspondem ao ensino fundamental incompleto; o nível C exige o ensino fundamental completo e o ensino médio completo; o nível D contempla o ensino médio ou técnico completo; e o nível E, ensino superior completo. Dentre os cargos, destaca-se funções como: Assistente em Administração, Técnicos em Assuntos Educacionais, Assistente de Alunos, Bibliotecário-Documentalista, Auxiliar de Biblioteca, Psicólogo, Assistente Social, Contador e Técnico de Tecnologia da Informação, entre outros.

O TAE tem seu cargo estruturado pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE), que é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores Técnicos-Administrativos em Educação. Além das particularidades de cada função e das exigências

de qualificação específicas, todo Técnico-Administrativo em Educação possui atribuições gerais conforme disposto na Lei n.º 11.091/2005. Essas atribuições abrangem uma variedade de atividades que sustentam o funcionamento das instituições de ensino, desde questões administrativas até aquelas relacionadas diretamente ao apoio ao corpo discente e docente. Ao analisar o artigo, observa-se, portanto, que estes servidores possuem papel indispensável para o funcionamento das instituições de ensino, uma vez que os docentes apenas conseguem exercer suas atividades com excelência se integrado a um eficiente e organizado quadro de servidores técnico-administrativos.

Para se evitar dúvidas ao longo do texto, é importante destacar que se tem servidor Técnico-Administrativo em Educação (TAE) que faz parte de uma categoria nas Instituições Federais de Ensino (IFE's). Dentro desta categoria, também há os cargos efetivos de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE). Ao longo do nosso texto, a sigla TAE será utilizada em referência ao servidor Técnico-Administrativo em Educação.

Para além das atividades fins, os servidores TAEs se conectam e interagem em todos os setores do *campus*, incluindo as atividades permanentes de ensino, pesquisa, extensão e de gestão. Além das estruturas de cargos, os TAEs dispõem de estruturação de Plano de Carreira dos Cargos mencionados. A lei nº 11.091/2005 estabelece regras para a ascensão dos servidores e destaca alguns conceitos essenciais, como plano de carreira, nível de classificação e padrão de vencimento, além de normas como nível de capacitação e cargo, fundamentais para o desenvolvimento na carreira.

3.3 Cargos efetivos de técnico-administrativos em educação no âmbito das instituições federais de ensino

Considerando que a pesquisa tem como propósito evidenciar a relevância dos TAEs no fortalecimento do IFRJ e na materialização dos princípios da EPT, torna-se necessário um aprofundamento acerca da estruturação dos cargos no contexto das Instituições Federais de Ensino (IFEs). Neste sentido, o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, criado no âmbito do Ministério da Educação, está disposto pela lei nº 12.677/2012, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Cargos efetivos de Técnicos-administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino

DESCRIÇÃO DOS CARGOS	CLASSE	DESCRIÇÃO DOS CARGOS	CLASSE
ASSISTENTE DE ALUNOS	C	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	E
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	COMANDANTE DE LANCHA	E
AUXILIAR EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	C	COMANDANTE DE NAVIO	E
MARINHEIRO DE MÁQUINAS	C	CONTADOR	E
OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	C	DIRETOR DE ARTES CÊNICAS	E
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	ECONOMISTA	E
DIAGRAMADOR	D	ENFERMEIRO/ÁREA	E
MECÂNICO (APOIO MARÍTIMO)	D	ENFERMEIRO DO TRABALHO	E
REVISOR DE TEXTO BRAILLE	D	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	E
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	D	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	E
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	D	ENGENHEIRO/ÁREA	E
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	D	ESTATÍSTICO	E
TÉCNICO EM ALIMENTOS E LATICÍNIOS	D	FARMACÊUTICO	E
TÉCNICO EM ARQUIVO	D	FISIOTERAPEUTA	E
TÉCNICO EM AUDIOVISUAL	D	FONOAUDIÓLOGO	E
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	D	JORNALISTA	E
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	D	MATEMÁTICO	E
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	D	MÉDICO VETERINÁRIO	E
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	D	MÉDICO/ÁREA	E
TÉCNICO EM MECÂNICA	D	MUSEÓLOGO	E
TÉCNICO EM QUÍMICA	D	NUTRICIONISTA/HABILITAÇÃO	E
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	D	ODONTÓLOGO	E
TÉCNICO EM SECRETARIADO	D	PEDAGOGO/ÁREA	E
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	D	PROGRAMADOR VISUAL	E
TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS	D	PSICÓLOGO/ÁREA	E
ADMINISTRADOR	E	PUBLICITÁRIO	E
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	E	RELAÇÕES PÚBLICAS	E
ARQUITETO E URBANISTA	E	REVISOR DE TEXTO	E
ARQUIVISTA	E	SECRETÁRIO-EXECUTIVO	E
ASSISTENTE SOCIAL	E	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E
ASSISTENTE TÉCNICO EM EMBARCAÇÕES	E	TECNÓLOGO EM COOPERATIVISMO	E
AUDITOR	E	TECNÓLOGO/FORMAÇÃO	E
BIÓLOGO	E	TERAPEUTA OCUPACIONAL	E

Fonte: Brasil, 2012, Lei 12.677

Ainda, é importante ressaltar quais os cargos que foram extintos para fins de redistribuições, mas que existem ainda em atividade em alguns *campi*, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Cargos efetivos de Técnico-administrativos em Educação extintos no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

DESCRIÇÃO DE CARGOS	CLASSE	DESCRIÇÃO DE CARGOS	CLASSE
VESTIARISTA	A	IMPOSITOR	C
AUXILIAR RURAL	A	CONTRAMESTRE-OFÍCIO	C
ASSISTENTE DE ESTUDOS	A	OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO	C
ASSISTENTE DE MONTAGEM	B	OPERADOR DE MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM	C
CONSERVADOR DE PESCADO	B	OPERADOR DE CALDEIRA	C
DESENHISTA COPISTA	B	SONOPLASTA	C
PINTOR DE CONSTRUÇÃO CÊNICA E PAINÉIS	B	DATILÓGRAFO DE TEXTOS GRÁFICOS	C
AUXILIAR DE METEOROLOGIA	B	CONFECCIONADOR DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	D
ASSISTENTE DE CÂMERA	B	DIAGRAMADOR	D
OPERADOR DE TELE-IMPRESSORA	B	EDITOR DE IMAGENS	D
AUXILIAR DE INDÚSTRIA E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS	B	DESENHISTA-PROJETISTA	D
ASSISTENTE DE SOM	B	DESENHISTA TÉCNICO ESPECIALIZADO	D
AUXILIAR DE ANATOMIA E NECRÓPSIA	B	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	D
AUXILIAR DE MICROFILMAGEM	B	TÉCNICO EM EQUIPAMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO	D
MONTADOR-SOLDADOR	B	TÉCNICO EM MÓVEIS E ESQUADRIAS	D
AUXILIAR DE FARMÁCIA	B	TÉCNICO EM MÚSICA	D
ARMADOR	B	TÉCNICO EM TELEFONIA	D
ATENDENTE DE CONSULTÓRIO-ÁREA	B	TÉCNICO EM ARTES GRÁFICAS	D
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	B	DESENHISTA DE ARTES GRÁFICAS	D
AUXILIAR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	B	VISITADOR SANITÁRIO	D
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	B	MESTRE DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA	D
AUXILIAR DE AGROPECUÁRIA	B	COREÓGRAFO	E
BARQUEIRO	B	DECORADOR	E
AUXILIAR DE ARTES GRÁFICAS	B	HISTORIADOR	E
AUXILIAR DE SAÚDE	C	SOCIÓLOGO	E
ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS	C	ODONTÓLOGO - DL 1445-76	E
FOTOGRAVADOR	C		

Fonte: Brasil, 2012, Lei 12.677

Verifica-se que no Decreto nº 10.185/2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos específicos, foram extintos alguns cargos efetivos vagos e que vieram a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, além da vedação de abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para tais cargos. Dentre eles, destacam-se alguns cargos do plano de carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação - PCCTAE que vagaram e que foi vetada a abertura de concurso: montador

cinematográfico, técnico em aerofotogrametria, técnico em economia doméstica, técnico em educação física, técnico em eletroeletrônica, técnico em enfermagem do trabalho, auxiliar de creche, camareiro de espetáculo, revisor de provas tipográficas, entre outros.

Adicionalmente, no mesmo Decreto nº 10.185/2019 há cargos para os quais foram vedadas a abertura de concurso público: assistente de direção e produção, instrumentador cirúrgico, revisor de textos braile, técnico em artes gráficas, técnico em audiovisual, técnico em cinematografia, técnico em geologia, técnico em higiene dental, entre outros. Esse decreto não foi bem aceito pelos órgãos afetados com a extinção dos cargos. Tome-se como exemplo cargo de tradutor/intérprete de Libras de caráter efetivo: como foi vedada a abertura de concurso público para o exercício profissional de Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) fica evidente que muitos cidadãos foram atingidos por essa medida. A extinção de cargos do plano de carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação pode ter como consequência a terceirização dos serviços.

No decorrer do desenvolvimento desse trabalho, o Governo Federal do Brasil, publicou a Medida Provisória nº 1286, publicada em 31 de dezembro de 2024, que introduziu mudanças significativas no desenvolvimento da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs). Uma das principais alterações é a introdução de uma nova forma de progressão na carreira e, outro ponto relevante, trazido é a criação de dois novos cargos amplos dentro do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), o Técnico em Educação (nível D) e o Analista em Educação (nível E). Esses cargos, ainda pendentes de regulamentação, não afetaram o contexto da pesquisa, mas torna-se importante destacar esta alteração na legislação, pois afetará diretamente nos cargos do PCCTAE.

3.4 O plano de carreira dos técnico-administrativos em educação

Ainda na direção de oferecer um levantamento normativo acerca da descrição dos servidores, apresenta-se o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Este documento é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regula o desenvolvimento profissional dos servidores Técnico-Administrativos em Educação, está disposto pela lei n.º 13.324/2016. No Quadro 3, é citado um exemplo de cada cargo

efetivo dos níveis C, D e E com seus respectivos requisitos e descrições relativo ao PCCTAE.

Quadro 3 – Cargo efetivo dos níveis C, D e E.

NÍVEL	CARGO	REQUISITOS	DESCRIÇÃO DO CARGO
C	ASSISTENTE DE ALUNO	ENSINO MÉDIO COMPLETO; EXPERIÊNCIA DE 6 MESES.	Assistir e orientar os alunos no aspecto de disciplina, lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene, dentro das dependências escolares. Assistir o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas com os materiais necessários e execução de suas atividades. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Utilizar recursos de informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
D	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU MÉDIO COMPLETO + EXPERIÊNCIA DE 12 MESES.	Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

E	ADMINISTRADOR	CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO; HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Decreto nº 61.934 - de 22 de dezembro de 1967 dispõe sobre a regulamentação de exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965. Registro no Conselho competente.	Planejar, organizar, controlar e assessorar as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional. Prestar consultoria administrativa a organizações e pessoas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
---	---------------	--	--

Fonte: Portal do IFRJ. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/gestao-pessoas/servidor-tecnico-administrativo>>. Acessado em: 2024

3.5 A atuação dos técnico-administrativos em educação na EPT

A questão central desse capítulo é tratar sobre a importância da atuação dos técnico-administrativos em educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino como agentes atuantes e revolucionários capazes de intervir positivamente nos arranjos produtivos locais, e não como meros espectadores de uma promessa educacional revolucionária para a classe trabalhadora.

Os ocupantes dos cargos técnico-administrativo em educação (TAEs) da EPT são importantíssimos para que a estrutura administrativa dos *Campi* funcione eficazmente, entregando para o público alvo uma educação de qualidade, acompanhada de ações arrojadas que reflitam e fortaleçam a institucionalidade inovadora desta modalidade educacional. Eles estão diretamente imbricados nessa engrenagem que movimenta o trabalho nos Institutos Federais. Por isso, é importante que esses trabalhadores da educação, conheçam a legislação: Lei n.º 11.091/2005, que institui o plano de carreira dos técnico-administrativos em educação. Observa-se que o artigo 3º desse dispositivo legal destaca que a gestão desses cargos precisa entender como um dos princípios e diretrizes a “natureza do processo educativo, função social e os objetivos do Sistema Federal de Ensino” (BRASIL, 2005). Dessa forma, eles não estão apartados dos processos

educacionais que ocorrem nas instituições, não sendo meramente mão de obra administrativa. Eles precisam participar da função social e dos objetivos em relação à EPT conscientes do seu papel no acesso democrático à educação.

Desta constatação, destaca-se nessa pesquisa a importância de construir uma identidade sólida desses profissionais e de sua história através do processo dinâmico que é a rotina de transformações impostas pelas demandas da EPT. Essa construção precisa considerar reformulações constantes advindas de fatores externos, como por exemplo, a economia do país e as próprias transformações na carreira do servidor. Além disso, também é preciso pensar na atuação do TAE na realidade local onde estão inseridos visando à melhoria da qualidade da educação e da formação dos agentes. Essa formulação identitária do servidor é igualmente importante para a consolidação dos fundamentos políticos-pedagógicos da Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) para uma educação profissional e tecnológica transformadora depois de tantas perdas causadas pelas políticas neoliberais vivenciadas no Brasil e no mundo.

É preciso que os servidores entendam o compromisso dos Institutos com as políticas públicas na educação brasileira e trabalhem com consciência para o estabelecimento da qualidade e da democracia do ensino. Os TAEs devem abraçar o compromisso social de trabalhar com afincamento para que a classe trabalhadora seja acolhida nos Institutos Federais para superar as condições precárias nas quais a maior parte da população brasileira vive. Através da participação nas práticas educacionais junto aos arranjos produtivos locais para a formação integral dos trabalhadores, os TAEs podem produzir suas narrativas em direção ao diálogo entre as instituições e a sociedade. Eles têm como fortes aliados três alicerces do EPT, ensino, pesquisa e extensão, que integram os elementos também basilares ciências, tecnologia e cultura para a formação integral dos trabalhadores. Portanto, cada qual dentro da sua área de atuação pode aproveitar esses elementos para a elaboração e promoção de projetos, saberes, cursos de extensão para além dos muros da escola. Alcançar a população do entorno é uma meta inegociável, pois a relação dialógica com o entorno não se faz só com leis, mas sim com a ação das pessoas que estão envolvidas nesse processo de transformação. Pode ser visto como exemplo a iniciativa dos servidores para estreitar laços com a comunidade interna e externa com o Projeto de extensão: “Livros, arte, (em)canto: Círculo de Leitura da Biblioteca do IFRJ/Campus Niterói”, elaborado em meados do ano de 2018 por três servidoras da biblioteca do *Campus*:

O projeto foi orientado para o público externo, bem como para o público interno do IFRJ/*Campus* Niterói: discentes, docentes e técnico-administrativos. Assim foram elaboradas atividades direcionadas ao público das escolas no entorno do *campus*: docentes, discentes, estagiários, gestores, promotores culturais, agentes da educação. Também foram promovidas atividades “pegue e leve” literário, durante as quais a equipe da biblioteca e demais envolvidos com o projeto fortaleceram os contatos com o público externo, por meio das visitas/divulgação nas unidades de ensino municipal e estadual, previstas no cronograma.

[...]

Ao longo do projeto a equipe realizou encontros e reuniões de planejamento e avaliação das ações e atividades, bem como reuniões com docentes, gestores, promotores culturais, agentes da educação nas instituições do entorno do IFRJ/*Campus* Niterói, a fim de divulgar o projeto, propor e agendar a realização das atividades nas escolas. (NASCIMENTO; CARIELLO; PEREIRA, 2019, p. 1-2)

O exemplo da iniciativa das TAEs relatado anteriormente ilustra exatamente como é a formação política que se espera dos servidores, envolvidos no Projeto Político-Pedagógico e comprometidos com a proposta dos Institutos Federais, essa é a formação profissional da qual não se pode renunciar. É preciso enfatizar, portanto, que a formação desses servidores é elaborada a todo instante no cotidiano escolar e é, ao mesmo tempo, uma formação continuada para a consolidação identitária, tanto dos profissionais quanto dos Institutos, visto que fazem parte da construção de um projeto educacional vinculado a um projeto transformação social e ao fortalecimento política da EPT. Ainda sobre esse projeto de extensão, as articuladoras o apresentaram em outras instituições (como escolas e espaços públicos) para a divulgação das ações desenvolvidas no *campus*. Além da divulgação cultural, essas iniciativas alcançam outros públicos que ainda não conhecem o instituto nas imediações. Ao levar esses projetos para além dos muros da escola, os agentes também criam centros de referência cultural e de políticas públicas desafiadoras para a consolidação das unidades educacionais federais.

Observa-se a importância da aproximação dos servidores com a comunidade externa e o contato com outros setores para fazer um intercâmbio de saberes e fazeres para ampliar e inovar o processo de ensino-aprendizagem. Os TAEs, como sujeitos sociais, a partir do entendimento da dimensão temporal e histórica do local onde estão inseridos, devem buscar construir sua identidade profissional considerando as interpretações sociais locais e os movimentos de transformações essenciais para um futuro que começa no agora. É na observação do presente que eles podem agir de forma a deixar registrada a mudança na qual eles são agentes importantes para reescrever a história da EPT. A reflexão sobre essas questões da atuação dos TAEs na própria historiografia da Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica conduz a uma visão

crítica sobre esses trabalhadores: suas lutas, suas conquistas, as transformações na profissão, as consequências das inovações tecnológicas e tantos outros fatores internos e externos que fazem parte das transformações que acompanham os Institutos Federais e especificidade do campo educacional proposto pela EPT.

Além disso, observa-se que as categorias trabalho e educação ocupam a trajetória dos TAEs, seja como produção social de existência, ou em outros aspectos que entrelaçam suas vivências no espaço-tempo onde estão inseridos. Nesse caso, cabe ressaltar que eles estão inseridos em espaços de formação humana integral, fazem parte do processo educativo e suas ações devem refletir e impactar o desenvolvimento acadêmico do aluno no aspecto individual e coletivo. Assim, seu trabalho, posturas profissionais devem ser intencionais no sentido de fazer valer a proposição da junção de trabalho e educação, tanto para suas vivências quanto para a classe trabalhadora, público-alvo da EPT.

3.6 A relevância da rede federal no território nacional quanto às suas políticas de educação profissional e tecnológica

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, possui 41 instituições regionais que investem em atividades de pesquisa. Dessas, 38 são Institutos Federais, dois são Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 25 escolas vinculadas às universidades, o Colégio Pedro II e encerra este conjunto a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) (BRASIL, 2008).

Vale ressaltar a importância que a Rede Federal tem não só como ofertante da educação, mas também por contribuir através da interação com as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional e local e para a inclusão social, levando a todos os cantos do território nacional o empreendedorismo, o cooperativismo, a produção cultural, a produção, a geração e transferência de tecnologias sociais, a geração de soluções tecnológicas para demandas regionais e da oferta de pós-graduação *stricto sensu* para fortalecer as bases em educação, ciência, tecnologia, para gerar inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

Figura 1 – Distribuição da Rede Federal de Educação no Brasil

Fonte: Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acessado em: 2024.

A expansão da Educação Profissional a partir dos anos 2000 tem proporcionado mais equidade e maiores oportunidades para a classe trabalhadora brasileira para ampliar sua formação qualificada para o mundo do trabalho:

Na educação profissional e tecnológica (EPT), a instalação, entre 2003 e 2010, de 214 novas escolas vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de EPT e, ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (PACHECO, 2015, p. 7).

A criação dessas ofertas de cursos profissionais variados representa, para além do fortalecimento da EPT, a possibilidade de trabalhadores terem acesso à educação de qualidade, equidade no acesso ao mundo do trabalho e protagonismo social. Essa formação possibilita que pessoas, jovens e adultos, mesmo nas áreas mais distantes tenham acesso à formação plena como sujeitos que, muitas vezes, não tiveram acesso aos sistemas de ensino. Assim, é essencial o apoio às políticas de financiamento para ampliação a EPT.

O histórico da EPT sofreu com a dualidade entre a educação profissional e a educação propedêutica, assim:

A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. (RAMOS, 2014, p. 24).

A superação dessa dualidade, para ofertar um ensino de qualidade para todos, perpassa também pela qualificação dos TAEs; é preciso fortalecer os tecidos sociais da educação da EPT através da ação de agentes comprometidos com um novo universo educacional. Para a construção de um projeto de nação, que tem como um dos propósitos a superação da lógica do capital, se faz necessário um projeto democrático construído coletivamente.

A EPT, nesse caso, vincula objetivos estratégicos para a formação de trabalhadores para o mundo do trabalho na perspectiva omnilateral. Os TAEs têm, portanto, um papel primordial na estrutura organizacional dos Institutos para que os projetos pedagógicos desse seguimento estejam articulados com a sociedade civil para estabelecer uma relação dialética entre as instituições e a sociedade. Tendo em vista essa relação dialética, de acordo com Pacheco (2015) “todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa”, sejam professores, técnicos e demais trabalhadores da instituição, porque “suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa”. A conscientização dos trabalhadores da EPT em relação à importância da sua participação no processo educacional permite “a construção da autonomia de cada unidade, sustentada na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional” (PACHECO, 2015, p. 9-10). Entendida dessa forma, de acordo com a perspectiva da EPT:

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social.

[...] assim, diante dessas novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, torna-se absolutamente importante definir claramente o protagonismo daqueles que fazem educação em cada instituição de ensino e na sociedade como um todo.

[...]

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal. (PACHECO, 2015, p. 10-11).

Nessa proposta de formação para o mundo do trabalho podem ser incluídos, além dos estudantes, todos os atores do processo educativo visto que todos fazem parte da construção coletiva que se busca para a superação dos imperativos do capitalismo. De acordo com Pacheco (2015), a Rede Federal busca criar condições de fortalecer vínculos com a sociedade produtiva objetivando protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista para a construção de novos sujeitos históricos, capazes de transformar o mundo do trabalho na superação da barbárie neoliberal porque simplesmente, “os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal.” (PACHECO, 2015, p. 12).

O autor ainda destaca elementos inovadores que fazem com que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estejam na vanguarda das políticas de educação profissional: verticalidade (pois atuam em todos os níveis do ensino); certificação de saberes não formais (rompendo com a hierarquia de saberes e o academicismo); formação de professores em uma instituição técnica/ tecnológica; capilaridade e a adequação aos arranjos produtivos; e compromisso com as políticas públicas para a educação de qualidade. (PACHECO, 2015).

Além dessas peculiaridades dos Institutos Federais, salienta-se que se trata de modelo institucional inovador a partir do conceito de educação profissional e tecnológica. A estrutura multicampi (cursos técnicos, ensino médio, licenciaturas, graduações, especializações, mestrados profissionais e doutorados) fortalece a pesquisa e a inovação tecnológica e evidencia a missão e “o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social”. Essa concepção está intimamente ligada à “proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico)”. Percebe-se que essa matriz estrutural vai de encontro às concepções dualistas anteriores que investiam em Universidades para a elite e a formação técnica para os trabalhadores (id. Ibid, p. 13-14).

Pautou-se nas pesquisas de Pacheco (2015), para afirmar a relevância da Rede Federal no território nacional quanto às suas políticas de educação profissional e tecnológica que tem a proposta de uma formação contextualizada, em que os princípios e os valores buscam potencializar a ação humana, visando articular ensino técnico, científico, trabalho, cultura, ciência para a emancipação social dos sujeitos. A orientação

pedagógica dos Institutos perpassa questões como a provocação do pensamento analítico que contribui para uma formação ampla, flexível para a compreensão crítica sobre o mundo do trabalho. As políticas direcionadas à educação profissional e tecnológica estão intrinsecamente ligadas à expansão da Rede Federal: para a ampliação da oferta de cursos na modalidade EPT; para o aumento da base de formação de profissionais (mestres e doutores); para atendimento ao público do Proeja (Educação de Jovens e Adultos). Essas iniciativas estão alicerçadas na promoção da formação omnilateral, na qualificação para o mundo do trabalho, para assegurar o acesso e a democratização de ensino de qualidade no país.

Essas iniciativas têm como base ações de ensino, pesquisa e extensão que integram, indissociavelmente, ciência, tecnologia e cultura para a formação desses trabalhadores potencializando a investigação científica direcionada à construção da autonomia intelectual dos indivíduos reforçando o compromisso com o desenvolvimento social. O papel da educação profissional e tecnológica no contexto social atual pode ser percebido como exemplo inovador e emblemático das políticas públicas para a elevação da qualidade da educação brasileira e da formação emancipatória cidadã, para além de contribuir com o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Os Institutos federais despontam como inovadores da área educacional por estarem alinhados com um projeto de sociedade que vem sendo idealizado há tempos pelas convicções marxistas. Certamente, Gramsci diria que é um projeto que utiliza a cultura como sua maior arma para provocar as transformações sociais que realmente alcancem a todos. É realmente o início de uma revolução que o trabalhador busca, através da sua elevação cultural, efetivar mudanças na sociedade e no mundo do trabalho. Assim comparando, Antonio Gramsci, grande expoente da defesa do processo da revolução cultural, defendia a ideia de que, em uma perspectiva dialética, a totalidade social indicada na formulação de Karl Marx poderia fazer a transformação social no modo de produção capitalista. A mudança de mentalidade do trabalhador formado como um sujeito crítico nos estimula a reacender a luta pela elevação cultural tão apregoada pelos grandes defensores da liberdade:

[...] trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tomarem seus 'espartilhos'. (GRAMSCI, 2001, p. 110).

Considerando a cultura como composta por muitas experiências, muitas vivências, como família, religião, classe social, a escola, o trabalho... entende-se que uma nova

hegemonia cultural pode surgir a partir das ações formativas da EPT tanto no aspecto econômico quanto no ideológico na transformação das relações sociais que combatam as desigualdades estruturais. Visto dessa forma, os Institutos Federais podem ser considerados agentes estratégicos na implantação de políticas públicas essenciais para a qualificação e emancipação dos sujeitos, contribuindo para a elevação política e cultural das massas.

Através de um trabalho coletivo, os agentes trabalhadores da EPT precisam estar preparados para essa atuação da educação para valorização da diversidade e dos valores universais. O desenho institucional que se espera no atual contexto sócio-político-econômico todos os envolvidos no processo educacional dos Institutos Federais estejam dispostos a participar da intervenção na realidade para o desenvolvimento e modernização do país, estando a educação profissional e tecnológica como ferramenta para a valorização da cidadania e da transformação social.

O chamamento para que os Institutos Federais construam uma rede de compartilhamento de valores e ideias, com o propósito de estimular os seus agentes e estudantes como protagonistas dessa transformação social, além de fortalecer uma formação omnilateral, cria um espaço para exercer lideranças e cooperação mútua. Os servidores, junto com a sociedade devem fortalecer os laços humanos para expandir a ideia de que conhecimento é um dos elementos constituintes da cidadania plena. O fortalecimento desses laços para a transformação social também ajuda a organizar o trabalho didático, inerente à educação tecnológica, caracterizado pela transversalidade (diálogo entre educação e tecnologia) e pela verticalização (educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação) requisitos importantes para a integração dos conhecimentos da EPT tanto para a concepção desses quanto para sua execução no atendimento das demandas sociais, econômicas e culturais.

Devido a essas peculiaridades da EPT (integração e verticalização), os servidores, especialmente os TAEs, precisam entender sua missão como agentes de superação de modelos hegemônicos antes impostos e repensar suas carreiras como profissionais comprometidos com o trabalho reflexivo no sentido de proporcionar um contexto educativo que direcione para a construção da autonomia dos educandos. A urgência da adoção desse tipo de postura como profissional na EPT visa estabelecer o diálogo entre os conhecimentos disseminados pelos Institutos Federais (relacionados à ciência, à cultura, à tecnologia, ao mundo do trabalho) para fortalecer cada vez mais o compromisso emancipatório e a identidade dessas instituições. É uma oportunidade de construir

vínculos com os pares e com a comunidade externa para a valorização da cultura local e de construção da identidade profissional nesses espaços singulares.

A articulação entre educação, trabalho, ciência e tecnologia nessas instituições estão intrinsecamente relacionadas à superação das dualidades anteriores (ciência/tecnologia e teoria/prática). Essa característica da EPT visa ao diálogo permanente com as demandas da sociedade do entorno onde estão inseridos os Institutos Federais, assinalando sua relevância no território nacional a partir de suas políticas públicas diferenciadas partindo-se do micro para o macrossegmento. Aliada a essa característica, a EPT tem como referencial primordial o protagonismo dos sujeitos a partir da categoria trabalho como uma estratégia que compõe o tecido social em que a formação ocorre no decorrer da vida humana ao longo das relações sociais. A união educação e trabalho, além de desafiadora, traz uma concepção de ser humano com o potencial de desenvolver conhecimentos capazes de movimentar as engrenagens sociais no qual está inserido, seja em uma proporção local ou global, o que conduz a uma educação para a construção de um mundo mais democrático, inclusivo.

A partir das mentalidades construídas na EPT, alicerçadas nas bases do trabalho, ciência, tecnologia e cultura (conjugadas à tríade pesquisa-ensino-extensão), pode-se esperar a formação de indivíduos com potencial para serem agentes transformadores da política, da economia, na sociedade como um todo, atuantes no dinamismo histórico do país. É por esse ângulo que se percebe como conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos podem produzir relações sociais e de produção comprometidas com o cidadão, pois estão presentes na formação do trabalhador, protagonista da sua revolução pessoal e social. Assim, de acordo com Pacheco (2015), destaca-se a importância de alguns elementos fundamentais que estão na base da criação dos Institutos Federais: formação humana integral; cidadania, trabalho, ciência, tecnologia e cultura; o trabalho como princípio educativo; o educando enquanto produtor de conhecimentos.

A formação humana integral busca a superação da divisão social do trabalho, antes voltada unicamente para tarefas específicas demandadas pelo mercado de trabalho. O foco da característica da formação humana integral é formar um indivíduo capaz de assimilar o processo produtivo, a importância da sua participação nele e as relações sociais construídas a partir dele, em paralelo com relação às necessidades materiais e subjetivas. Visto assim, não seria forçoso dizer que: “a história da humanidade é a história da produção da existência humana e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo

trabalho”. (RAMOS, 2005, p. 115). Uma formação humana integral partindo de uma realidade subjetiva concreta em direção à totalidade social requer, da Rede Federal Profissional, Científica e Tecnologia (RFEPCT) um processo dialético das dimensões ontológicas e sociais nessa construção epistemológica.

Em relação à cidadania, ressalta-se que ela precisa estar diretamente associada aos direitos fundamentais preconizados na Constituição Federal na luta pela transformação social. A partir da emancipação do indivíduo através da aquisição dos conhecimentos necessários oriundos da formação humana integral, busca-se a superação do aspecto negador da cidadania plena imposto pelo imperialismo capitalista. A tarefa hercúlea da RFEPCT no contexto educacional atual é materializar uma educação capaz de despertar individual e coletivamente o sentimento de liberdade que conduza a compreensão dos ditames sociais, políticos, econômicos, no qual os sujeitos estão inseridos. A compreensão desses ditames e uma formação integral são essenciais para que a cidadania plena seja exercida por todos os indivíduos sabedores da importância de sua participação nesse processo de transformação social.

O trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são elementos basilares para a construção epistemológica da EPT que ajudam na compreensão, na intervenção e na reflexão da realidade social a partir processo de protagonismo dos sujeitos. Entende-se de acordo com Mészáros (1981) que o trabalho é a mediação de primeira ordem no processo de produção da existência humana. A ciência, através da aquisição de conceitos e métodos, permite a construção de novos conhecimentos que são importantes para a intervenção na realidade. A tecnologia é impulsionada pela produção do conhecimento da ciência. A cultura é tudo que é produzido pelo homem (símbolos, representações) e expressa determinada estrutura social e política de uma sociedade em um momento histórico. Considerando como ponto de partida essa visão de trabalho, ciência, tecnologia e cultura como elementos estruturantes da RFEPCT, busca-se a estruturação de um bloco social que tenha em seu bojo a dimensão ontológica e a dimensão do trabalho como prática social. A formação profissional é muito relevante atualmente, está ligada à dinâmica econômica e social, e passa por transformações aceleradas, devido ao dinamismo do capital, ao uso e descobertas da tecnologia e às forças produtivas. O trabalhador deve estar preparado para lidar com essa dinâmica e intervir ativamente neste processo histórico, no seu processo histórico. O papel da educação proposto pela EPT, portanto, deve possibilitar aos sujeitos que, além de fazer a reflexão crítica da realidade

que os cerca, desenvolvam habilidades capazes de interferir a estabelecer relações sociais que sejam justas, democráticas, cidadãs.

Destaca-se que, o trabalho como princípio educativo, é essencial para o afloramento de uma nova mentalidade nos indivíduos e na estrutura curricular, nas metodologias e na organização dos conteúdos da EPT:

Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. (BRASIL. MEC/SETEC, 2007, p. 45).

Ao se apropriar da realidade e transformá-la, o ser humano pode compreender o momento histórico no qual está inserido e, essa dimensão ontológica, nos conduz a dimensão ideológica crítica e compromissada com a sociedade que se quer construir; a formação integral do sujeito é, portanto, parte importante desse processo.

Assim como a formação integral é relevante para a EPT, para que os alunos sejam protagonistas de suas vidas, escolhas, caminhos percorridos, é preciso considerá-los como produtores de conhecimento, não meros reprodutores. Desse modo, a formação integral deve capacitá-los para produzirem conhecimento. Os alunos da EPT precisam ser incentivados a ter autonomia e a produzirem conhecimento através da pesquisa, lembrando-se do tripé: pesquisa-ensino-extensão. Nessa interpretação, o professor, junto com os TAEs, deve orientar, coordenar e incentivar os alunos a buscar o conhecimento, não somente reproduzi-los, eles devem ser provocados a saírem da zona de conforto e irem além do que já está pronto e dado. Corroborar-se com o fato de que “ensino, pesquisa e extensão têm de estar umbilicalmente ligados, superando a característica de atividades separadas e independentes”, e mais assertivo ainda “no caso específico dos Institutos Federais, a produção de tecnologias sociais deve ser uma das prioridades.” (PACHECO, 2015, 34).

3.7 Memória e história: a construção da Educação Profissional e Tecnológica

Também é oportuno considerar a memória e a história da RFEPCT. Para tanto, destaca-se que, Ciavatta (2016) entende que a relação entre memória e história utilizadas na pesquisa das ciências humanas e sociais é significativa porque “a história é uma forma elaborada de memória que vai além dos limites da vida individual. O passado é rememorado em uma unidade de tempo que se abre para o futuro e permite aos sujeitos sociais uma interpretação das mudanças”. A construção da pesquisa alicerçada na memória e na história ajuda a refletir “sobre como se escreve a história, entramos no

âmbito da historiografia, não apenas como sinônimo de história, como parecer significar em alguns trabalhos, mas como trabalho de reflexão sobre a própria forma de escrever a história”. Além disso, quando se analisa a EPT no eixo Educação e Trabalho e sua relação com a contradição do capital “deve se ocupar da história como produção social da existência, das diversas manifestações da vida humana: o trabalho, as diversas formas de sociabilidade, os múltiplos aspectos que concorrem para manifestar a historicidade da vida humana” (CIAVATTA, 2016, p. 3-4)

Em relação à educação omnilateral, formação integrada e a historicidade pode-se destacar que:

Todo processo educativo é parte comprometida com a sociedade onde se realiza. A historicidade da educação politécnica e da formação integrada deve ser buscada no contexto das sociedades que lhes deram forma. Também as transformações sociais não ocorrem em abstrato, mas enraízam-se na vida da sociedade, no tempo-espaço dos acontecimentos gerados sob a ação dos sujeitos sociais. (CIAVATTA, 2016, p. 13)

Entender as nuances do processo educativo, mapear e registrar esses movimentos para a construção identitária da EPT é um exercício constante dos pesquisadores para a superação das formas de distribuição desigual do conhecimento.

Para além de mapear a trajetória da EPT, também é necessário “na historiografia em trabalho-educação, perguntamos em que consiste o pensamento crítico em um mundo que cresce em conhecimento e em novos poderes científico-tecnológicos”. No entanto, apesar dos avanços tecnológicos, ainda se encontra no mundo, um número considerável de pessoas em extrema condição de vulnerabilidade social e econômica. Perceber esse paradoxo traz um alerta para uma pesquisa sobre educação e trabalho na perspectiva crítica. É preciso entender os fenômenos sociais, as realidades dos contextos educacionais, os sujeitos que compõem essas realidades “no espaço-tempo em que trabalham, vivem e se educam para a vida social em toda a sua complexidade”. (CIAVATTA, 2016, p. 6-8).

Os TAE's, como sujeitos no espaço-tempo da realidade em que trabalham, precisam entender a complexidade da formação integral, omnilateral para desenvolver suas atividades baseados em critérios como:

A perspectiva de superação do trabalho alienado, aquele que se realiza no âmbito do modo de produção capitalista, seja sob a forma de trabalho manual ou trabalho intelectual, tendo como resultado a produção de objetos materiais ou de ideias, concepções, teorias e projetos, somente poderá ser vislumbrada se se conceber esse processo, como parte da totalidade do amplo e radical movimento de transformação da sociedade, e do modo como se organizam os homens e mulheres nos espaços de socialização de atividades práticas e

teóricas, que visam a satisfazer suas necessidades qualitativas ou de ordem social e espiritual.

[...]

Fundamentado na perspectiva histórico-dialética, Marx destaca o fato de que o capitalismo produz necessidades múltiplas e ricas, enquanto provoca o empobrecimento dos homens e converte o trabalhador em um ser isento de necessidades, dada a sua incapacidade de consumo no mercado capitalista. (ROSAR, 2020, p. 70-71)

Refletir sobre o local onde estão inseridos e sobre a construção da indentidade da EPT requer que os TAE's entendam a importância da efetivação do ensino médio integrado como uma política sólida de ensino no país e perceber:

[...] necessidade de as políticas públicas de formação profissional superarem o viés assistencialista/compensatório e promover a inclusão social. Assim, elas devem estar necessariamente articuladas às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional, ao sistema público de emprego, trabalho e renda [...]. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012, p. 39).

É de extrema relevância que o TAE tenha informações sobre a sua área de atuação e tão importante quanto, é ele saber qual cenário a EPT está inserida. Em relação ao trabalho como princípio educativo defendido por alguns autores Ramos (2007) e Moura (2013), busca-se assimilar a importância dessa relação e a realidade do trabalho e do trabalhador diante da mundialização do capital:

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado herdeiro da era taylorista e fordista, ... que está sendo substituído pelas diversas formas de 'empreendedorismo', 'cooperativismo', 'trabalho voluntário', 'trabalho atípico', formas que oscilam entre a superexploração e a própria auto-exploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global (2009, p.13).

Frigotto e Ciavatta (2006) assinalam que em relação à produção do conhecimento é preciso adotar uma atitude de vigilância crítica e desvendar o sentido das palavras, conceitos e os interesses envolvidos nas ações político-práticas. Observa-se que no contexto da globalização, alguns termos ganham novas formas: “trabalho e trabalhador produtivo, cidadania e cidadão produtivo e emancipação, buscando resgatá-los em sua historicidade e nos limites da concepção liberal burguesa”. Esses desdobramentos estão intimamente ligados ao campo educativo, em especial ao campo da educação profissional: “configurando perspectivas de projetos alternativos, particularmente na realidade brasileira”. No contexto em destaque tem-se, nas reformas educativas a partir de 1990: “as expressões educação integral, omnilateral, laica, unitária, politécnica ou tecnológica e emancipadora” dão lugar ao realce do “ideário da polivalência, da qualidade total, das

competências, do cidadão produtivo e da empregabilidade.” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, pgs 55-56).

As atividades de produção e reprodução da vida material e simbólica, intelectual ou espiritual importam para debate sobre o trabalho e o trabalhador. A teoria do capital humano como explicação reducionista da não-universalização das políticas regulatórias no âmbito educacional está alicerçada na “idéia de que a desigualdade entre nações e indivíduos não se deve aos processos históricos de dominação e de relações de poder assimétricas e de relações de classe, mas ao diferencial de escolaridade e saúde da classe trabalhadora”. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, p.61). Nesse contexto, a educação, mesmo sendo considerada um direito, é direcionada para a busca do pleno emprego. No processo educacional, os trabalhadores no contexto da EPT precisam estar atentos, serem vigilantes críticos porque:

Vivemos tempos difíceis, em que a nova sociabilidade do capital, ao mesmo tempo em que aprofunda as desigualdades reais de trabalho e de condições de vida, dissemina uma nova semântica da qual estão notavelmente ausentes termos como capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade. E o faz com o apoio muitos intelectuais, de tecnologias mercadológicas e de poderosos meios de comunicação.

[...]O conceito de educação do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas. [...]. Distancia-se, também, das reformas educativas em curso no ensino médio técnico, com seus cursos breves modulares, com a redução do saber e da técnica às questões operacionais, com valores pautados pelo individualismo e a pela competitividade exigidos pelo mundo empresarial. A educação do cidadão produtivo onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, pgs 67)

É importante destacar que os TAE's precisam entender o contexto histórico onde estão inseridos. Por isso, destaca-se que o cenário do surgimento da EPT nos Institutos Federais é marcado por disputas históricas como o contexto das políticas educacionais das décadas de 1980 e 1990. O entendimento da história ajuda a compreender o local de atuação dos TAE's para que eles percebam a importância, por exemplo, transformações ocorridas na década de 1990 a partir das reformas e das políticas educacionais que foram caracterizadas privatização da educação bem como por “outras roupagens, do pensamento educacional orientado pelo pragmatismo, tecnicismo e economicismo. O projeto educacional do capital, orientado interna e externamente pelos organismos internacionais, torna-se a política oficial do governo”, o que pode ser visto como regressão do ponto de vista de projeto societário. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, p.74). Tem-se início a modernização tecnológica e a expansão do capital. O projeto neoliberal no contexto

político, econômico e educacional nos anos 1990 são elementos que compõem a história do ensino técnico e da formação profissional no país:

Outros aspectos da modernização tecnológica e da expansão do capital sob a ideologia do Estado mínimo são a terceirização e privatização dos serviços, a apropriação privada da esfera pública, o congelamento dos salários do funcionalismo público e a redução de seus quadros. Há uma tentativa de atenuar os efeitos das mudanças no mundo da produção mediante políticas de formação profissional. Incentiva-se a privatização progressiva de instituições públicas (como os Centros Federais de Educação Tecnológica e as Escolas Técnicas) (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, p.89)

A percepção do vínculo da educação com as mudanças provocadas pelo avanço da produção capitalista que retomam debates sobre a teoria do capital humano é ponto crítico para alocar a importância da EPT na atualidade. A mundialização do capital acarretou em uma reestruturação da produção e isso afetou as subjetividades e as identidades dos trabalhadores. A precarização das relações de trabalho atinge diretamente a escola, a forma de oferta educacional voltada para atender as demandas do capital.

As ações educacionais dos agentes da EPT com vistas à formação integral dos educandos precisam considerar e entender que “as políticas de desmonte do Estado, iniciadas nos anos 80 do século passado, fizeram com que, hoje, as políticas governamentais sejam de incentivo à sociedade civil para que ela se some às ações de políticas públicas sociais” que contribua “para minimizar os danos concretos impostos à classe trabalhadora pelo ideário do Estado mínimo. O que observamos em nossa sociedade não é um fato isolado; insere-se num quadro de mundialização do capital”. Os desdobramentos desse cenário vão além, pois acarretam “aumento da concentração de renda, disparidade crescente nos níveis de escolaridade da população, acesso precário à informação, mercantilização da cultura e da ciência, subordinação aos padrões produtivos poupadores de força de trabalho”. Como se não fosse suficiente todas essas consequências, “esse quadro é acompanhado da ampliação dos requisitos de formação geral e técnica para trabalhos simples, pelo aumento da oferta de força de trabalho qualificada, sem incremento nos salários”. Os agentes da EPT devem entender a importância da “discussão sobre as possibilidades da retomada de um desenvolvimento econômico e social, nos marcos do modo de produção capitalista com um viés reformador, traz desafios ao governo e exige um olhar crítico e propositivo da classe trabalhadora.” (TREIN; CIAVATTA, 2006, p. 99-100). Para além dessas consequências trazidas pela mundialização da hegemonia capitalista, os atores da EPT são parte de uma construção identitária e precisam ratificar e consolidar suas práticas da:

[...] concepção de trabalho enquanto práxis humana e no entendimento de que o mundo do trabalho, nas relações sociais e produtivas que o compõem, se constitui como processo educativo. Sob visão dialética da relação trabalho e educação, compreendemos que a formação do sujeito trabalhador não se faz desvinculada das condições materiais e históricas que conformam o modo de produção capitalista, seu estágio de desenvolvimento, as relações sociais de produção que o caracterizam e a formação humana necessária às mudanças na base técnica da produção. (TREIN; CIAVATTA, 2006, p.113)

E as autoras deixam explícita a declaração de que:

No momento atual, em que a sociedade brasileira é exortada a uma “retomada do desenvolvimento” como política de geração de emprego e renda e de inclusão social, as reflexões sobre a formação da classe trabalhadora permanecem atuais, mas é preciso que avancemos para além da discussão sobre as formas que essa educação deve assumir: formação profissional, formação geral, escola unitária? É preciso tematizar o próprio conceito de desenvolvimento e retomar o embate político e ideológico sobre os projetos societários sempre, e ainda, em disputa no Brasil. (id. *ibid.*:p. 114).

Para entender de forma sucinta o cenário histórico da formação profissional no Brasil, Ciavatta cita o seguinte:

[...] um retrospecto histórico-legal da formação profissional desde os anos 1940, detendo-se, principalmente, nas reformas a partir de 1995 que, mediante leis e decretos, determinaram mudanças quanto ao financiamento, à gestão, ao acesso, à avaliação, ao currículo e à carreira docente e, sobretudo, à separação compulsória entre o ensino médio e o ensino técnico (impedindo a educação integrada com formação geral e profissional, por meio de um mesmo currículo). Instituem-se três níveis de ensino profissional: o básico (incluindo a aprendizagem e cursos breves para adultos, sem requisitos de escolaridade), o técnico (de nível médio, organizado por módulos) e o tecnológico (de nível superior). Previram-se, também, os cursos concomitantes (com duas matrículas na mesma escola ou em escolas diferentes), os cursos sequenciais (visando ao retorno à escola para a formação técnica) e um sistema nacional de certificação profissional baseado em competências (CIAVATTA, 2006, p.123)

O entendimento da história, da trajetória da EPT ajuda a perceber as dificuldades de se fazer algo sólido e significativo no campo educacional, em especial na perspectiva da formação integral. A formação do trabalhador passou por várias fases ao longo do tempo com vistas a atender demandas do contexto econômico. Por exemplo, no capitalismo contemporâneo, conforme Fonseca (2006), qualificação média do trabalhador pode oscilar entre “desqualificação do trabalhador, requalificação, polarização das qualificações, qualificação absoluta/desqualificação relativa.” Essa variedade de qualificação culminou com um desafio para as instituições educacionais que a “formação consistiu em responder ao estrangulamento causado pela falta de mão-de-obra qualificada e semiquificada para a incipiente indústria nacional”. Esse cenário reforçou ainda mais o estigma e relação à profissionalização da população carente “trazendo à tona preconceitos sociais como a subvalorização do trabalho manual em relação ao intelectual,

que constitui um dos componentes crônicos do problema até hoje: a separação entre a educação formal e a formação profissional.” (FONSECA, 2006, p.216),

Sobre a questão da formação integrada nos Institutos Federais é importante que os TAE's resgatem essa parte da história como parte constituinte do entendimento da área onde exercem suas atividades. Amorim; Rocha (2024, p.2) destacam a discussão sobre o ensino médio no Brasil, que, por um lado, tem a “tentativa de manutenção do projeto hegemônico da classe burguesa, fundamentado por uma ideologia capitalista neoliberal, e, por outro lado pela construção de um novo projeto hegemônico de sociedade assentado em uma concepção socialista”. De acordo com os autores a intenção do projeto hegemônico é a “defesa do capitalismo neoliberal e da livre concorrência” com vistas a “transformar a escola em um produto a ser comercializado, que só possui valor de troca” e assim, “entrega à sociedade um trabalhador-capital humano, sintonizado com as exigências do mercado do século XXI”. no entanto, outra concepção sobre o ensino médio é defendida por grupos de intelectuais progressistas que “defendem um modelo de ensino médio que seja capaz de proporcionar uma formação ampla na perspectiva da emancipação política e social dos jovens” (AMORIM;ROCHA , 2024, p.2).

É preciso trazer informação para o servidor administrativo educacional sobre a inserção da Rede Federal de Educação no cenário de disputas históricas na área da educação. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada no ano de 2008 pela Lei 11.892 inaugurando uma concepção de educação: “organizada em estruturas *multicampi* e arquitetada sobre o princípio da verticalização – ofertando cursos da educação básica (com foco no ensino médio integrado com o técnico) à pós-graduação – e do tripé do ensino, da pesquisa e da extensão”, além disso, “a Rede Federal chegou ao ano de 2021 com 656 *campi* distribuídos por todos os Estados ” (POZZER; NEUHOLD, 2023, p. 2).

Desde o histórico que envolve a luta para a superação da dualidade na Educação Básica e Profissional no Brasil (Ramos, 2014), vários debates têm sido travados em relação a essa temática. Surgem termos, palavras, conceitos para ajudar na elaboração dos contextos que vão sendo construídos ao longo da história. Dessa constatação, em relação ao ensino médio integrado, por exemplo, na concepção trazida pela criação dos Institutos Federais, surge a indagação:

O que é integrar? É tornar integro, tornar integro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como formação inicial, como o

ensino técnico e tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual o trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes (Gramsci, 1981, p. 144 e ss) (CIAVATTA, 2005, p.2)

Além disso, Ciavatta destaca que

O tema da formação integrada coloca em pauta uma concepção de educação que está em disputa permanente na história da educação brasileira: educar a todos e uma minoria, supostamente, mais apta ao conhecimento? A uns e a outros que tipo de educação deve ser dada de modo a atender às necessidades da sociedade? [...] Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho só seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito e uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (id. *ibid.* p.2-3)

A compreensão da formação integrada é importante para que o TAE contextualize suas ações com os objetivos da EPT. A partir das considerações supracitadas, entende-se que os Institutos Federais têm um compromisso com as políticas públicas em um local onde estão inseridos. Assim, partem dos “pequenos” pontos para alcançar a totalidade do país. A partir da sua estrutura pedagógica inovadora, de seus preceitos basilares para trazer uma EPT de qualidade para o cidadão, têm se consolidado no território nacional como um modelo de educação que coloca o sujeito no centro do aprendizado, convocando-o para assumir o papel de protagonista da sua história, do seu tempo.

3.8 A origem do IFRJ

Nesta seção, será feito um breve histórico sobre o IFRJ, destacando sua origem, desenvolvimento da memória institucional e seu compromisso com a EPT.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) teve como origem o Curso Técnico de Química Industrial (CTQI), criada na década de 1940, em um momento no qual a área de química industrial era de interesse estratégico nacional. O curso era integrante da Rede Federal de Ensino Industrial e iniciou suas atividades com uma única turma de 24 alunos, nas dependências da antiga Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Em 1946 foi transferido para as instalações da Escola Técnica Nacional (ETN), hoje CEFET/RJ, onde permaneceu por 39 anos.

Em 1959 o então Curso Técnico de Química Industrial (CTQI) foi transformado em Escola Técnica de Química (ETQ), passando a ser uma autarquia educacional.

Entre os anos 1965 e 2008, a instituição teve várias denominações e institucionalidades (Escola Técnica Federal de Química da Guanabara – ETFQ-GB, Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro – ETFQ-RJ, Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis- UnED e Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis – CEFETQ).

Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, o então CEFET Química de Nilópolis foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e no mesmo ato foi integrado a instituição o então Colégio Agrícola Nilo Peçanha (à época vinculado à Universidade Federal Fluminense), criado em 1910.

Atualmente o IFRJ é constituído pela Reitoria (Rio de Janeiro) e por 15 *campi*: nos municípios de Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. Além disso, foram anunciados a expansão de novas três unidades: Teresópolis, Complexo do Alemão e Parque Olímpico.

O IFRJ atua nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a Formação Inicial e Continuada, passando pelo ensino Técnico de Nível Médio e Graduação até a Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*, com cursos presenciais e a distância.

A instituição desenvolve pesquisa em vários campos do saber, visando à inovação tecnológica e a divulgação e popularização da Ciência; bem como, extensão, com significativas ações de inclusão social de jovens e adultos, de população em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência.

Com o Decreto-Lei nº. 4.127/1942 foi criada a Escola Técnica de Química, cujo funcionamento só se efetivou em seis de dezembro de 1945, com a instituição do Curso Técnico de Química Industrial (CTQI) pelo Decreto-Lei nº. 8.300. De 1945 a 1946, o CTQI funcionou nas dependências da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, que hoje é denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1946, houve a transferência dessa Escola para as dependências da Escola Técnica Nacional (ETN), onde atualmente funciona o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Cabe ressaltar que, durante quatro décadas, a Instituição permaneceu funcionando nas dependências da ETN/ETF/CEFET-RJ, utilizando-se três salas de aula e um laboratório. Apesar de a Instituição possuir

instalações acanhadas, o seu quadro de servidores de alta qualidade e comprometido com os desafios de um ensino de excelência conseguiu formar, em seu Curso Técnico de Química, profissionais que conquistaram cada vez mais espaço no mercado de trabalho.

Em 16 de fevereiro de 1956, foi promulgada a Lei nº. 3.552, segunda Lei Orgânica do Ensino Industrial. O CTQI adquiriu, então, condição de autarquia e passou a se chamar Escola Técnica de Química (ETQ) e, posteriormente, Escola Técnica Federal de Química (ETFQ).

Em 1959, tornou-se Escola Técnica de Química (ETQ). Ainda em 1959, Escola Técnica Federal de Química da Guanabara (ETFQ-GB) e, posteriormente, Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQ-RJ)

Em 1981, a ETFQ, confirmando sua vocação de vanguarda e de acompanhamento permanente do processo de desenvolvimento industrial e tecnológico da nação, lançou-se na atualização e expansão de seus cursos, criando o Curso Técnico de Alimentos. O ano de 1985 foi marcado pela conquista da sede própria, na Rua Senador Furtado 121/125, no bairro do Maracanã, Município do Rio de Janeiro.

Em 1988, o espírito vanguardista da Instituição novamente se revelou na criação do Curso Técnico em Biotecnologia, visando ao oferecimento de técnicos qualificados para o novo e crescente mercado nessa área.

Na década de 1990, a ETFQ-RJ foi novamente ampliada com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis (UNED), passando a oferecer os Cursos Técnicos de Química e o de Saneamento. Quando da criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica pela lei 8.948/1994, previa-se que todas as escolas técnicas federais seriam alçadas à categoria de CEFET. A referida lei dispôs a transformação em CEFET das 19 escolas técnicas federais existentes e, ainda, após a avaliação de desempenho desenvolvido e coordenado pelo MEC, das demais 37 escolas agrotécnicas federais distribuídas por todo o País.

O nome Colégio Agrícola Nilo Peçanha surgiu em 1964, mesmo ano em que o Posto Zootécnico foi transformado em Fazenda Regional de Criação, com a oferta dos cursos ginásial e colegial agrícola. Em 1965 e 1966 foi oferecido o curso técnico de Economia Doméstica Rural.

Em 1967 os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura foram transferidos para o Ministério da Educação. Em 1968, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha foi transferido para a Universidade Federal Fluminense, contribuindo para a política de interiorização dessa instituição. Em 1971 foi criado o curso Técnico em Agropecuária, que com o tempo

passou a utilizar a maior parte da área ocupada pelo Posto Zootécnico de Pinheiro, desativado em 1975.

Originalmente com a missão de oferecer capacitação técnica na área de Agropecuária, em 2002 foi criado o primeiro curso em outra área profissional – o Curso Técnico em Meio Ambiente e, em 2007, foi criado o Curso Técnico em Agroindústria, na modalidade do PROEJA.

Como comentado anteriormente, em fins de 2008 o Colégio Agrícola Nilo Peçanha desvinculou-se da Universidade Federal Fluminense e passou a compor o Instituto Federal do Rio de Janeiro, já como *campus*.

Em 1999, já transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Química, nos termos da lei nº 8948/1994 (BRASIL, 1994), a ETFQ-RJ mudou sua sede administrativa para o município de Nilópolis-RJ. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), e as edições do Decreto nº 2208/1997 e da Portaria MEC 646/97, as Instituições Federais de Educação Tecnológica, ficaram autorizadas a manter ensino médio desde que suas matrículas fossem independentes da Educação Profissional. Era o fim do Ensino Integrado. A partir de 2001, foram criados os Cursos Técnicos de Meio Ambiente e de Laboratório de Farmácia na Unidade Maracanã (UMar), e o Curso Técnico de Metrologia na Unidade Nilópolis (UNil). Além disso, houve a criação dos Cursos Superiores de Tecnologia e os cursos de Licenciatura.

Em 2002, foi criado, na Unidade de Nilópolis, o Centro de Ciência e Cultura do CEFET Química/RJ, um espaço destinado à formação e treinamento de professores, divulgação e popularização da ciência e suas interações com as mais diversas atividades humanas.

O CEFET Química/RJ, em 2003, passou a oferecer a sua comunidade mais dois cursos de nível superior: Curso Superior de Tecnologia (CST) em Produção Cultural (UNil) e CST em Processos Químicos Industriais (UMar). Foram criados em 2004, o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Química de Produtos Naturais, o Curso de Licenciatura em Química e o Curso de Licenciatura em Física, todos na Unidade Nilópolis. Esse ano (2014), a Graduação em Química no atual *campus* Nilópolis faz dez anos de criação e terá um evento educativo, científico, artístico e cultural nas suas comemorações.

Logo depois, em outubro de 2004, a publicação dos Decretos nº 5.225 e nº 5.224, que organizaram os CEFET definindo-os como Instituições Federais de Ensino Superior,

passou a autorizar a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação de jovens e adultos, ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, educação continuada e licenciatura, além de estimular uma participação mais ativa no cenário da pesquisa e da pós-graduação do país. Vários projetos de pesquisa, que antes aconteciam na informalidade, passaram a ser consagrados pela Instituição, o que propiciou a formação de alguns grupos de pesquisa, o cadastramento no CNPq e a busca de financiamentos em órgãos de fomento. Além disso, é importante destacar que:

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade. (PACHECO, 2011, p.14)

Figura 2 – Evolução cronológica do IFRJ.

Fonte: Portal do IFRJ. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/institucional/historia-ifrj>>. Acesso em: 2024.

Para entender melhor esse cenário que vem sendo construído e compreender como é o funcionamento dessa estrutura projetada pelo IFRJ, buscou-se no Plano Estratégico Institucional (PEI) - 2024-2028, que é elaborado concomitante ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024- 2028 do IFRJ, informações relevantes para

compor o cenário de atuação dos servidores na instituição para compor a memória institucional. Também tem sua importância como instrumento que norteia as ações de todos os que trabalham e conduzem as atividades no Instituto. Nesse documento, constam informações essenciais como: o histórico da criação do IFRJ, valores da instituição, objetivos, identidade, missão, mapa estratégico, metas, projetos estratégicos, questões valiosas para que os atores da EPT tenham acesso e informação.

De acordo com o PEI (2024-2028), é preciso a criação de valor público associado à responsabilidade coletiva que seja alinhado com os interesses de toda sociedade. Assim, esse documento foi elaborado a partir de consultas e discussões sobre questões/aspectos internos e externos do IFRJ para refletir sobre o que o Instituto é e o que deseja se tornar nos locais onde está inserido. A proposta para o PEI é que, a partir do acompanhamento dos resultados, ele seja revisado ao menos uma vez no ano e que seja atualizado, caso seja necessário, além de estar alinhado com demais legislações correlatas.

O IFRJ tem se comprometido com várias metas apresentadas no Plano Estratégico Institucional (2024-2028) entre elas destaca-se o projeto de interiorização para a ampliação do Instituto no Estado do Rio de Janeiro através do Plano de Expansão (iniciado em 2011) da Rede Federal: “No escopo desta fase constam a implantação dos *campi* Belford Roxo, Cidade de Deus/Curicica, Complexo do Alemão, Mesquita, Niterói, Resende e São João de Meriti”. Esse Plano de Expansão ainda está em ação: “Com o avanço do processo de implantação da maioria dos *campi*, em 2023, o IFRJ retoma o projeto da fase III para a criação dos *campi* Complexo do Alemão e Cidade de Deus.” (p. 13). Essa expansão da EPT através da criação dos Institutos Federais é fundamental porque:

A transformação das unidades educacionais em IFRJ, a partir de 2008, possibilitou o oferecimento de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com especialização de ordem profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos com as suas respectivas práticas pedagógicas. (Plano Estratégico Institucional | IFRJ | 2024-2028 p. 13)

Ainda compulsando o referido documento (PEI 2024-2028), “Com tal transformação, foi possível atuar em diferentes níveis e modalidades de ensino, com cursos em todos os eixos tecnológicos” somados a isso, “no que tange à Pesquisa, foram registrados, em 2023, um total de 1393 grupos especializados em todas as áreas de conhecimento do CNPq, no campo de inovação e produtividade industrial”, bem como assinalar que “a Extensão atua na diversidade, na inclusão e na integração com a sociedade, estabelecendo parcerias com segmentos e organizações nas áreas de arte,

cultura e esporte” (p. 13-14). Todas essas conquistas foram possíveis devido à ação de vários atores envolvidos nesse processo, entre eles os TAEs que são essenciais para materializar tanto das ações, quanto para os documentos dessas transformações que ocorrem na EPT. Estão diretamente envolvidos na viabilização do tripé pesquisa, ensino e extensão, e nos esforços para a da presença institucional nas microrregiões do Estado do Rio de Janeiro. Esse movimento/processo de expansão e interiorização “da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) tem a finalidade de democratizar a sua oferta no Brasil, ampliando as oportunidades de inserção socioproductiva de jovens e adultos trabalhadores”. Dessa meta de expansão, também são importantes “os objetivos dos Institutos Federais e, ademais, o objetivo de proporcionar, dentro da comunidade, uma formação crítica e qualificada em educação profissional, científica, tecnológica e cultural para todos os estudantes” (p.14). Assinala-se que para a construção identitária dos Institutos Federais com base nos objetivos citados, estratégias precisam ser adotadas:

No âmbito do IFRJ, a construção da estratégia já vem sendo realizada de maneira interativa nos últimos anos. O diferencial da proposta atual é o maior incentivo à comunidade acadêmica visando a sua participação da forma mais colaborativa e engajada possível, incluindo as ações coordenadas pelos próprios servidores do IFRJ. (id. *ibid.* p.16)

Essa metodologia de participação coletiva para a construção de relações dialéticas conduz a promoção de “respostas internas eficientes na construção de rotinas comuns a todos os envolvidos”. Assim, destacam-se alguns pontos fortes de análise ambiental do IFRJ, de acordo com o PEI (2024-2028): impactos dos campi na economia local, desenvolvimento de novas tecnologias, capilaridade dos campi, capacidade de formação de cidadãos críticos e profissionais especializados, promoção no desenvolvimento regional. Além disso, são apontadas também as oportunidades: integração do IFRJ com toda a rede federal, integrar os campi com os setores diversos da comunidade, participação em programas e projetos públicos ou privados, a aproximação política – articulação institucional na captação de recursos (p. 17). Esse cenário é acompanhado de processos participativos para o fortalecimento dos papéis e da responsabilidade dos atores envolvidos nas ações implementadas, incluindo os TAEs. Essa forma de gestão é de extrema importância para a construção histórica e identitária da EPT, assinala-se que:

O processo de elaboração do PDI do IFRJ, previsto para a vigência no ciclo de 2024-2028, incluiu ações voltadas ao planejamento estratégico e culmina também no desenvolvimento deste documento, o PEI. O processo foi concebido por meio de uma matriz participativa que contou com diálogos democráticos e recíprocos entre representantes dos docentes, dos técnicos-

administrativos e dos estudantes, com base na transparência institucional, na cooperação e na ética pública. (id. *ibid.* p.18).

Percebe-se que essa estratégia de interação, da construção participativa caminha ao encontro da construção de uma formação omnilateral tanto para os alunos quanto para os servidores. Também é importante a construção da identidade do Instituto através da cadeia de valores:

Formação de cidadãos críticos e qualificados em educação profissional, científica, tecnológica e cultural; Oferta de educação de forma humana, inclusiva, diversa e plural; Integração de ações inovadoras de ensino, pesquisa e extensão; e Desenvolvimento socioeconômico e promoção cultural regional com foco na transformação de vidas. (id. *ibid.* p.26)

A partir de reuniões com os servidores, o Instituto busca através de questionamentos, debates e sugestões melhorar e aprimorar os conceitos de missão, visão e valores vigentes. Dessa forma, foi feita uma atualização da missão do IFRJ que é: “Promover a educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro, por meio da educação humana, profissional, científica, cultural e tecnológica, contribuindo para a transformação de vidas e o desenvolvimento do país.” Além disso a visão do IFRJ é “Ser referência em educação profissional, científica, tecnológica e cultural, de forma humana, inclusiva, diversa e plural, integrando as ações inovadoras de ensino, pesquisa e extensão em consonância com as demandas da sociedade e a transformação de vidas” (id. *ibid.* p. 30-31). O foco nessas questões trazidas tanto na missão quanto na visão da Instituição reforça os valores defendidos: “Ética; Equidade e Justiça Social; Valorização de Pessoas; Diversidade e Inclusão; Excelência e Qualidade; Integração; e Responsabilidade Social, Ambiental e Econômica” (id. *ibid.* p. 32). Todos esses tópicos são importantes, dentre eles destaca-se:

Valorização de Pessoas: pautada nas ações de gestão do desenvolvimento e formação profissional de servidores e agentes públicos, visando à capacitação, fornecimento de boas condições de trabalho e motivação com vistas à geração de valor para a instituição, comunidade e sociedade; (id. *ibid.* p. 33).

Esse processo de valorização de pessoas está intimamente ligado à forma como os TAEs desempenham suas atividades, pois a formação profissional é algo de suma importância para o alcance das metas pretendidas. Os projetos estratégicos do IFRJ são executados por servidores que precisam estar aptos para lidar com a rotina institucional e refletir sobre sua atuação nos setores da instituição para entregar as metas a alcançar os objetivos. Os IFs estão construindo uma trajetória histórica com base nas mudanças que se espera para a educação profissional e tecnológica na perspectiva da formação integral.

Nesse contexto, os servidores têm papel importante na construção dos valores e no alcance dos objetivos propostos pela instituição.

Após um breve histórico do IFRJ, e sobre as diretrizes contidas no PEI (2024-2028), no próximo subitem, será exposta a origem do *Campus* Niterói, sua relação com a comunidade do entorno e o seu compromisso com a EPT nas ações desenvolvidas.

3.9 Origem do *Campus* Niterói do IFRJ, a sua relação com o entorno e o seu compromisso a EPT

De acordo com o histórico atualizado até a data de publicação deste trabalho sobre o *Campus* Niterói, disponível em (<https://portal.ifrj.edu.br/niteroi/apresentacao>), as obras foram anunciadas no ano de 2011. Destaca-se que o *Campus* Niterói integra a Fase III do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as atividades foram iniciadas no dia 27 de julho de 2016 com uma aula inaugural no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em Niterói. Como o *campus* ainda não havia ficado pronto, pois seu endereço original é na Estrada Washington Luís, 1411, no bairro Sapê, Niterói, foi preciso assinar um acordo de parceria entre a Reitoria do IFRJ e a Prefeitura de Niterói: foi assinado o Protocolo de Intenção de Cessão de Espaço, concedendo o uso de uma das construções situadas no Caminho Niemeyer para o funcionamento provisório do *campus*. A partir de 2017, foram ofertadas as primeiras turmas do Ensino Médio Técnico, na forma articulada concomitante/subsequente.

Figura 3 – Campus provisório do *Campus* Niterói do IFRJ.

Fonte: Portal do IFRJ. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/niteroi/infraestrutura>. Acesso em: 2024.

O bairro Sapê está localizado no município de Niterói, na região de Pendotiba. É um local predominantemente residencial, a maioria da população local está concentrada em áreas com população de baixo poder econômico. No ano de 2019, o *campus* foi sediado, em definitivo, no bairro do Sapê, em terreno com área aproximada de 25.000 m², pela Prefeitura Municipal de Niterói.

Figura 4 – Criação, estrutura e organização do *Campus* Niterói do IFRJ no bairro do Sapê.

Fonte: Portal do IFRJ. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/niteroi/infraestrutura>. Acesso em: 2024.

Os cursos profissionais técnicos de Nível Médio, na forma articulada integrada e pós-graduações *Lato Sensu* foram os primeiros a serem ofertados. No ano 2023, foi implantado o curso de Formação Inicial em Assistente Administrativo Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o histórico disponibilizado na página da Instituição (<https://portal.ifrj.edu.br/niteroi/apresentacao>) no Plano de Implantação do Campus, a escolha dos cursos foi feita embasada em:

[...] em uma série de pesquisas realizadas, norteando a definição dos eixos tecnológicos e as futuras escolhas dos cursos a serem ofertados, bem como na histórica demanda dessa modalidade de ensino (PIC – PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS). Consoante com a visão do IFRJ, o *Campus* Niterói atua no sentido de consolidação como instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica, integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na disseminação da cultura inovadora e em consonância com as demandas da sociedade. No que respeita à educação na perspectiva de inclusão, o *Campus* Niterói conta com a atuação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), e do Núcleo de Gênero e

Diversidade Sexual (NUGEDS), promovendo educação plural e respeitando a diversidade.

Além disso, o trabalho em prol da comunidade em seu entorno conta com uma estrutura organizacional fortalecida através das ações em conjunto dos setores: Direção Geral (DG), Direção Administrativa (DA), Direção de Ensino (DE), Prefeitura do *Campus*, Secretaria Acadêmica (SA), Coordenação Técnico Pedagógica (CoTP), Coordenação do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Coordenação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e Coordenação de Suporte de Tecnologia da Informação (CSTI).

Com relação à oferta dos cursos, conforme supracitado foi através de uma série de pesquisas realizadas, norteadas a definição dos eixos tecnológicos e as futuras escolhas dos cursos a serem ofertados, bem como na histórica demanda dessa modalidade de ensino.

A partir desse mapeamento, o *campus* pode oportunizar que a população em seu entorno tenha acesso à educação de qualidade e qualificação para a inserção no mundo do trabalho. É importante refletir sobre essa inserção no mundo do trabalho porque de acordo com Antunes (1999) a competição intercapitalista avança e, cada vez mais, desenvolvendo a tecnologia em dadas regiões “ou conjunto de países; quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo”. Corrobora-se com o fato de que é necessária uma base interna sólida para acompanhar o avanço capitalista, com foco em uma educação que proporcione o protagonismo dos alunos. É uma reflexão necessária, pois muitos países são excluídos da participação efetiva do movimento produtivo e financeiro do capital “e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho”. (ANTUNES, 1999, p.35).

Os cursos ofertados no *campus* são: Técnico Integrado, Técnico Concomitante/Subsequente, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional (são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho) e Pós-graduação. De acordo com informações no site institucional levantadas (em setembro de 2023), os cursos ofertados atualmente são: Especialização em Educação e

Tecnologias, Especialização em Ensino de Línguas, Especialização em Gestão de Projetos Ambientais, Especialização em Gestão de Serviços, Técnico em Administração - Concomitante/Subsequente, Técnico Integrado em Administração, Técnico Integrado em Informática, FIC - Assistente Administrativo Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA. Além disso, encontram-se 12 FIC's aprovados e diversos cursos de Extensão: Desenvolvimento Web, Desenvolvimento de Aplicativos, Gestão de Projetos Ambientais, Marketing Digital, Prototipação Eletrônica com Arduino, Inglês Básico para Negócios, Espanhol Básico para Negócios, Operador de Computador, Assistente Administrativo, Rede de Computadores e Jogos Digitais.

Somado a isso, iniciarão em 2025, os novos cursos: Engenharia da Produção e Engenharia de Computação. Também está em fase de implementação de Núcleos de Educação Popular no IFRJ: Lugar de jovem é no Ensino Superior. Esse projeto visa, em parceria com o *Campus*, fortalecer, expandir núcleos de pré-vestibular comunitário, e promover aulões, cine-debates, rodas de conversa nas cidades, engajados na metodologia da Educação Popular. Para execução deste projeto o *Campus* Niterói irá ceder quatro salas de aula e sua infraestrutura para funcionamento aos sábados no horário das 8 às 16 horas. A implantação desse curso visa ao atendimento de demandas das juventudes do entorno dos campi; fortalece e fomenta o acesso à educação de excelência, de qualidade e gratuita.

De acordo com Projeto de Implantação do *Campus* Niterói (2017), foram coletadas informações de pesquisa: FGV, IBASE, IBGE e INEP no cenário regional e local e nos estudos de demanda. Na parte da aplicação de pesquisas foram resumidas as três já realizadas (2015, 2016 e 2017), aprofundando a última pesquisa proposta pela Comissão do Perfil do *campus*, assim, a partir dessas informações levantadas, o *Campus* Niterói elaborou orientações sobre cursos, com seus respectivos projetos pedagógicos. Foi um esforço conjunto na articulação de dados qualitativos e quantitativos em torno do processo. Esse levantamento foi necessário, ainda nesse Projeto de Implantação, para conhecer as características históricas da cidade de Niterói em traçar possíveis vocações econômicas, que auxiliam também no planejamento e possível atuação do *Campus* Niterói. Essa pesquisa prévia é essencial:

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de observatórios de políticas públicas, torando-as objeto de sua intervenção por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. É nesse sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando o desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera

instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado. (PACHECO, 2015, p. 13 – 14).

É percebido que a criação desse projeto social de pré-vestibular (Lugar de jovem é no Ensino Superior) pode ser citado como uma articulação com outras políticas sociais existentes no *campus*. E ainda, é uma ferramenta de intervenção no ensino para impulsionar a emancipação dos cidadãos, pois permite a construção de possibilidades para aumentar participação social. Nessa perspectiva, “na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico)” tem sido fortalecida com as ações desenvolvidas no *Campus* Niterói. Além disso, “discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica” para a superação da dicotomia Universidade/Escola Técnica, o que contribui com a superação da estratificação das classes sociais. (PACHECO, 2015, p.14).

Nesse cenário, entende-se que o *campus* vem desempenhando seu papel de construir um diálogo entre o Instituto e a sociedade, bem como na materialização de gestão e organização de espaços democráticos vitais para a EPT. Assim, o *campus* vem alcançando uma dimensão simbólica, implementando políticas públicas relevantes em prol do desenvolvimento local e regional motivando Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia como ferramentas de transformação social para a formação humana integral. As atividades do Instituto visam um diálogo entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o que impulsiona a cidadania e têm como meta o trabalho como princípio educativo, reconhecendo o educando enquanto produtor de conhecimentos. Essas prerrogativas corroboram com a ponderação de que “os Institutos, definitivamente, significam uma nova matriz institucional cujo potencial não encontra precedentes na história da educação brasileira” (PACHECO, 2015, p.48). A ideia é que o Instituto abra espaço para o diálogo da participação social para o gerenciamento das características necessárias no atendimento às demandas do público ao qual se destina. Destaca-se que:

A análise da Lei e de documentos oficiais do MEC mostra que os IF têm como finalidade, em conjunto com outras políticas públicas, contribuir para o desenvolvimento das regiões nas quais estão localizados. A vocação para o desenvolvimento local com inclusão social parece ser a condição primeira de existência dos IF. (OLIVEIRA; RAMOS; FARTES, 2017, p.184)

A partir da criação de políticas públicas específicas para atendimento das demandas locais, o Instituto abre espaço para o protagonismo social, além da preocupação em ter como base uma educação omnilateral. Assim, o desenvolvimento local, através da

parceria com a população, favorece a emancipação, a participação e a inclusão social dos indivíduos. Além disso, salienta-se que:

O modelo diferenciado e único dos Institutos Federais com relação às outras instituições educacionais do país, em virtude da atuação nos diversos níveis da educação nacional e da articulação do ensino com a pesquisa e extensão, além da organização estrutural *multicampi* e pluricurricular, conduz a uma nova institucionalidade e, conseqüentemente, exige novos procedimentos de gestão. (FERNANDES, 2009, p. 6).

O IFRJ atua nos diferentes níveis e modalidades de ensino: desde a Formação Inicial e Continuada, Técnico de Nível Médio e Graduação até a Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, com cursos presenciais e à distância. Além disso, são desenvolvidas pesquisas visando à inovação tecnológica e à divulgação e popularização da Ciência. Também tem ações de extensão voltadas para a inclusão social de jovens e adultos, de população em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência. Assim, à medida que surgem as demandas locais, o *Campus* Niterói tem buscado implementar o atendimento necessário para a garantia da oferta da educação de qualidade e omnilateral.

Além disso, são buscados alguns pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como, por exemplo, Saviani (2007) o trabalho como princípio educativo e da integração da formação geral com a formação para o trabalho. Destacar o trabalho como princípio educativo é essencial porque “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa”. O atual cenário educacional requer refletirmos sobre como tem sido feito o “processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho” (SAVIANI, 2007, págs. 152-155). Dessa maneira, a Educação Profissional e Tecnológica ocupa um lugar central na distribuição de oportunidades para que os cidadãos possam ter acesso a uma educação de qualidade.

Em relação à integração da formação geral com a formação para o trabalho, deve ser interpretada como a busca por uma formação omnilateral que seja orientada para a resistência e para a luta da superação das desigualdades da sociedade capitalista. Uma educação que o aluno seja protagonista para agir sobre sua realidade, transformando-a. Essa perspectiva é respaldada por Frigotto e Ciavatta em relação aos conceitos de educação omnilateral e trabalho como princípio educativo:

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas

as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p; 265).

[...]Sendo o trabalho a atividade vital e criadora mediante a qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo, a educação omnilateral o tem como parte constituinte. Por isso, Marx, ao se referir aos processos formativos na perspectiva de superação da sociedade capitalista, enfatiza o trabalho, na sua dimensão de valor de uso, como princípio educativo, e a importância da educação politécnica ou tecnológica. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 266).

A formação geral com a formação para o trabalho na perspectiva omnilateral vai ao encontro das atuais demandas no cenário educacional brasileiro no sentido de proporcionar o protagonismo dos alunos. Eles precisam estar preparados para desafiar as contradições da realidade que os cerca. Isso “pressupõe a integração de dimensões fundamentais da vida – trabalho, ciência, tecnologia e cultura”. Para tanto, são necessários processos formativos que possibilitem “aos trabalhadores o acesso aos conhecimentos (científicos, éticos e estéticos) produzidos historicamente e coletivamente pela humanidade, bem como aos meios necessários à produção de sua existência e à sua emancipação como classe”. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS e GOMES 2014, p.11). Nesse cenário, o surgimento do *Campus* Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, através de estudos e pesquisas prévias, é criado para contribuir para o avanço na luta para a emancipação e protagonismo da população a que serve. É significativo deixar bem claras essas questões porque:

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é historicamente marcada por um dualismo, caracterizado pela oferta de uma educação propedêutica e humanística direcionada às classes sociais mais abastadas; e uma educação técnico-instrumental voltada às parcelas menos favorecidas da população. Essa duplicidade contribui para acentuar as desigualdades socioeconômicas que marcam o país e impossibilita a realização de um ensino democrático e justo para aqueles que têm no trabalho uma única oportunidade de ascensão e transformação social. Trata-se, então, de um fenômeno que impacta diretamente na distribuição do poder. (PRADO; OLIVEIRA, 2023, p. 2)

Feitas essas considerações, é importante destacar que os Institutos Federais buscam ofertar uma educação integral, que supere a dualidade do trabalho manual e do trabalho intelectual. As interações com o mundo do trabalho e a sociedade atual precisam privilegiar uma educação pautada em princípios pedagógicos direcionados à formação integral, em formas de ensino que possibilitem uma formação pautada na omnilateralidade: para formar o homem em sua totalidade “física, espiritual, cultural,

política, científica e tecnológica” (CIAVATTA, 2014, p. 190). Dessa forma, os educandos são convidados “a participar do mundo humano, pois a experiência propriamente humana não se inscreve no arcabouço genético da espécie”, ela se “materializa no mundo da cultura” que esses alunos são inseridos”. (DELLA FONTE, 2018, p.11).

A trajetória da educação na EPT exige que sejam pensadas propostas que caminhem nesse tipo de formação integral. A partir disso, poderá ser possível articular a formação dos alunos para a superação da "crescente subsunção aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, privilegiando na sua estruturação curricular a omnilateralidade e a politecnia". (NEVES; PRONKO, 2008, p.29). Nesse sentido, o *Campus* Niterói tem desenvolvido uma cultura de parceria com a comunidade local na superação dos imperativos mercadológicos e em direção à emancipação e protagonismo dos alunos.

É preciso que os servidores tenham em mente o cenário profissional onde estão inseridos, a importância da sua atuação e os fatores históricos que acarretam a atual realidade institucional. Reforça-se que, conforme Moraes e Albuquerque (2019) que a EPT no Brasil “reproduzindo a estrutura de uma sociedade equilibrada sobre grandes antagonismos (Freyre, 2014) e marcada pelo aviltamento do trabalho manual (Cunha, 2005), é tema pouco frequente nos estudos educacionais”. A educação brasileira tem como herança “a educação que forma para o trabalho, para a produção da vida material, ainda é culturalmente associada à pobreza, à perspectiva da servidão”. Nesse contexto, “não por acaso, frente à essa realidade internacional, o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES e ALBUQUERQUE. 2019, p.7).

Em meio a esse cenário desafiador, ainda segundo Moraes e Albuquerque (2019), mesmo com índices baixos de estudantes matriculados em cursos técnicos, e “desafiando essa realidade histórica, o Ministério da Educação (MEC) vem promovendo, nos últimos anos, um conjunto de políticas públicas que tem alçado a EPT a um lugar mais proeminente na agenda educacional” (MORAES e ALBUQUERQUE. 2019, p.7). Muito importante trazer esse resumo histórico, pois é essencial a criação de políticas públicas de investimento na EPT. Nesse sentido, muitas ações têm sido feitas como “a criação dos Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o início do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a recente reforma do ensino médio, que estabeleceu a formação técnica e profissional como um possível itinerário” para a

formação dos discentes. Não por acaso, “esse conjunto de políticas responde à existência de uma expressiva demanda social por EPT, ancorada nos resultados econômicos obtidos durante a “década inclusiva” (IPEA, 2012) e no contexto da transição demográfica da sociedade brasileira”. Esse contexto abriu caminho em direção a transformações buscadas há tempos, pois “a EPT passou a ser considerada uma possibilidade viável e favorável para a transição do sistema educacional ao mundo do trabalho”; (id. *ibid.* p. 9-10). Além das dificuldades apontadas acima, os autores trazem outro fator que os servidores que atuam na EPT precisam entender que:

Em um país marcado pela desvalorização do trabalho e pela mitificação do bacharel e do doutor, a EPT recebe pouco destaque. A pouca atenção do Estado à formação de trabalhadores pode ser percebida desde a estrutura formal da educação brasileira, na qual a EPT recebe pouco destaque. A pouca atenção do Estado à formação de trabalhadores pode ser percebida desde a estrutura formal da educação brasileira, na qual a EPT aparece de forma apartada, até a carência de suas estatísticas oficiais, necessárias para o acompanhamento e avaliação das políticas educacionais. (id. *ibid.* p. 43).

Os estudos acima ajudam a compor o contexto da EPT na educação do país. As pesquisas e a produção acadêmica são de extrema importância para a composição da memória e da história, bem como para construir e fortalecer a identidade da Educação Profissional. É uma história que vem sendo construída a partir de desafios para levar uma educação de qualidade e emancipadora ao cidadão, e que tem momentos de articulação de políticas públicas importantes para de investimento nessa área, segundo Almeida, Mariani, (2024): “a visão progressista para a educação profissional no período de 2003 a 2011. Em um cenário de escassez de mão de obra qualificada, aliada à intenção de reinvestir na produção nacional, impulsionou a ideia de investimento na EPT”. Iniciativa que abre caminho para alavancar o projeto de educação emancipadora: “assim os IFs nascem para ampliar o acesso à educação para as pessoas com menor escolaridade, levando tanto o ensino superior quanto o técnico para o interior dos Estados e para a periferia das grandes cidades” e que também acarretou na “expansão da rede federal, orientada para interiorizar e levar tecnologias para as áreas com maior vulnerabilidade social, oferecendo cursos alinhados aos arranjos produtivos locais”. O crescimento desse projeto de educação é uma ferramenta para a sociedade, pois “essa abordagem visava não apenas melhorar a vida das pessoas ao proporcionar conhecimentos tecnológicos, mas também formar trabalhadores qualificados e impulsionar o desenvolvimento das cidades onde os IFs estão presentes”. Tão importante quanto a presença dos institutos nas localidades é também a característica de “por meio de pesquisa científica e atividades de

extensão, essas instituições têm desempenhado um papel importante na socialização do conhecimento, evidenciando efetivamente sua função social”. Para materializar essa realidade, “foram sendo aprimoradas e debatidas novas políticas públicas para a EPT, tendo como foco a cultura, a ciência, tecnologia e o trabalho, emergindo a educação integrada, omnilateral e politécnica” (ALMEIDA, MARIANI, 2024, p.4).

Essas questões que caracterizam a EPT devem estar presentes nas atividades e nas ações dos profissionais dos IFs, pois são a base para um trabalho que atenda os objetivos pelos quais ainda se luta em relação à educação profissional. Ainda segundo Almeida, Mariani, (2024) é tão importante resgatar essas memórias e registrá-las: para proporcionar a escrita de “uma nova história no campo educacional, criada para atender a todos, rompendo com a dualidade da “escola para os ricos e para os pobres” e possibilitando a construção de novos percursos, pautados na emancipação dos sujeitos e na transformação social”. Recorre-se à memória também para a eternização da história porque ela “pode ser entendida como a forma como os indivíduos e grupos percebem e constroem narrativas sobre o passado, frequentemente influenciada por fatores subjetivos e emocionais”. Nesse trabalho, por exemplo, a memória “desempenha um papel crucial da construção da identidade e na compreensão da herança cultural, sendo moldada por percepções pessoais e coletivas”, além disso, “a memória não segue estritamente critérios objetivos ou acadêmicos, sendo muitas vezes seletiva e influenciada por emoções, identidade cultural, valores e crenças”. (id. *ibid.* p. 5).

Segundo Nora (2012) memória e história não podem ser confundidas: “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, por outro lado, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Assim, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. É a combinação perfeita: “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”. (NORA, 2012, p. 9)

O resgate da história da EPT é importante para que os atores que compõem a Rede Federal possam construir com bases sólidas a educação profissional no país. Pacheco (2011, p.8) entende que “todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação”.

Assim, diante dessas novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, torna-se absolutamente importante definir claramente o protagonismo daqueles que fazem educação em cada instituição de ensino e na sociedade como um todo. Os índices de sucesso escolar ou acadêmico, a valorização dos seus educadores, o conceito de educação que não se limita à ação escolar, mas envolve a comunidade, demonstram o vigor da Rede. (PACHECO, 2011, p.10)

[...]

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal. (PACHECO, 2011, p.10)

Pacheco (2011, p.12) assinala que a Rede Federal além do objetivo da formação profissional “tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho”. Ele também destaca que “os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal”, por isso é importante que os servidores têm uma tarefa desafiadora para fortalecer as bases dessas instituições que são caracterizadas “pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.” (PACHECO, 2011, p.12)

São muitos os desafios e as expectativas em relação à atuação do *Campus* Niterói na cidade. Pacheco (2011) ratifica que “a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura”. Outras questões devem ser consideradas: “nesse projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isso, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais”, o entendimento dessas bases que a EPt busca consolidar “a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social.” (PACHECO, 2011, p.16-17).

Para além de uma mera instituição educacional, o IFRJ “traz como principal função a intervenção na realidade, da perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo

como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional” e ainda: “atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais.” id. *ibid.* p. 20).

Os técnicos administrativos trabalham em setores estratégicos para fazerem esse tripé funcionar: eles estão alocados nas secretarias, no setor de extensão, no setor de finanças, nas coordenações. A estrutura do *Campus* Niterói, por exemplo, contempla alguns setores como:

- Coordenação Técnico-Pedagógica (COTP): subordinada à Direção de Ensino (DE), tem por objetivo, através do seu trabalho em equipe multiprofissional e de forma interdisciplinar, realizar ações de caráter individual ou coletivo, pontual ou contínuo, de acordo com o contexto, estimular a permanência e o êxito do estudante, buscando evitar a evasão escolar com ações de acolhimento psicológico e pedagógico aos estudantes, acompanhamento pedagógico e psicopedagógico dos estudantes, trabalho integrado com os professores e coordenadores, acompanhamento dos cancelamentos, trancamentos, licenças domiciliares, análise socioeconômica dos documentos dos estudantes que entram por Ação Afirmativa, participação com trabalho psicopedagógico no NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas).
- Direção Administrativa (DA): subordinada à DG é a unidade responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, compras, contratos, transportes, patrimônio, almoxarifado, prefeitura do *campus*, gestão de pessoas, protocolo, manutenção e obras, segurança, contabilidade e orçamento do *campus*, de acordo com as diretrizes do IFRJ.
- Secretaria Acadêmica: subordinada à DE, dentre as finalidades, destacam-se o acompanhamento da vida escolar dos alunos do ensino médio técnico e de pós-graduação matriculados no *campus*, desde o ingresso até a conclusão do curso. É sua função emitir atestados de matrícula, históricos escolares e solicitar ao Setor de Certificação da Reitoria os certificados e os diplomas de conclusão do curso, assim como receber requerimentos para trancamento de matrícula, transferência de turno ou curso, cancelamento e matrícula de disciplina entre outros.

- Biblioteca: subordinada à DE, tem por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação aos discentes do *campus*, como também, à comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita
- Coordenação de Turno (COTUR): subordinada à DE, zela pela manutenção da disciplina dos estudantes, realiza o registro de ocorrências e conduz os procedimentos necessários junto à Comissão Disciplinar, conforme Regulamento do IFRJ e as Normas Disciplinares Discentes do *Campus* Niterói, informa aos estudantes avisos de professores e de aulas, mudanças de horários, reuniões e eventos, divulga os horários escolares, a cada período letivo, em ação integrada com a Direção de Ensino, organiza o achados e perdidos do *campus*, verifica, periodicamente, as instalações das salas de aula, dispõe as turmas nas salas de aula, em conjunto com a Direção de Ensino, as coordenações de cursos e a Prefeitura do *campus*, organiza e entrega os armários das salas de aula aos estudantes no início do período letivo.
- Coordenação de Extensão: subordinada à DE, é o setor responsável por planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio do IFRJ com o mundo do trabalho e a sociedade. Tem como objetivo criar e implementar Políticas Extensionistas Institucionais, estimular a triangulação (tripé) entre extensão, ensino e pesquisa e, no âmbito dos interesses e necessidades da sociedade, incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência cultural, ambiental e social, auxiliando na formação de profissionais-cidadãos, estabelecer mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular por meio de programas e projetos de extensão, fomentar o desenvolvimento de ações integradas do IFRJ com a sociedade, promover programas e projetos que possibilitem a experiência prática e efetiva dos alunos na sua área formativa, contribuindo com o desenvolvimento local articulados às demandas sociais, promover programas e projetos que possibilitem que a comunidade do entorno, seja público alvo e beneficiário do trabalho desenvolvido pelo *campus*, articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão social, elaborar e supervisionar projetos institucionais de extensão

demandados pelos órgãos de fomento públicos e privados, incentivar e apoiar a realização de eventos de divulgação cultural, científica e tecnológica, bem como a aproximação da comunidade, no âmbito sistêmico e do *campus*, estimular e oportunizar a toda comunidade do IFRJ, a produção e fruição aos bens culturais, sejam locais ou regionais, implantar e viabilizar políticas inclusivas em consonância com as políticas públicas, implantar e apoiar projetos de acolhimento estudantil que visem o desenvolvimento social, cultural e esportivo, auxiliando a consequente manutenção e permanência dos discentes no *Campus* Niterói, estimular e supervisionar o desenvolvimento de programas e políticas voltadas à assistência e ao apoio estudantil, aprovadas pelo Conselho Superior, estabelecer convênios que visem à colocação e ao acompanhamento dos estudantes do *Campus* Niterói em estágios curriculares, apoiar e supervisionar políticas de integração Escola-Empresa, ampliando as oportunidades profissionais dos alunos, promover e conduzir a política institucional de acompanhamento de egressos sob a perspectiva da geração de indicadores, aproximação e de formação e desenvolvimento continuados para os egressos e/ou promovido por egressos e promover a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e as orientações recebidas do respectivo Conselho Acadêmico de Atividades de Extensão e homologadas pelo Conselho Superior.

Todos esses setores têm funções e tarefas específicas e estratégicas para que o *campus* entregue à sociedade um atendimento de qualidade e uma formação acadêmica direcionada à omnilateralidade.

Nas atividades desenvolvidas no *campus*, desde a sua criação, até sua instalação definitiva no bairro do Sapê (2019) foram promovidas ações para levar ao entrono atividades significativas para a população.

No ano de 2018 foi elaborado um projeto de ensino em uma comunidade de pescadores artesanais (SILVA, 2022). De acordo com a autora, esse projeto é fruto de uma avaliação feita no final do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Gestão de Projetos Ambientais. O objetivo desse curso é capacitar as pessoas para que sejam identificados problemas ambientais. A ideia da elaboração do projeto foi porque, na época, a sede do *Campus* Niterói ainda era no caminho Niemeyer, no centro da cidade. “Ao lado do Caminho Niemeyer há uma pequena vila de pescadores e um dos estudantes

levantou a possibilidade de realizar o projeto de conclusão de curso junto a essa comunidade” (SILVA, 2022, p. 167). A proposta foi aceita pela turma, assim foram debatidas e metas em relação ao trabalho na vila dos pescadores. Na visita ao local foram identificados alguns problemas: “perda da identidade cultural, abandono da prática de pesca e da vila”. Além disso, foi constatado que “a atividade pesqueira na Baía de Guanabara vem sendo afetada pela falta de políticas públicas e de saneamento e gestão adequada dos resíduos sólidos” e isso ocasiona muita poluição na localidade e uma série de problemas relacionados a manutenção da pesca (id. ibid. p.168). É válido ressaltar que o projeto foi bem recebido pela comunidade local. Nesse relato de experiência os envolvidos tiveram oportunidade de fazer um trabalho coletivo junto com os moradores da vila objetivando a conscientização ambiental e compartilhando informações sobre aproveitamento de resíduos.

Ao longo da criação do *Campus Niterói*, muitos projetos foram pensados, como “IFRJ- Niterói; transformando crise no pós-pandemia em oportunidade”. Esse projeto foi parte de uma chamada de um edital (no início do ano de 2023) de adesão ao Programa IF mais Empreendedor Nacional com o objetivo de executar projetos de extensão tecnológica para atender a apoiar micro e pequenos empreendedores. Os alunos do curso técnico em Administração, envolvidos no programa, tinham como meta transformar crises econômicas em oportunidades de negócios no âmbito local da Instituição. Para a efetivação do projeto, depois de estudos e análises foi selecionada uma amostra com seis empreendedores locais: alguns deles já tinham empreendimentos antes da pandemia, outros iniciaram as atividades justamente no período da pandemia. Da análise constatou-se que “os principais problemas enfrentados pelos empreendedores são variados, incluindo falta de diálogo com a matriz, venda abaixo do ponto de equilíbrio, [...] qualidade discutível dos produtos, falta de marketing digital [...]” (ALMEIDA, 2024, p. 12-13)”. A análise do cenário foi importante para entender que “a crise sanitária não apenas impactou o número de empreendedores, mas também provocou uma reflexão profunda sobre as estratégias e planejamento empresarial”. Foi constatado “que a pandemia serviu como um catalisador para a adaptação e inovação nas empresas.” (id. ibid. p.17-18). O projeto buscou ajudar os selecionados com orientações para melhorar os processos e os resultados financeiros. Visto dessa forma, é uma contribuição relevante para os envolvidos na pesquisa, além de, levar os conhecimentos construídos no interior da instituição para a população.

Outra ação promovida pelo *campus* que tem relevância é a participação em editais, como por exemplo, o Edital DG/IFRJ CNIT N°07/2024 para seleção de estudantes do IFRJ/*Campus* Niterói para o Programa Jovens Talentos. O programa concede bolsas a estudantes de Ensino Médio que se destaquem por seu desempenho escolar, para que participem de um projeto de pesquisa ou de extensão sob a supervisão de um orientador. Alguns projetos de pesquisa desenvolvidos no *campus* para esse edital são: Trajetórias educacionais e profissionais de docentes do IFRJ-*Campus* Niterói: história e memória (o foco principal das entrevistas incidirá sobre as trajetórias educacional e profissional dos (as) docentes, com vistas à criação de um acervo físico e virtual para a consulta dos interessados); Construindo um projeto de Educação Ambiental no *Campus* Niterói do IFRJ (o objetivo desse projeto é produzir conteúdo na área de educação ambiental para a página do Projeto de Educação Ambiental nas Redes – Pear, para fazer divulgação desses conteúdos, além de pensar, construir e promover a Educação Ambiental dentro do espaço do IFRJ *Campus* Niterói, através de oficinas, palestras e outras atividades práticas); Niterói Olímpico (esse projeto tem como objetivo estudar a importância das olimpíadas técnicas e científicas locais, regionais, nacionais e internacionais no fomento da excelência acadêmica dos estudantes e servidores envolvidos no processo dentro do IFRJ *Campus* Niterói); Mapeamento e caracterização da execução do serviço: um estudo de empresas de Niterói (ao participar das oficinas, o aluno bolsista e trabalhadores da economia solidária não apenas aprimoram seus conhecimentos, mas também fortalecem os laços comunitários e colaboram para o desenvolvimento econômico local. Além disso, a troca de experiências e conhecimentos entre os participantes das oficinas contribui para a inovação e a adaptação constante das práticas econômicas solidárias às necessidades e realidades locais).

Seguindo alguns apontamentos feitos por Pacheco (2011, p. 20) em relação ao IFRJ “atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais”. Dito isso, o *Campus* Niterói, por exemplo, no ano de 2017 lançou o Projeto Educação Inter geracional. O objetivo desse projeto foi melhorar a saúde e a qualidade de vida através da atividade física tendo pessoas da terceira idade como público alvo. Eram ofertadas atividades como: exercícios físicos, ginástica, alongamento, musculação, palestras, cine debates, passeios. Outra iniciativa foi o Projeto Inclusão Digital com o objetivo de auxiliar pessoas com dificuldade de utilizar as diferentes funcionalidades oferecidas pelo aparelho celular. Esse projeto era às quartas-feiras, na parte da manhã, na Associação dos Moradores do bairro

do Sapê. Esses projetos ajudam a consolidar propostas que visam à expansão das atividades do *campus*, pois “o desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento”. Importante ressaltar que “esses institutos revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros”. (PACHECO, 2011, p.21)

Sobre a atuação dos servidores no *campus*, a Coordenação Técnico-Pedagógica (COTP) conta com uma equipe multiprofissional e trabalha de forma interdisciplinar para realizar ações de caráter individual ou coletivo: como na chamada do Informativo Semanal do IFRJ *Campus* Niterói | Direção de Ensino Coordenação Técnico Pedagógica - CoTP | Edição 03: julho de 2020 que tratou o Eixo: Saúde e Saúde Mental. Nesse informe, a CoTP enfatiza que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde envolve o bem-estar biológico, psicológico e social, e que sendo essas áreas são interligadas. Informa que é preciso construir uma rotina com alimentação saudável, exercícios físicos e atividades pessoais, acadêmicas e/ou profissionais. Esse trabalho foi feito para informar dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, que mudou a rotina das pessoas, ressaltando a importância da redução da circulação em espaços externos do *campus*. Também foi oportuno o acompanhamento feito aos alunos durante o período de isolamento social. Algumas orientações como manter o distanciamento físico, praticar alguma atividade artística para ocupar a mente, outras atividades como: crochê, tricô, leituras, análise de filmes e músicas. Não só durante a pandemia, mas durante o ano todo, o setor exerce papel estratégico na mediação de situações internas e externas, na elaboração de atividades para os alunos e a comunidade.

Ainda sobre a CoTP no informativo Semanal do *Campus* Niterói em um trabalho conjunto da Direção de Ensino e da Coordenação Técnico Pedagógica – CoTP, na Edição 07: setembro de 2020, sobre o eixo Saúde. O destaque foi para falar sobre saúde sexual e sobre a promoção à saúde, prevenção das ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis - , e ainda, sobre o aspecto emocional, intelectual e social do ser sexual, de forma positiva com o intuito de contribuir para a informação, a comunicação e abordar a temática sob a ótica dos direitos humanos fundamentais. O setor está envolvido em ações para ajudar os alunos em questões que muitas vezes é preciso um olhar profissional, um acompanhamento ou encaminhamento externo. As atividades exercidas pelos profissionais da CoTP acontecem desde o momento da matrícula, durante o período letivo, além das ações extramuros para a promoção da educação integral, pois o trabalho

é feito “a partir das relações sociais existentes que dão oportunidade, por um lado, ao compartilhamento de ideias, visando à formação de uma cultura de participação e, por outro, à absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente”. E que vão além da sala de aula, dos espaços internos do *campus*: “Trata-se, portanto, de um espaço aberto e em movimento, de atuação regional, com bases em referenciais que expressam também uma missão nacional e universal” (PACHECO, 2011, p. 22).

As ações em prol da comunidade do *campus* precisam ser permanentes para atendimento das demandas. Como no exemplo da publicação do Edital de habilitação nº01/2023 para Coleta Seletiva Solidária: Habilitação para Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Por meio da Comissão Permanente de Coleta Seletiva Solidária o objetivo é de efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados no *Campus* Niterói. O procedimento tem por objeto habilitar as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para fins de coleta dos resíduos recicláveis descartados (vidros, papéis, papelão, metal, sucata eletrônica, plástico) no Instituto. Para a habilitação a associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis atender alguns requisitos: esteja formalmente constituída por catadores de materiais recicláveis; possua infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados, compatível com o tipo de resíduo ou quantitativo que pleiteia coletar; apresente sistema de rateio entre os associados e cooperados; estar regularmente cadastrada e habilitada no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – SINIR; apresentar mensalmente à Comissão a planilha do rateio realizado no mês precedente, com a discriminação dos nomes dos catadores beneficiários e dos respectivos valores distribuídos a cada um deles, assim como a indicação do valor total rateado, entre outros critérios que devem ser seguidos. Existe um estudo antes dessas ações e cuidados na formalização do contrato, bem como a preocupação de proteger os direitos dos trabalhadores envolvidos no processo da coleta de resíduos. Esses cuidados precisam contemplar problemas reais e soluções locais; “é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível” e articular “o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas”, bem como “na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos

que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades”. (id. *ibid.* p.29 -30).

Os editais têm sido ferramentas utilizadas para uma série de ações de integração no Instituto e para a implementação de soluções que atendam dialogicamente aos interessados. Análogo ao processo de seleção de bolsistas para o Programa de Treinamento Profissional com vagas definidas por planos de trabalho orientados pela Direção Administrativa, Direção de Ensino, Coordenação de Extensão e Assessoria de Comunicação e Coordenação de suporte e Tecnologia da Informação (Edital DG/IFRJCNIT N°02/2022). O objetivo é a seleção de estudantes do *campus* matriculados nos cursos das modalidades: Técnico Integrado ao Ensino Médio ou Concomitante/Subsequente ou Pós-Graduação que tenham interesse em atuar no Programa de Treinamento Profissional. Os alunos poderão ter a chance de produção de material para o site institucional, colaborar na comunicação interna, elaborar textos, apresentações, apoiar atividades de planejamento e execução de eventos, conferências (internos, externos), assuntos sobre mídia regional nacional, etc. As atividades a serem desenvolvidas dependem de onde o aluno ficará alocado. Para a Direção Administrativa (DA) é preciso auxiliar os setores que compõem a DA (Gestão de Pessoas, Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo, Prefeitura, Compras e Orçamentos): confecção, atualização, separação, arquivamento de documentos; atualização do banco de dados do sistema, atendimento ao público, atividades relacionadas à infraestrutura do *campus*, etc. Assim, reforça-se a base dos IFs de que o currículo precisar ser adequado às propostas da EPT: “mesmo diante de aspectos que justifiquem especificidades de qualquer natureza, esteja estruturado com base na garantia de conteúdos que configurem e integrem a dimensão científica e tecnológica, a dimensão cultural e a dimensão do trabalho.” (id. *ibid.* p.36).

Igualmente, as ações extensionistas (elaboradas a partir das necessidades e interesses da comunidade interna e externa do IFRJ, mapeadas através de consultas públicas.), são importantes porque que oportunizam que os alunos possam ter contato com outras atividades para enriquecer o aprendizado. O Projeto “Atividades Esportivas e Culturais em Tempos de Pandemia: relato de experiência do Projeto “IFRJ em ação” com o objetivo oferecer à comunidade interna e externa do *Campus* Niterói do IFRJ atividades de lazer, culturais ou esportivas, a partir das suas demandas”. Dessas demandas, “após uma consulta, realizada no ano de 2018, para elaboração de projeto de extensão realizado no *Campus* Niterói, ficou evidenciado que a maioria dos participantes desejava realizar, principalmente, atividades como caminhada/corrida, alongamento e trilhas.” Além disso,

“em outra consulta realizada também no ano de 2018, com alguns servidores da Secretaria de Obras e Infraestrutura do município de Niterói, observou-se que eles também tinham interesse em participar de tais atividades” Considerando que o *Campus* Niterói, no referido ano, ocupava um espaço provisório no Caminho Niemeyer, próximo a essa Secretaria. O que também “foi de suma importância para promover uma melhor relação do *campus* com o poder público municipal”. Ao longo do ano de 2018 até 2019, “visando atender tais demandas, foram realizadas oficinas regulares de alongamento, yoga e de atividades esportivas. Como atividades esporádicas, foram realizadas oficinas de escalada, slackline e a realização de trilhas no município de Niterói”. (COUFAL et al, 2021, págs. 12-13). Com a instalação definitiva do *Campus* Niterói no bairro de Pendotiba “contando com três turmas e um total de 108 alunos, vários desses estudantes moravam no bairro do Sapê. Foi realizada uma pesquisa acerca de quais práticas corporais estes alunos desejavam aprender.” A partir desse novo contexto “foram ofertadas oficinas de futsal feminino e masculino, voleibol misto, dança de salão, e alongamento”. No ano de 2020, por meio de uma consulta pública, “foi divulgada nas instituições parceiras bem como através de membros da comunidade e em locais considerados centrais na comunidade, como associação de moradores e posto de saúde.” Dessa consulta foram propostas: “as oficinas mais demandadas foram vôlei, futsal e yoga, seguidas por basquete e depois ginástica, atletismo e handebol.” (id. ibid. p.13). O registro desses relatos vem somando ao mapeamento das atividades do *campus*, construindo suas memórias e fortalecendo a identidade da EPT.

Também é importante deixar registrado um artigo publicado no ano de 2019, sobre o relato de experiência das servidoras da Biblioteca do IFRJ do *Campus* Niterói. As servidoras em questão elaboraram o projeto de extensão "Livros, arte, em(canto): Círculo de leitura da Biblioteca do IFRJ? *Campus* Niterói". A ideia desse curso surgiu justamente da necessidade de trabalhar dentro e fora dos muros do Instituto a cultura afro-brasileira. Tendo como ponto de partida a Lei nº 10.639/2003 (que altera a LDB - Lei 9394/96) e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira. Esse projeto teve como objetivo a promoção de leitura e produção cultural - poesia, sarau, música, teatro - para disseminar a utilização de livros que foram adquiridos pela Biblioteca sobre história e cultura africana e afro-brasileira. Assim, foram promovidos círculos de leituras de textos selecionados em encontros extensionistas em espaços externos do IFRJ/*Campus* Niterói. Foram feitas atividades lúdicas (música e performances artísticas, leitura dramatizada, encenação de textos com a colaboração de

artistas amadores e voluntários da plateia. Um dos locais onde ocorreu a apresentação foi no Campo de São Bento, que é uma das áreas de lazer mais populares da cidade de Niterói (é um local que tem um número grande de visitantes, tem quadra de esportes, parque infantil). Assim, as atividades elaboradas nos Institutos podem alcançar um número grande de pessoas através de iniciativas como essa que promoveu cultura e conhecimento para além dos muros institucionais. O suporte teórico foi a valorização e ressignificação da cultura de matrizes africanas com o objetivo específico de fortalecer a luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil. A metodologia utilizada foi a promoção de leitura, produção artístico-cultural, disseminação de informações acerca dos conteúdos e contextos das obras e dos autores que tratam a temática. A atividade educativa interativa e concreta, aliada à intencionalidade são ferramentas utilizadas para o fortalecimento das práticas de letramento informacional junto ao público envolvido. Além disso, os contos e as lendas africanas também são instrumentos que ajudam a despertar a discussão sobre questões raciais/ a influência da cultura africana na formação do povo brasileiro. As atividades foram realizadas na “V Feira Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação”, evento, organizado pela Prefeitura Municipal de Niterói/RJ e foram elaboradas para o público em geral, com a colaboração de alunos monitores voluntários, foram feitas leituras compartilhadas, exposição e acesso a obras sobre a temática, sorteio de livros. Alunos de outras escolas (que também participavam do evento) foram convidados a participar das atividades de leitura, dramatização e interação para assinalar a importância da cultura africana na formação do povo brasileiro.

Registrar essas experiências que começaram ainda na época em que o *campus* ainda era na sede provisória, no Centro da cidade de Niterói, é componente relevante para que identidade da proposta da EPT se fortaleça historicamente de forma positiva. Em relação ao *Campus* Niterói, é válido ressaltar que este está localizado em uma região “caracterizada por baixos índices socioeconômicos do município, com concentração de moradias e baixas taxas de emprego, meio de locomoção e escolaridade, havendo a expectativa de que o *campus* altere a realidade local”. (BENSADON, 2020, p. 311).

A expectativa da chegada do *campus* é também um desafio a mais para os servidores, pois deles é a tarefa de fazer com que os editais sejam publicados, os processos sejam abertos, as licitações tragam os meios para a realização dos empreendimentos. Eles precisam ter em mente como a tarefa de fazer com que todos esses resultados alcançados dependem do trabalho voltado para a emancipação dos sujeitos, para a integração do Instituto com a sociedade a qual serve. Reconhecer o seu papel e a sua importância nos

processos educacionais é válido para entender quais as implicações estão envolvidas no trabalho dos técnicos administrativos, principalmente porque, segundo Bensadon (2020) “na construção do novo *Campus* Niterói a questão que se colocou inicialmente para sua implantação foram decisões a respeito de quais atividades educacionais seriam oferecidas e quais seriam as suas justificativas”. Reitera-se a questão de que “frente a essas e outras questões, um dos temas que permeia o processo de construção do IFRJ é justamente a sua identidade”, além disso, “pensar em identidade educacional requer considerar seus condicionantes históricos e estruturais, mas também perceber as mudanças ao longo dessa construção identitária, suas variações no tempo e no espaço em cada contexto social. ” Ressaltando-se que as mudanças são fruto dos avanços para as propostas da construção da EPT no território nacional, assim nota-se: “a instituição que se limitava principalmente à área industrial, passou a ampliar seu corpo de servidores e suas áreas de atuação temáticas e territoriais no estado do Rio de Janeiro”. As instituições escolares têm atualmente, muitos desafios, não é fácil promover educação atrativa e de qualidade para um tão exigente como se tem hoje: “o desafio de manter a significação social das experiências de aprendizagem promovidas pela escola permanece, frente a tantos atrativos de informações fáceis e velozes, mas nem sempre confiáveis e educativas.” (id. *ibid.* págs. 311-313)

Reforçar as questões acima ajuda a compor um cenário desafiador da atuação dos servidores e da EPT devido às lutas históricas para materialização de políticas públicas no Brasil:

O reforço ao valor do que seja público e do protagonismo dos indivíduos torna-se mais imperativo nesse contexto, dado também o enfraquecimento das instituições primárias de socialização dos indivíduos, como a família. Isso pode gerar ou acentuar a personificação das instituições, fazendo política meramente com a subjetividade e o pessoal como referências, numa sociedade historicamente já marcada pela privatização e o clientelismo do que seja visto como público.

Essa falta de sentido e enfraquecimento de pertencimentos sociais pode gerar algumas consequências, como um retorno à pressão por seguir o critério econômico estritamente, o qual, por outro lado, não fornece nenhuma segurança às pessoas e acentua práticas competitivas e individualistas. Essa lacuna também pode ser preenchida por alternativas tortuosas, como um resgate às rígidas identidades do passado como forma de proteção, a exemplo do retorno de pautas conservadoras, misóginas e autoritárias, como os pedidos de intervenção militar no período atual, ou então, a sensação de imobilismo e desconfiança frente a qualquer ideia de transformação e justiça social. (id. *ibid.* págs. 313-314)

A atenção está voltada não só para a construção de uma identidade sólida para a EPT, mas para todo um contexto social, nacional, de muitas lutas para que a escola pública assuma seu papel de representatividade na sociedade. Uma escola que tenha como

base as concepções trazidas pela EPT e que tenha o cidadão como protagonista através da sua emancipação. A história dos Institutos tem uma importância muito grande para a luta pela educação no país, de acordo com Bensadon (2020, p.314) “a Lei 11.892/2008 estipula que os IFs devem atender às demandas locais, o que, conseqüentemente, passa pela compreensão e o diálogo sobre as demandas da e com a sociedade”. As estipulações legais pertinentes a essa modalidade da EPT trazem para os servidores responsabilidades que precisam de um apoio operacional dinâmico: “as atribuições dos Institutos incluem organizar o ensino, a pesquisa e a extensão de forma a atender as necessidades da sociedade, com o exercício democrático nas relações com a comunidade escolar”. Os exemplos trazidos acima em relação à atuação do *Campus* Niterói na escolha de projetos, atividades, na condução das escolhas é a materialização do que é estipulado pela lei. Para tanto é preciso uma gestão com propósito alinhado à missão da EPT: “essa gestão escolar democrática envolve o efetivo diálogo com a sociedade e suas organizações sociais, inclusive para atingir um amplo público que ainda está excluído da educação ofertada pela esfera federal”. A tarefa dos TAEs para garantir essa efetiva participação social, o protagonismo dos alunos e da comunidade na qual o *campus* está inserido é assegurar que, através da eficácia do seu trabalho, o cidadão possa ter acesso às ferramentas que possibilitem esse protagonismo.

Os servidores têm, portanto, papel de mediadores na construção da EPT, pois “a identidade organizacional de uma instituição escolar define-se em consonância com as expectativas sociais, não sendo, portanto, algo externo ao conjunto da sociedade ou mesmo rígido e imutável, mas resultado dessa mútua interação” (id. *ibid.* p.315). a manutenção dessa interação através do diálogo constante com a comunidade é uma das bases da EPT que precisam ser seguidas pelos servidores. Trazer essas observações é importante por se tratar de uma inovação na área da educação e por ser de extrema importância que não se perca o que foi conquistado até aqui, pois a trajetória dos IFs também traz consigo disputas históricas “do país em estruturar e manter como permanentes processos democráticos e participativos, haja vista a história nacional desde o período colonial com regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, e nos processos recentes” (id. *ibid.* p.326) que compõem o cenário da educação profissional.

É preciso trazer para o cenário de atuação do TAE na EPT, as mudanças que têm acontecido com a sua carreira e as especificidades da área onde atua, considerando que Dantas (2015): “em diversos países a administração pública sofreu reformas significativas

principalmente a partir de meados da década de 1970, tendo em vista a globalização dos mercados e a falência do modelo de Estado burocrático”. E que essas mudanças vão sendo incorporadas na administração de recursos humanos (focado em procedimentos administrativos e controle de pessoal) e são substituídos por “Gestão Estratégica de Pessoas, onde se busca conciliar os interesses e expectativas pessoais com as estratégias e objetivos da instituição” que passou a ser incorporada ao contexto do setor público com algumas características: “a flexibilização na gestão; o estabelecimento de metas e objetivos; o foco nos resultados e não apenas nos processos; as recompensas atreladas ao desempenho; a descentralização da administração de recursos humanos”, entre outras. As mudanças acompanham o movimento social, assim, “neste ambiente de constante mudança, surgiu então no mundo o movimento da Gestão Estratégica de Pessoas (Strategic Human Resource Management), como uma tentativa de superar o formalismo extremo da perspectiva adotada anteriormente” que era a “Administração de Recursos Humanos (Personnel Management).” DANTAS, 2015, p. 13). Em relação ao contexto brasileiro é assinalado por Dantas (2015) que:

Quanto à profissionalização de servidores e adequação do setor público ao enfrentamento dos desafios introduzidos na atualidade, destaca-se nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, além da PNDP, a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE e seus decretos auxiliares, que constituem dispositivos inovadores à gestão de pessoas por abordarem temas como a gestão por competências, capacitação contínua, avaliação de desempenho e o dimensionamento da força de trabalho (BRASIL, 2005; 2006a; 2006b). Estas políticas visaram a consecução das mudanças necessárias ao aperfeiçoamento da Administração Pública Federal a médio e a longo prazo (OCDE, 2010). O desenvolvimento das pessoas nas organizações passa a ser a principal vertente dos modelos estratégicos mais amplos de gestão de pessoas. Sob esse prisma, a PNDP possibilita o alinhamento às perspectivas teóricas da gestão estratégica de pessoas, as quais preveem a adequação dos processos e das competências dos indivíduos aos objetivos organizacionais (FISCHER, 2002). (DANTAS, 2015, p. 14)

A questão que instala, de acordo com Dantas (2015) em relação às formas de gestão apresentadas é que “o setor público possui características que podem inviabilizar, ou pelo menos dificultar, o processo de aplicação deste modelo, inicialmente concebido para a iniciativa privada”, e aponta questões que dificultam como: “ambiguidade das prioridades, caráter mutável, brevidade dos ciclos políticos, dificuldade para medir e avaliar, as numerosas limitações legais e, principalmente, as restrições intangíveis de natureza cultural.” (id. *ibid.* p.14). Trazer o TAE para o contexto da EPT sendo esse cenário um setor público educacional, é um grande desafio para a gestão pública, pois sua atuação impacta diretamente o desenvolvimento da educação, que está ligado a outros

fatores – econômicos, sociais, políticos. É, portanto, uma grande responsabilidade para esses agentes da EPT desenvolver sua profissão dentro das especificidades que acompanham o contexto da educação profissional no país.

4 METODOLOGIA

A metodologia científica utilizada neste trabalho se deve à necessidade de construir um arcabouço bibliográfico sólido que serviu de base para a construção do texto e para a elaboração do produto educacional, permitindo não apenas a sistematização do conhecimento teórico, mas também a criação de um material que engaja os participantes de maneira ativa, possibilitando que absorvam o conteúdo de forma dinâmica e que reflitam criticamente sobre ele e sobre o contexto em que estão inseridos, de maneira colaborativa e prática. Através de pesquisa bibliográfica em diversas fontes (artigos, teses e livros), pretendeu-se buscar trabalhos voltados à Educação Profissional e Tecnológica, sobre a trajetória da educação brasileira.

Ao analisar a importância do papel desempenhado pelos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) na consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Campus Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), foi realizada pesquisa documental por meio dos registros institucionais para ajudar a compor, de maneira sistemática, a história do IFRJ e do *Campus* Niterói, traçando um panorama que demonstra as transformações dessa instituição ao longo do tempo, incluindo os impactos sociais ocasionados pela atuação do instituto na localidade onde está inserido. Também, a seleção da modalidade bibliográfica como metodologia científica é estratégica para caracterizar o contexto em que o técnico-administrativo em educação do *Campus* Niterói do IFRJ se insere, uma vez que o “fato, inquestionável, do cientista social não poder dissociar-se do contexto sociocultural em que está inserido” (COUTINHO, 2014, p. 6).

Para investigar a percepção do papel dos TAEs do *Campus* Niterói no exercício e consolidação dos princípios e diretrizes que regem a modalidade de educação profissional e tecnológica (EPT), foi preciso traçar um panorama sobre a EPT no contexto histórico do surgimento do *campus* para trazer o foco para a importância da atuação desse servidor. Ao assinalar a relevância do trabalho como princípio educativo, através dos textos de artigos, publicações digitais e autores que tratam o tema, teve como expectativa que os servidores percebessem as nuances do local onde estão inseridos.

A busca para resgatar a memória institucional do *Campus* Niterói, num contexto de vulnerabilidade socioeconômica, dentro do papel da Rede Federal feita através das publicações no portal institucional e em documentos produzidos pelo IFRJ para esse fim, foram de extrema importância para contextualizar o surgimento do *campus*, sua

localização estratégica e as parcerias que culminaram com o seu surgimento. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, criado no âmbito do Ministério da Educação, disposto pela lei nº 12.677/2012, também serviu de base para construir o viés identitário à luz da legislação. A pesquisa em fontes variadas possibilitou a inclusão de imagens, a leis, informações de documentos produzidos pela instituição para regatar a memória institucional do Campus Niterói.

Todos esses aportes teóricos foram fontes valiosas para desenvolver um produto educacional em vídeo, através da ferramenta digital *VideoScribe*, para que os TAEs pudessem compreender a relação entre suas funções e a proposta de uma educação omnilateral na EPT. A pesquisa nessas fontes possibilitou assinalar o compromisso dos Institutos com as políticas públicas na educação brasileira: os documentos institucionais, a história da EPT, a lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008), as informações colhidas no local da pesquisa sobre a estrutura hierárquica e a importância das ações intersetoriais foram utilizadas para a reflexão da importância da educação frente as mudanças provocadas pelo avanço da produção capitalista

Quanto à natureza da abordagem adotada, optou-se pela modalidade de pesquisa qualitativa, pois “busca aprofundar a compreensão de diversos aspectos relacionados a uma organização” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Esta categoria é caracterizada por uma abordagem descritiva e interpretativa por meio da análise dos documentos legais existentes sobre o tema e trabalhos já publicados, voltados para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, culturais e subjetivos. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que busca mensurar variáveis e estabelecer relações estatísticas, essa modalidade prioriza a análise das percepções, significados e experiências dos sujeitos envolvidos, o que a torna uma via promissora para processos que almejam a transformação social. Seu caráter indutivo permite que os dados coletados guiem o desenvolvimento das interpretações sem a necessidade de hipóteses rígidas pré-estabelecidas. Neste trabalho, utiliza-se como instrumentos de coleta entrevistas abertas, observação participante e análise documental, que são flexíveis e adaptáveis, promovendo escuta ativa dos participantes e possibilitando ao pesquisador captar a complexidade das interações humanas e dos contextos estudados, ao mesmo tempo em que atua de maneira interativa e imparcial na construção do conhecimento.

Quanto à natureza dos objetivos da pesquisa, adota-se a modalidade de pesquisa exploratória, que tem como principal finalidade proporcionar uma compreensão

aprofundada de um tema, permitindo ao pesquisador delimitar melhor seu objeto de estudo e formular hipóteses mais precisas para investigações futuras. Essa abordagem é frequentemente utilizada em contextos onde há pouca informação disponível sobre o fenômeno em questão, recorrendo a levantamentos bibliográficos, entrevistas com especialistas e análise de casos concretos. Assim, esta modalidade tem como objetivo principal “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p. 41), expondo as particularidades dos servidores que são o foco deste estudo. Dada sua flexibilidade, a pesquisa exploratória possibilita a identificação de padrões, relações e variáveis relevantes, orientando as etapas subsequentes da investigação científica. No presente trabalho, essa escolha metodológica revela-se particularmente adequada, pois abrange tanto o levantamento bibliográfico da história do IFRJ e da Rede Federal de Educação, que até então carecia de uma sistematização formal como a proposta no produto educacional deste trabalho, quanto à captação das percepções dos TAEs do *Campus* Niterói, enriquecendo, assim, a discussão sobre o tema e preenchendo lacunas existentes na literatura.

Tendo em vista as demandas a serem atendidas por este trabalho, a integração entre as abordagens qualitativa e exploratória estabelece uma convergência metodológica que promove harmonia entre os objetivos específicos da pesquisa, estando alinhado com a concepção de Vieira (2009):

A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes. A pesquisa qualitativa mostra as opiniões, as atitudes e os hábitos de pequenos grupos, selecionados de acordo com perfis determinados. (VIEIRA, 2009, p. 6).

Quanto à natureza, a abordagem adotada é caracterizada como pesquisa aplicada, a qual “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35), o que, no contexto deste trabalho, significa investigar uma situação real, aplicada ao cotidiano da atividade no *campus* em análise que tem como questão central a orientação ao TAE quanto ao seu importante papel na EPT.

Com base na escolha das modalidades de pesquisa, foram adotadas abordagens que combinam métodos qualitativos e exploratórios, utilizando questionários e o grupo focal como técnicas principais para coleta e análise de dados. A combinação dessas abordagens oferece uma visão abrangente, capaz de captar as nuances subjetivas e

contextuais que não seriam facilmente acessíveis por métodos quantitativos, assegurando assim uma análise mais holística e precisa do objeto de pesquisa.

4.1 Procedimento de coleta e análise dos dados

A pesquisa foi desenvolvida no *Campus* Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), situado no bairro do Sapê, na região de Pendotiba, pertencente ao município de Niterói, estado do Rio de Janeiro.

Para compreender a realidade no local da pesquisa, dos vinte e oito técnico-administrativos em educação do *Campus* Niterói do IFRJ, quatorze aceitaram participar da pesquisa. Estes servidores foram entrevistados por meio de um questionário com perguntas abertas antes da elaboração do produto educacional (Apêndice 1). Na fase inicial desta análise, os critérios de avaliação, que buscaram avaliar o nível de conhecimento em relação à EPT, abrangeram os técnico-administrativos em educação de todos os níveis de cargos (C, D e E) que fazem parte do corpo de servidores efetivos do *campus*.

Adiante, com os dados apurados, foi elaborado um produto educacional com propósito de desenvolver um senso crítico acerca do contexto do mundo do trabalho do Técnico-Administrativo em Educação do *Campus* Niterói do IFRJ. Este produto educacional visou permitir que o TAE compreenda o trabalho como um princípio educativo e possa contribuir para que ele entenda seu compromisso e sua importância para a EPT. Posteriormente, após a apresentação do produto educacional, foi realizado um grupo focal para discutir suas visões sobre os temas apresentados no vídeo: Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o mundo do trabalho em seus contextos. As perguntas realizadas nesta última etapa se encontram formalizadas no Apêndice 2.

Descrições técnicas detalhadas sobre os instrumentos de coletas de dados adotados são apresentadas nos itens a seguir.

4.2 Questionário

O questionário é um instrumento de pesquisa composto por uma série de perguntas estruturadas sobre um determinado tema. Sua aplicação permite a coleta sistemática de dados, sendo amplamente utilizado em pesquisas científicas para investigar opiniões, percepções e fatos. Dentre as categorias, destaca-se o questionário de autoaplicação, no qual os próprios respondentes preenchem as respostas sem a presença do pesquisador. Esse tipo de questionário pode ser distribuído por correio, e-mail ou plataformas online, o que agiliza o processo de coleta e análise dos dados. Para o respondente, a principal

vantagem é a flexibilidade de responder no momento e ritmo desejados, sem pressões externas. Já para o pesquisador, a padronização das respostas facilita a análise dos dados e elimina a influência do entrevistador sobre as respostas.

As perguntas podem ser abertas ou fechadas, cada uma com suas vantagens e limitações. As perguntas abertas permitem que os participantes expressem suas opiniões livremente, utilizando suas próprias palavras, o que proporciona uma visão mais profunda e espontânea sobre o tema investigado. Em pesquisas com abordagem qualitativa, prefere-se a utilização de questionários com perguntas abertas, pois consideram que o significado das palavras pode variar conforme o contexto e a cultura do respondente, evitando o risco de induzir o respondente a escolher uma alternativa que talvez não representasse sua opinião caso tivesse total liberdade de expressão. Essas perguntas são especialmente úteis nas fases iniciais de um estudo, auxiliando na formulação de opções para futuras questões fechadas. Além disso, desempenham um papel essencial no processo de descoberta de novas ideias e perspectivas, permitindo a exploração mais aprofundada do tema pesquisado e contribuindo para a elaboração de novas investigações. Esse aspecto é reforçado por Minayo (2012), ao afirmar que a análise qualitativa de um objeto de investigação viabiliza a construção do conhecimento e reúne os requisitos e instrumentos necessários para ser reconhecida e valorizada como um construto científico.

Considerando os benefícios deste recurso de pesquisa na fase de investigação, um questionário com perguntas abertas, de caráter exploratório, em que a resposta demanda uma opinião ou explicação, foi elaborado e aplicado. Para fundamentar essa etapa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a EPT e o mundo do trabalho, visando obter subsídios que qualificassem a formulação das perguntas direcionadas aos TAEs e contribuíssem para a construção do produto educacional. O questionário aplicado aos TAEs do *Campus* Niterói foi disponibilizado por meio da plataforma on-line *Google Forms*, garantindo a continuidade da pesquisa e facilitando tanto o acesso quanto o preenchimento das respostas.

Posteriormente, a interpretação das informações obtidas foi realizada por meio da análise qualitativa com foco nas variáveis envolvidas, permitindo a identificação de aspectos subjacentes que não são imediatamente explícitos. Essa abordagem buscou compreender os motivos e comportamentos dos técnico-administrativos do *Campus* Niterói em relação à sua participação no contexto e na realidade da educação profissional e tecnológica.

4.3 Grupo focal

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que se destaca pela sua abordagem interativa, permitindo explorar profundamente as percepções, atitudes e sentimentos dos participantes sobre um determinado fenômeno social, por meio da intersubjetividade, já que

Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. Apesar disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, *a priori*, para investigações qualitativas. (KIND, 2004, p.125)

Ao contrário das entrevistas individuais, o grupo focal promove uma dinâmica de troca e reflexão coletiva, permitindo que os participantes formulem suas próprias questões e busquem respostas de maneira colaborativa. Essa interação propicia um nível de análise mais profundo e reflexivo, revelando aspectos do fenômeno investigado que, muitas vezes, escapam às metodologias tradicionais. A capacidade de gerar discussões e debates em torno dos temas abordados torna o grupo focal um método particularmente eficaz para explorar atitudes, crenças e sentimentos que não seriam plenamente compreendidos de outra forma.

Além disso, o grupo focal se caracteriza por sua natureza dialética, na qual os participantes não são apenas receptores de informações, mas ativos no processo analítico e interpretativo. Nesse contexto, o grupo focal se torna uma ferramenta potente para promover uma visão crítica e criativa da realidade, desafiando os participantes a questionar e reconfigurar suas próprias concepções. Essa técnica, ao facilitar a construção coletiva do conhecimento, valoriza a interação social como um motor essencial na formação de atitudes e opiniões, o que torna sua aplicação fundamental em pesquisas nas áreas de ciências sociais, saúde e outras que envolvem fenômenos complexos e multifacetados.

Para garantir que o processo de coleta de dados ocorra de maneira eficaz e produtiva, é fundamental que o mediador se responsabilize por esclarecer a dinâmica das discussões, explicando os objetivos do encontro e estabelecendo as normas que orientam a interação entre os participantes. A todo instante, o pesquisador deve manter consciência acerca de sua própria posição e influência dentro do grupo, evitando distorções indesejáveis dos dados coletados e garantindo a integridade da pesquisa. Ele também assegura que os aspectos éticos sejam respeitados, mantendo o compromisso da

confidencialidade e o respeito entre os envolvidos. Além disso, o mediador estimula o debate de maneira equilibrada, criando um ambiente onde todos os participantes se sintam à vontade para expressar suas opiniões e pontos de vista.

No contexto desta pesquisa, na etapa subsequente à veiculação do produto educacional, optou-se por utilizar o grupo focal como método de coleta de dados para analisar a nova percepção dos TAEs do *Campus* Niterói sobre seu trabalho na EPT. A proposta de coleta de dados de forma interativa visou, justamente, promover um espaço de debate entre os servidores administrativos, permitindo que seus discursos fossem refletidos coletivamente. Dessa forma, buscou-se estimular uma análise conjunta sobre a importância histórica desses sujeitos como agentes transformadores no cenário da educação brasileira, ao mesmo tempo em que foi possível oferecer uma oportunidade única para explorar e compreender a própria história da Educação Profissional e Tecnológica no país. A percepção que se buscou para essa pesquisa foi entender que o grupo focal é importante porque “é ferramenta de bom potencial para gerar dados que contribuam para ações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida. É valorizado principalmente em estudos de abordagem predominantemente qualitativa” (SOUZA, 2020, p. 2).

Durante o grupo focal, a discussão foi conduzida com base em questões previamente estabelecidas, com o objetivo de obter *insights* sobre a percepção dos participantes após a visualização do produto educacional. Buscou-se promover uma interação entre os participantes, promovendo o diálogo aberto e democrático e criando um espaço de troca de experiências, construção coletiva do conhecimento e reflexão sobre as perguntas propostas. Valorizou-se a horizontalidade, ou seja, todos tiveram voz e puderam contribuir igualmente para a discussão. Procurou-se ouvir os servidores para compreender seus discursos enquanto sujeitos, considerando o contexto histórico e local de seu trabalho na EPT, a fim de entender como a colaboração com seus pares no *Campus* Niterói tem contribuído para a transformação, formação e fortalecimento da identidade do Instituto Federal naquela região. Os seguintes princípios estabelecidos por Moreira (2002, p.52) foram pautados pelo pesquisador nesta etapa:

- 1) a interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes;
- 2) A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes;
- 3) A flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição a priori das situações;
- 4) O interesse é no processo e não no resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise;
- 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência;
- 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre

a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa. (MOREIRA, 2002, p. 52).

Os percursos analíticos adotados na metodologia visaram tornar possível a sistematização de um tipo de conhecimento que, em sua essência, é formado por opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais. Esse conhecimento foi analisado sob a perspectiva dos próprios atores envolvidos, destacando-se a intersubjetividade como um aspecto fundamental para entender as dinâmicas sociais e individuais em questão. Através desse processo, buscou-se compreender de maneira mais profunda os significados que emergem dessas interações e como elas se configuram no contexto estudado.

Por fim, vale salientar que todo o processo investigativo obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), sob o parecer nº 7.336.386, CAAE: 79429124.0.0000.5268, em 17 de janeiro de 2025. Todos os procedimentos realizados na pesquisa com seres humanos foram minuciosamente seguidos, conforme especificado no Anexo A, garantindo a integridade e o respeito aos participantes envolvidos.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido neste trabalho é um vídeo animado com duração total de 22 minutos, dividido em quatro tópicos formativos, que são abordados de maneira clara e objetiva na seguinte sequência:

- A origem do Instituto Federal do Rio de Janeiro e seu propósito para a EPT;
- A Origem do *Campus* Niterói do IFRJ e seu propósito para a EPT;
- A importância dos cursos da EPT no contexto da cidade de Niterói;
- Os setores e suas funcionalidades integradas à EPT no *Campus* Niterói;

Assim, a finalidade do produto educacional foi despertar a reflexão dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) quanto ao seu papel na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), através de informações sobre a origem e o propósito do Instituto Federal e do *Campus* Niterói, a funcionalidade dos setores e a importância dos cursos ofertados estruturadas no vídeo. Além disso, buscou-se orientar o Técnico-Administrativo em Educação quanto ao mundo do trabalho através do resgate do princípio educativo, ressaltou a importância de atender às demandas sociais, culturais, ambientais e tecnológicas, conduzindo-o à compreensão da ciência, da técnica, da sua importância para a sociedade e para o seu meio de trabalho.

Para cumprir essa tarefa, o pacote computacional *VideoScribe* foi escolhido como plataforma para a criação do produto educacional, devido às suas ferramentas que possibilitam a produção de conteúdo de forma didática. O vídeo emprega a tecnologia de animação digital em quadro branco, conferindo uma apresentação dinâmica e interativa, com variações de imagens, cores, textos e elementos sonoros, a fim de ilustrar os conteúdos abordados e, assim, estimular o engajamento dos servidores administrativos do *Campus* Niterói do IFRJ. O conteúdo produzido cria oportunidades para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos participantes, aspectos essenciais para um aprendizado mais independente e reflexivo.

O vídeo, enquanto recurso educacional, foi disponibilizado em formatos tanto online quanto offline, proporcionando aos usuários flexibilidade para escolherem a forma mais conveniente de acesso, de acordo com suas condições e preferências. Essa disponibilidade em ambas as modalidades garante que o vídeo se torne acessível a um público mais amplo, superando barreiras tecnológicas e assegurando que todos possam utilizar o conteúdo de maneira inclusiva. Dessa forma, o vídeo não só amplia o alcance

do aprendizado, mas também contribui para a democratização do conhecimento. Além disso, ao adotar a modalidade digital para o produto educacional, promove-se um acesso mais equitativo ao saber, permitindo que um maior número de pessoas se beneficie das informações de maneira ampla e acessível, fortalecendo o processo de democratização do conhecimento.

6 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo apresenta a descrição do produto educacional, concebido com o propósito de transmitir informações de forma dinâmica, estimulando a análise crítica e fomentando reflexões sobre novas possibilidades e a valorização do conhecimento. A iniciativa buscou estimular a autonomia dos participantes ao aprofundar a compreensão sobre o papel dos técnicos administrativos em educação (TAEs), visando o fortalecimento institucional e da EPT no *Campus* Niterói, além da consolidação de uma identidade profissional alinhada às exigências sociais, culturais e tecnológicas, promovendo, assim, uma reflexão sobre a origem e a missão do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Para atender à intencionalidade da pesquisa, considerou-se esse profissional um sujeito de direitos, com capacidade de intervir no mundo do trabalho e na sociedade, em consonância com a perspectiva de Saviani, que enfatiza a relação entre trabalho, educação e transformação social: “supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão de seu caráter, de sua essência” (SAVIANI, 2003, p.140).

Considerando que “[...] a polissemia da categoria trabalho não é apenas e, sobretudo, semântica, teórica e epistemológica, ainda que mediada por essas dimensões, mas de natureza histórico-social, ontológica e ético-política” (Frigotto, 2009, p.172), a categoria "trabalho" deve ser compreendida em suas diversas dimensões, não apenas de forma conceitual ou teórica, mas também considerando sua natureza histórico-social, ontológica e ético-política. Neste sentido, o produto educacional atua como uma ferramenta para esclarecer que o trabalho está intrinsecamente relacionado à construção da sociedade, à formação da identidade do trabalhador e às dinâmicas de poder e justiça social, enfatizando que a formação do Técnico-Administrativo em Educação (TAE) deve transcender a simples execução de tarefas, incentivando uma reflexão mais profunda sobre seu papel tanto na instituição quanto na sociedade. De forma prática, tal compreensão crítica se estende sobre a interação do TAE com os demais servidores, com os discentes, a comunidade acadêmica e a cidade de Niterói, destacando sua importância no fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no alinhamento com os objetivos e valores da instituição, especialmente no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados do questionário, que orientaram a seleção dos temas abordados no produto educacional, bem como as etapas

seguidas para a elaboração do vídeo. Além disso, será incluído um tópico que analisa as contribuições deste trabalho para a formação dos participantes da pesquisa.

6.1 Resultado do questionário para direcionamento do produto educacional

O ponto de partida para confecção do produto educacional baseou-se em “questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes” (TRIVINOS, 1987 apud IBIAPINA, 2011, p. 52). Neste sentido, para subsidiar a elaboração do roteiro do vídeo mais alinhado às necessidades dos TAEs, foi realizado um levantamento preliminar por meio de um questionário, cujas questões tinham o objetivo explorar suas percepções iniciais sobre o tema da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), além de compreender quais perspectivas sobre seu papel na instituição e interação com outros setores.

Para assegurar sigilo de identidade aos participantes da pesquisa, as respostas foram rotuladas de P1 a P14 e seus principais aspectos são ponderados a seguir. Vale ressaltar que a íntegra das respostas do questionário se encontra no Apêndice 1. Além disso, como esta pesquisa lida com questionário de questões abertas, “(...) as respostas devem ser lidas separadamente e não há como tabular os resultados. Não se pode fazer análise estatística.” (VIEIRA, 2009, p. 51). Com base nisso, a interpretação das informações coletadas dispensa o uso de gráficos para categorização das respostas.

6.1.1 Pergunta 1 do questionário: "O que você entende por Educação Profissional Tecnológica (EPT)?"

Na primeira pergunta, buscou-se captar as concepções dos participantes sobre o conceito de EPT. A análise das respostas revela diferentes interpretações, mas também algumas convergências que permitem uma compreensão mais abrangente da visão dos técnicos administrativos em educação (TAEs) sobre a EPT.

A maioria das respostas (P3, P8, P9, P12, P13) destaca a função da EPT como voltada à preparação para o mercado de trabalho, com ênfase no desenvolvimento de habilidades técnicas. Essa ênfase sugere que os participantes percebem a EPT como uma formação que busca alinhar os conhecimentos adquiridos às exigências do mercado,

preparando o aluno para o exercício profissional. Mais além, os participantes P2, P5, P7, P10 e P14 abordam a importância da integração entre teoria e prática, destacando que a EPT envolve tanto o aprendizado teórico quanto a aplicação prática dos conhecimentos.

O participante P11 vai além ao apontar que a EPT não se destina apenas ao mercado de trabalho, mas também às universidades, destacando o caráter duplo da formação: preparação para o trabalho e continuidade dos estudos. Esse ponto ressalta a flexibilidade da EPT, que deve permitir ao aluno tanto ingressar no mundo do trabalho quanto ter possibilidade de aprofundar seus estudos acadêmicos.

Indo mais longe, a resposta de P1 destaca a EPT como uma ferramenta de inclusão social, o que sugere uma visão mais ampla do papel da educação além da simples capacitação técnica, destacando seu impacto social positivo na redução das desigualdades. Essa resposta ressalta que a EPT pode alcançar grupos sociais historicamente marginalizados, ampliando as oportunidades educacionais e profissionais. Isso reflete uma concepção de que a EPT não se restringe à mera formação técnica, mas deve promover uma formação mais abrangente que inclua aspectos sociais, culturais e éticos. Esta visão é corroborada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 39), que defendem a “necessidade de as políticas públicas de formação profissional superarem o viés assistencialista/compensatório e promover a inclusão social”.

Algumas respostas, como P4 ("É muito bom") e P6 ("Bom"), são sintéticas e não oferecem um entendimento detalhado sobre o conceito de EPT, mas podem refletir uma visão geral positiva sobre o modelo, indicando que os participantes têm uma apreciação subjetiva pela EPT, mas não se aprofundam em definições ou concepções mais estruturadas.

Embora a combinação das dimensões apontadas nesta fase preliminar seja considerada fundamental para a formação de um profissional completo e adaptável ao ambiente de trabalho, não foi observada uma compreensão totalmente alinhada com as diversas dimensões teóricas e sociais que a EPT envolve, já que

Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna. (SAVIANI, 2003, p.140).

Foi perceptível a ausência de respostas que abrangessem simultaneamente tópicos relacionados ao desenvolvimento de competências sociais e à formação integral do

indivíduo. Diante dessa constatação, justifica-se a inclusão da temática da EPT na elaboração do produto educacional.

6.1.2 Pergunta 2 do questionário: “Como você se vê no seu cargo/função?”

As respostas à segunda pergunta do questionário revelam uma diversidade de percepções dos participantes sobre seu papel dentro da instituição. Alguns participantes, como o P1, expressam uma visão bastante ampla e reflexiva sobre sua função, destacando a importância de seu trabalho no contexto educacional, social e institucional. Esse participante vê sua atuação como integral ao processo de ensino-aprendizagem, incluindo aspectos psicológicos, sociais e até mesmo institucionais, com ênfase na inclusão e no enfrentamento de desafios como a evasão escolar.

Por outro lado, a maioria dos participantes parece ter uma visão mais pragmática e funcional de seus papéis, como observado nas respostas de P2, P8 e P9, que enfatizam a realização de tarefas específicas e a colaboração com os diversos setores da instituição. A resposta de P2, por exemplo, destaca a integração ao setor e à equipe, enquanto P8 menciona as tarefas tecnológicas e operacionais relacionadas à infraestrutura da instituição. Esses depoimentos sugerem uma conexão mais direta com o trabalho cotidiano, sem necessariamente fazer uma reflexão mais ampla sobre o impacto de suas funções no contexto educacional ou social.

Ainda, alguns participantes, como P3, P10 e P12, expressam sentimentos de desvalorização ou de limitações no cargo. P3 fala sobre sentir grande responsabilidade, mas com pouca valorização, o que pode indicar uma percepção de que o trabalho realizado nem sempre é reconhecido. P10, por sua vez, traz à tona o sentimento de ser subestimado devido à sua idade, refletindo uma possível desconexão entre as competências pessoais e a percepção externa de seu trabalho. P12 aponta para as limitações impostas pela direção da instituição, indicando desafios institucionais que podem afetar sua visão sobre seu papel e suas funções. Essa lacuna de compreensão pode afetar negativamente o desempenho dos TAEs, comprometendo sua participação efetiva no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como prejudicando a qualidade dos serviços oferecidos pela instituição.

As respostas de P7 e P11 indicam um sentimento de satisfação ou de utilidade, com um certo reconhecimento da importância de suas funções. A ênfase nessas respostas parece estar mais centrada na contribuição para o bom funcionamento da instituição e na

valorização do papel desempenhado, mesmo que de forma mais voltada para aspectos práticos e operacionais do trabalho.

Por fim, as respostas de P4, P5, P6, P13 e P14, caracterizadas por sua concisão, podem refletir diferentes atitudes em relação ao questionamento e ao entendimento do papel do técnico-administrativo na instituição. A brevidade dessas respostas pode ser interpretada de várias formas: uma possível falta de engajamento com a reflexão proposta, uma percepção de clareza sobre suas funções, ou até uma abordagem pragmática voltada para o aspecto funcional e imediato do trabalho, sem a necessidade de maiores elaborações. A resposta de P5, que se limita a uma expressão de satisfação, e a de P6, que se descreve como "importante", indicam uma postura mais voltada para a execução direta de suas tarefas, sem necessariamente questionar o impacto mais amplo de sua atuação. Já as respostas de P13 e P14, que se limitam a expressões como "me sinto útil" e "atuante", podem denotar um reconhecimento prático de sua função, mas sem aprofundar a análise sobre o papel estratégico ou transformador que o TAE pode desempenhar na instituição.

As respostas demonstram que, enquanto alguns participantes compreendem e valorizam o impacto mais amplo de suas funções, muitos se concentram no trabalho diário e nas tarefas específicas, o que pode refletir uma falta de compreensão ou de reconhecimento das dimensões teóricas e sociais envolvidas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A percepção de desvalorização, como expressa em algumas respostas, também sugere a necessidade de uma maior conscientização sobre o papel dos técnicos-administrativos, não apenas em termos de execução de tarefas, mas como agentes de transformação no contexto educacional.

6.1.3 Pergunta 3 do questionário: "Além do seu setor, você também interage com outro(s) setor(es)?"

A análise das respostas à pergunta sobre a interação dos participantes com outros setores revela uma percepção ampla e colaborativa do trabalho dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) dentro da instituição. A maioria dos participantes (P1 a P14) afirmou interagir com outros setores, evidenciando a natureza multifacetada e interdependente de suas funções. A resposta de P1, por exemplo, destaca a importância de uma articulação intersetorial para o sucesso do trabalho da Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP), envolvendo colaboração com diversos setores, como saúde, assistência social e educação, além de uma interação entre campi. Já as respostas de P2 a P14, de forma geral, enfatizam a troca constante com diferentes áreas da instituição, como

a biblioteca, coordenação pedagógica, secretaria, direção administrativa e outros, ressaltando o caráter transversal de suas funções. Esse padrão de respostas aponta para a necessidade de articulação entre diferentes áreas para que as atividades administrativas, pedagógicas e de apoio à gestão sejam realizadas de maneira eficiente. Além disso, a interação entre setores também sugere que os TAEs desempenham papéis que vão além de tarefas administrativas específicas, tornando-se peças chave para o bom funcionamento da instituição como um todo. A colaboração intersetorial, inclusive com outras instituições e empresas, é vista como um aspecto positivo e necessário para garantir a qualidade dos serviços prestados aos alunos e à comunidade acadêmica.

Porém, apesar de uma percepção generalizada de interação com outros setores, é importante observar que o grau de especificidade nas respostas varia. Enquanto alguns participantes (P1 e P3) fornecem respostas detalhadas e contextualizadas, outros (P2, P4, P5, P6, P7, P13, P14) deram respostas mais curtas, o que pode indicar uma menor reflexão ou uma percepção menos articulada sobre a complexidade das interações intersetoriais em seu dia a dia. Isso pode apontar para uma oportunidade de desenvolvimento de uma abordagem mais integrada e reflexiva sobre o trabalho colaborativo, o que pode ser abordado no produto educacional a ser desenvolvido.

6.1.4 Pergunta 4 do questionário: “Você se conecta com discentes do campus em que atua?”

A análise das respostas à quarta pergunta do questionário sugere um panorama diversificado quanto ao grau de interação dos participantes com os estudantes, evidenciando tanto conexões mais formais quanto informais. A maioria dos participantes relatou algum nível de interação com os discentes, com destaque para os casos em que as interações se dão de maneira direta contínua (P1, P2, P7, P12). Isso demonstra uma preocupação comum com o apoio integral aos alunos, tanto no âmbito acadêmico quanto no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

As respostas de P1, que descreve um trabalho voltado para o acolhimento e intervenções de apoio, e de P8, que menciona um envolvimento mais profundo por afinidade, revelam uma abordagem mais holística e personalizada no trato com os discentes. Esses participantes apontam que suas interações não se limitam apenas ao cumprimento de tarefas administrativas, mas também envolvem aspectos de suporte emocional e pessoal. Já P4 traz um relato de boa relação com a maioria dos alunos, sugerindo uma interação pautada pelo respeito mútuo, ainda que de forma mais superficial.

No entanto, algumas respostas destacam a relação mais distante ou de menor frequência com os alunos, como no caso de P11, que menciona interagir pouco com os discentes, o que pode indicar uma menor conexão com o corpo estudantil. As respostas breves (P3, P5, P6, P10, P12, P13, P14) indicam uma abordagem mais concisa e objetiva, sem maiores detalhamentos sobre o tipo ou intensidade da interação com os discentes. Esse tipo de resposta pode sugerir uma percepção mais prática e direta do papel do participante, talvez refletindo uma rotina de trabalho mais focada em tarefas específicas e menos na reflexão sobre a qualidade ou profundidade das relações com os estudantes. Contudo, a falta de profundidade nas respostas pode indicar uma possível limitação no entendimento sobre o impacto e a importância dessa interação no acompanhamento dos estudantes, desde o ingresso no instituto até sua permanência, bem como monitoramento contínuo de seu desenvolvimento.

Esses diferentes relatos evidenciam que, embora a maioria dos TAEs se envolva com os estudantes de alguma forma, o tipo e a profundidade dessa conexão podem variar, o que reflete as especificidades das funções desempenhadas e as características individuais dos participantes. Para o desenvolvimento do produto educacional, isso destaca a importância de considerar as múltiplas formas de interação com os discentes, com o objetivo de promover uma maior aproximação entre os TAEs e os estudantes, ampliando o impacto do trabalho dos técnicos administrativos na formação acadêmica e pessoal dos alunos.

6.2 Elaboração do produto educacional

Com base nas demandas identificadas nos itens 6.1.1 a 6.1.4 e na revisão bibliográfica no capítulo 3 deste trabalho, o processo de concepção do vídeo animado em quadro branco foi estabelecido através das seguintes etapas:

- 1) Concepção do roteiro, definindo os eixos temáticos, levantando informações bibliográficas relevantes e identificando pontos-chave a serem abordados;
- 2) Desenvolvimento da narrativa, elaborando um texto claro, sequencial e envolvente, com linguagem acessível e exemplos práticos;
- 3) Gravação em áudio da narração;
- 4) Planejamento visual, estabelecendo um banco de dados com as ilustrações a serem aplicadas e os estilos de transição;

- 5) Produção do vídeo no *VideoScribe* com base no roteiro, aplicando a locução gravada e assegurando a correta sincronia entre vídeo e áudio;
- 6) Concepção do arquivo de vídeo e distribuição aos participantes da pesquisa;
- 7) Avaliação do impacto do vídeo através de discussões em grupo focal.

Os próximos itens oferecem uma discussão detalhada dos eixos temáticos estrategicamente escolhidos e elaborados durante a primeira etapa supracitada.

6.2.1 *A origem do Instituto Federal do Rio de Janeiro e seu propósito para EPT*

O primeiro tema do vídeo contempla a evolução histórica do Instituto Federal do Rio de Janeiro e sua ligação com a EPT, destacando sua origem e contribuição para a educação em nosso país "na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas" (RAMOS, 2014, p.79).

Este tópico é apresentado em três minutos e trinta segundos.

6.2.2 *A origem do Campus Niterói do IFRJ e seu propósito para a EPT*

No segundo eixo temático, o histórico sobre o *Campus* Niterói e seu compromisso com a EPT são apresentados, ressaltando que o *campus* oportuniza à população em seu entorno acesso à educação de qualidade e qualificação para a inserção no mundo do trabalho. É importante refletir sobre essa inserção porque, segundo Antunes (1999), a competição intercapitalista avança e, cada vez mais, desenvolvendo a tecnologia em dadas regiões "ou conjunto de países; quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo". O *Campus* Niterói concorda com o fato de que é necessária uma base interna sólida para acompanhar o avanço capitalista, com foco em uma educação que proporcione o protagonismo dos alunos. É uma reflexão necessária, pois muitos países são excluídos da participação efetiva do movimento produtivo e financeiro do capital "e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho." (ANTUNES, 1999, p.35).

Este tópico será apresentado com tempo de três minutos e 57 segundos.

6.2.3 *A importância dos cursos da EPT no contexto da cidade de Niterói*

No terceiro tema do vídeo, serão discutidas a relação entre os cursos Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com a Educação Profissional e Tecnológica. Neste sentido, a EPT ocupa um lugar central na distribuição de oportunidades para que os cidadãos locais possam ter acesso a uma educação de qualidade.

Este tópico reforça a importância da integração que deve ser estabelecida entre a formação geral e a formação para o trabalho, atendendo aos anseios por uma formação omnilateral que seja orientada para a resistência e para a luta da superação das desigualdades da sociedade capitalista. Neste contexto, salienta-se no vídeo a defesa por uma educação em que o aluno seja protagonista para agir sobre sua realidade, transformando-a. Essa perspectiva é respaldada por Frigotto e Ciavatta em relação aos conceitos de educação omnilateral e trabalho como princípio educativo:

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 265).

Este tópico será apresentado em quatro minutos e treze segundos.

6.2.4 *Os setores e suas funcionalidades integradas à EPT no Campus Niterói*

O quarto tema trata do funcionamento dos setores e suas funcionalidades integradas à EPT no *Campus* Niterói. Além disso, é destacado o trabalho em prol da comunidade em seu entorno, que conta com uma estrutura organizacional fortalecida através das ações em conjunto dos setores: Direção Geral (DG), Direção Administrativa (DA), Direção De Ensino (DE), Prefeitura do *Campus*, Secretaria Acadêmica (SA), Coordenação Técnico Pedagógica (CoTP), Coordenação do Curso Técnico em

Administração Integrado ao Ensino Médio, Coordenação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Coordenação Suporte de Tecnologia da Informação (CSTI), Coordenação de Extensão (COEX), Coordenação Geral de Pessoas (COGP) e Coordenação da Biblioteca.

Os TAEs precisam estar preparados para desafiar as contradições da realidade que os cerca e isso pressupõe a integração de dimensões fundamentais da vida – trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Para isso, precisa-se de processos formativos que possibilitem “aos trabalhadores o acesso aos conhecimentos (científicos, éticos e estéticos) produzidos historicamente e coletivamente pela humanidade, bem como aos meios necessários à produção de sua existência e à sua emancipação como classe”. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS e GOMES 2014).

Este tópico é apresentado em onze minutos e cinco segundos.

6.3 Aplicação do produto educacional

A etapa final da implementação do produto educacional consistiu na distribuição do vídeo aos quatorze participantes da pesquisa por meio de seus e-mails institucionais. Esse procedimento permitiu que os TAEs tivessem tempo suficiente para assistir ao material e refletir sobre o conteúdo antes da realização do grupo focal. Esse encontro foi conduzido em uma sala de aula nas dependências do *Campus* Niterói do IFRJ, em uma data previamente acordada entre o pesquisador e os participantes. O grupo focal teve duração aproximada de 50 minutos e foi estruturado com base em perguntas abertas, elaboradas previamente pelo facilitador, com o intuito de estimular reflexões sobre o conteúdo do vídeo. Durante a dinâmica, os participantes da pesquisa, sentados em cadeiras dispostas espacialmente no formato “U”, foram incentivados a compartilhar suas percepções e questionamentos, promovendo um ambiente de troca e aprofundamento sobre o papel dos TAEs na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Vale destacar que estes servidores são os mesmos que participaram da etapa preliminar, com o questionário. Além de moderar a discussão, o facilitador teve um papel ativo ao esclarecer dúvidas e estimular análises críticas sobre os temas abordados no vídeo.

As interações e reflexões geradas durante o grupo focal foram registradas e documentadas, sendo as impressões mais relevantes compiladas no Apêndice 2. Esse registro permite não apenas avaliar o impacto do vídeo como ferramenta educativa, mas também identificar possíveis lacunas na compreensão dos participantes sobre sua atuação

no contexto institucional. Além disso, a discussão não se limitou ao ambiente da pesquisa, mas teve o objetivo de provocar um debate contínuo entre os pares, ampliando a conscientização sobre suas atribuições e contribuições na dinâmica institucional. Dessa forma, o produto educacional não apenas transmitiu conhecimento, mas também fomentou um processo de engajamento e valorização profissional a longo prazo..

6.4 Contribuições do produto educacional na formação dos participantes da pesquisa

A abordagem adotada busca ir além da simples transmissão de informações, promovendo uma capacitação que fortalece a identidade profissional dos servidores técnico-administrativos do *Campus* Niterói do IFRJ e os incentiva a refletir criticamente sobre seu papel na EPT. Ao integrar conhecimento e prática, o estudo visa não apenas complementar a educação formal, mas também estimular a autonomia do pensamento, formar indivíduos questionadores e reflexivos, reforçando a participação ativa desses servidores na transformação social e no fortalecimento institucional.

A primeira contribuição é a de resgatar as memórias da Instituição, buscando um marco referencial. Esse resgate possibilita que os TAEs do *Campus* Niterói se conectem mais profundamente com a trajetória do IFRJ, levando-os reconhecer que suas ações impactam diretamente a implementação dos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no *campus*. Esta linha de contribuição é coesa com Worcman (2006), que defende que memória institucional é o uso que uma organização faz de sua própria história:

“[...] um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros” (WORCMAN, 2006, p.23)

A segunda contribuição está relacionada à identificação do TAE com o seu setor, e também à compreensão da importância de conhecer outras coordenações dentro da instituição, promovendo a integração de todo o *campus*. Ao ampliar essa visão, o TAE passa a perceber a necessidade de interagir de forma mais coesa e colaborativa com outras áreas. Nesse contexto, a ideia de "integrar", segundo Houaiss (2015, p.550), é a de unir e formar um todo coerente e harmonioso, o que favorece a construção de um ambiente mais

colaborativo e eficaz, essencial para o bom funcionamento da instituição, favorecendo o sucesso da EPT.

A terceira contribuição refere-se ao resgate do princípio educativo, que valoriza o trabalho como um meio de formação e construção de competências, conforme abordado por Ramos (2003) e Saviani (2003). Esse princípio destaca que o trabalho não se limita a uma simples função técnica, mas é um processo educativo que contribui para a formação humana e social dos indivíduos. No contexto do *Campus Niterói* do IFRJ, essa contribuição permite que os TAEs compreendam que suas ações vão além das tarefas administrativas, englobando também atividades que promovem a transformação social e educacional. Essas práticas, alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), são fundamentais para a formação humana e coletiva dentro do Instituto. Ao perceberem o trabalho como uma prática que forma e emancipa, os TAEs são incentivados a se verem como agentes de transformação dentro da instituição, contribuindo para o fortalecimento da identidade coletiva e a construção de um ambiente mais integrado e reflexivo.

A quarta contribuição refere-se ao fortalecimento institucional, entendido como a formação de uma cultura organizacional baseada em crenças, valores e percepções compartilhadas, conforme Luck (2011). Esse fortalecimento resulta da integração das contribuições anteriores, como o resgate da memória institucional, a identificação do TAE com seu setor e a valorização do trabalho educativo, promovendo uma identidade mais coesa e integrada no *Campus Niterói* do IFRJ.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta uma análise interpretativa para examinar de que forma o produto educacional desenvolvido neste trabalho contribuiu para que os técnico-administrativos em educação do *Campus* Niterói do IFRJ compreendessem seu papel no processo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), bem como seu impacto na comunidade local e no desenvolvimento regional. Para isso, perguntas e debates foram estabelecidos abordando diferentes aspectos da EPT, incluindo a qualificação profissional, o desenvolvimento social e econômico, e a integração com o mundo do trabalho. Cabe destacar que o participante P6 optou por não participar da segunda etapa da pesquisa, o que resultou na ausência de suas contribuições nas análises subseqüentes.

7.1 Pergunta 1 do grupo focal: “O que você entende por Educação Profissional Tecnológica (EPT)?”

Essa questão teve como objetivo analisar a evolução da percepção dos TAEs sobre o conceito de Educação Profissional e Tecnológica. Isto é realizado comparando-se suas respostas iniciais, obtidas na fase preliminar com questionário, com os novos entendimentos adquiridos após a exibição do vídeo educacional e as discussões no grupo focal. Neste sentido, o Quadro 4 apresenta trechos das respostas dadas pelos participantes da pesquisa, evidenciando a mudança de percepção por meio da incorporação de novos termos mais alinhados aos fundamentos da EPT.

Quadro 4 – Comparação entre termos empregados pelos participantes quanto à primeira questão no questionário e grupo focal.

Participante	Questionário (antes do PE)	Grupo focal (após o PE)
P1	“inclusão social”	“formação integral”, “análise crítica”
P2	“(…) utilizar conhecimentos em (...) situações reais”	“preparar (...) para o mundo do trabalho e vida em sociedade”
P3	“(…) preparar (...) para mercado de trabalho”	“desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de adaptação”
P4	“É muito bom”	“formação para (...) mundo do trabalho”, “desenvolvimento pessoal e cidadania”
P5	“(…) parte prática de alguma profissão”	“(…) redução de desigualdade”, “acesso (...) a uma formação profissionalizante”
P6	“Bom”	Não participou

P7	“formação ampla”, “mundo do trabalho”, “prática social”	“aprendizado contínuo”, “aluno consciente e preparado para mundo do trabalho”
P8	“Educação técnica profissionalizante”	“mundo do trabalho, integrando conhecimentos teóricos e práticos”
P9	“Forma alunos em profissionais capacitados”	“formar cidadãos atentos às questões sociais, culturais e políticas”, “sintonia com mundo do trabalho”
P10	“mercado de trabalho”, “habilidades técnicas”	“prepara o cidadão, consciente, para o mundo do aluno”
P11	“Educa para (...) mercado e (...) universidades”	“inserir jovens e adultos no mundo do trabalho”, “qualificação (...) técnica e tecnológica”
P12	“Transmite conhecimentos tecnológicos”, “mercado de trabalho”	“mundo do trabalho e a vida em sociedade”
P13	“profissional técnico”	“educação, trabalho, ciência e tecnologia”
P14	“conhecimentos teóricos e práticos (...) para atuação no mercado de trabalho”	“habilidades práticas (...), preparando cidadãos para o mundo do trabalho”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Analisando as respostas, antes da aplicação do vídeo, alguns participantes, como o P1, descreviam a EPT como uma ferramenta importante para inclusão social e redução das desigualdades. Após o vídeo, essa visão foi expandida para considerar também o desenvolvimento integral dos estudantes, com ênfase na análise crítica da sociedade. A resposta de P2, que inicialmente destacava a aprendizagem em situações reais, passou a englobar o objetivo da EPT de formar profissionais capazes de atuar tanto no mundo de trabalho quanto na sociedade, com uma formação integral que desenvolve competências técnicas e profissionais. Participante P3, por sua vez, inicialmente via a EPT apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas após o vídeo, passou a entender que a EPT também fomenta o pensamento crítico e a adaptação dos estudantes às mudanças sociais e tecnológicas.

Da mesma forma, P4, que inicialmente expressou apenas um elogio conciso à EPT (“É muito bom”), passou a perceber que ela está diretamente conectada às necessidades do mundo de trabalho, mas sem perder o foco no desenvolvimento pessoal e na cidadania. Vale destacar que esta foi considerada uma das principais evoluções de conceito proporcionadas pelo produto educacional.

Adiante, P5, que via a EPT como voltada para a formação prática de uma profissão, reconheceu, após o vídeo, o papel da EPT na redução das desigualdades sociais, principalmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, e sua importância na formação de cidadãos críticos e conscientes. Essa evolução também foi visível em P7,

que já percebia a EPT como uma formação ampla, mas após o vídeo, aprofundou sua visão, valorizando a importância do aprendizado contínuo e da conscientização dos alunos sobre o mundo do trabalho e suas demandas.

Já P8, que inicialmente via a EPT apenas como uma educação técnica profissionalizante, reconheceu a importância da integração de conhecimentos teóricos e práticos, essenciais para atender às necessidades do mundo de trabalho, sem deixar de lado o aspecto social. A resposta de P9 também se tornou mais alinhada aos conceitos, passando de uma visão de simples capacitação profissional para um entendimento de que a EPT forma cidadãos atentos às questões sociais, culturais e políticas, alinhando habilidades técnicas com a formação crítica e engajada.

O participante P10, que inicialmente via a EPT como voltada exclusivamente para o mercado de trabalho, ampliou sua percepção, compreendendo que a EPT prepara cidadãos conscientes para o mundo do trabalho, em vez de apenas capacitá-los tecnicamente. Neste mesmo sentido, P11, que também antes percebia a EPT como uma preparação tanto para o mercado de trabalho quanto para a universidade, passou a perceber sua função na qualificação contínua, destacando a articulação dos estudos com a formação técnica e tecnológica. Também é importante destacar que a resposta contemplou tanto jovens quanto adultos, evidenciando o caráter democrático da EPT em termos de abrangência etária. O participante P12, por sua vez, expandiu sua visão da EPT, compreendendo que ela não se limita a preparar os alunos para o mundo do trabalho, mas também contribui com a sociedade, promovendo uma formação profissional que está em sintonia com as demandas sociais.

A mudança na percepção de P13, que inicialmente via a EPT como uma educação técnica, também é notável, uma vez que, após o vídeo, passou a reconhecer que a EPT integra diferentes componentes, como educação, trabalho, ciência e tecnologia, formando profissionais mais completos. Por fim, P14, que antes entendia a EPT como uma formação voltada para profissionais especializados, agora a vê como um processo educativo que combina conhecimentos gerais e habilidades práticas, preparando os cidadãos para o mundo do trabalho de maneira mais integrada.

Com base nestas interpretações, é possível inferir que, após a veiculação do produto educacional, observou-se uma significativa evolução na percepção dos participantes em relação à sua compreensão sobre a Educação Profissional Tecnológica (EPT). Antes da veiculação do vídeo, as respostas a esta pergunta estavam focadas em aspectos mais restritos, como a formação técnica e a preparação para o mercado de

trabalho. No entanto, com a exposição ao conteúdo do vídeo e os debates do grupo focal, os participantes passaram a adotar uma visão mais ampla e integrada sobre a EPT, reconhecendo-a como uma formação que vai além das competências técnicas, envolvendo também a formação crítica, cidadã e social dos estudantes, conforme as principais virtudes estabelecidas por Thomaz e Oliveira (2008) a serem transmitidas:

Respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade são aprendizados importantes na sua formação, assim como os conteúdos das diversas disciplinas, os quais colaboram para a formação de cidadãos conscientes e capazes de discernir, escolher e decidir a respeito dos deveres e direitos de cidadão. (THOMAZ e OLIVEIRA, 2008)

7.2 Pergunta 2 do grupo focal: “Para você, qual o compromisso com a EPT dos seguintes atores:”

Para detalhar a percepção dos participantes sobre o compromisso entre os diversos atores e a EPT, a questão foi subdividida em tópicos específicos, que serão examinados minuciosamente nos itens a seguir.

7.2.1 “a) IFRJ?”

Quanto ao papel da IFRJ, um ponto comum entre diversas respostas é a ênfase na inclusão social e no desenvolvimento regional. Muitos participantes destacam a importância de oferecer oportunidades educacionais de qualidade para populações que, de outra forma, poderiam ser excluídas da educação superior. Isso é especialmente relevante para as regiões periféricas ou de difícil acesso, como ressaltado em respostas como as de P1, P2, P5, P8, P12 e P13. Considerar o Instituto Federal como um espaço de diálogo democrático e acolhimento para a população mais vulnerável fundamenta-se na perspectiva de Antunes (2015, p. 17), para quem “a escola existe para que na mesma as pessoas se socializem. É na escola, muito mais que no âmbito familiar, que o império do egocentrismo precisa ceder espaço para a aceitação do outro e de outros valores.”

O IFRJ, portanto, é visto como um espaço de transformação social, com um papel relevante na democratização do acesso à educação, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades sociais e promovendo a mobilidade social. Sobre a mesma ótica,

Além disso, a qualificação profissional e a preparação para o mundo do trabalho também surgem como percepções gerais, atribuídas como responsabilidade do Instituto. Respostas como as de P1, P3, P4 e P7 enfatizam a necessidade de formar profissionais altamente capacitados, com uma combinação de teoria e prática. A ideia de preparar os alunos para o mundo do trabalho é acompanhada da expectativa de que essa formação vá além das competências técnicas, incluindo também a conscientização ética e cidadã. Assim, o IFRJ é visto não apenas como uma instituição que prepara para o mundo do trabalho, mas como uma formadora de profissionais responsáveis socialmente.

A qualidade do ensino também é uma premissa central para muitos participantes, como observado nas respostas de P4, P10 e P14. A ênfase na pesquisa e extensão como componentes fundamentais da educação indica que o IFRJ é percebido como uma instituição que busca não apenas qualificar tecnicamente seus alunos, mas também contribuir ativamente para a geração de conhecimento e a aplicação desse conhecimento à realidade social e regional. A preocupação com a qualidade do ensino reflete um compromisso institucional com a excelência acadêmica e com o impacto social das ações desenvolvidas.

Outra questão relevante é a integração entre as unidades do IFRJ, mencionada por P11. O objetivo de criar uma rede de colaboração entre as diferentes unidades da instituição, permitindo a troca de experiências e práticas bem-sucedidas, é visto como uma maneira de fortalecer a instituição e garantir que os alunos tenham acesso a uma formação mais coesa e enriquecedora. Isso sugere que a percepção de que a comunidade do IFRJ valoriza a unidade institucional e o trabalho colaborativo como ferramentas essenciais para o sucesso educacional.

7.2.2 “b) *Campus Niterói do IFRJ?*”

Primeiramente, a qualidade da educação aparece como uma preocupação central para muitos participantes, como visto nas respostas de P1, P5, P7 e P14, que destacam a importância de garantir um ensino de qualidade no município de Niterói. Isso reflete uma expectativa de que o *campus* não apenas ofereça cursos de excelência, mas também que esses cursos estejam alinhados com as demandas do mundo de trabalho e com as necessidades sociais da região. A preocupação com a capacitação técnica e profissional (P4) também aparece de forma recorrente, o que reforça a ideia de que o produto

educacional cumpriu o objetivo de alertar que o *campus* deve preparar seus alunos para um futuro profissional bem-sucedido, atendendo às expectativas da EPT na região (P3).

Outro ponto destacado por diversos participantes é a equidade e inclusão social. Respostas como as de P2, P8 e P9 mencionam a necessidade de adotar políticas que favoreçam a equidade e de garantir oportunidades de desenvolvimento de forma igualitária para toda a população de Niterói. Isso sugere que o compromisso do *campus* vai além da formação técnica e abrange um papel social mais amplo, buscando corrigir injustiças históricas e garantir que todos os grupos da sociedade tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua origem ou condições socioeconômicas. A ideia de justiça social (P13) também aparece como uma diretriz importante para a atuação do *campus* na região.

A integração e colaboração com outros campi é outro ponto importante nas respostas de P11, que enfatiza a necessidade de trocar experiências entre os diferentes campi do IFRJ. Essa colaboração pode potencializar as iniciativas educacionais, criando um ambiente mais dinâmico e enriquecedor para os alunos e para a própria instituição. Além disso, a pesquisa e a extensão também são mencionadas como áreas de desenvolvimento, especialmente no contexto de Niterói e municípios vizinhos, como São Gonçalo e Maricá (P10), destacando o papel do *campus* não apenas como um centro de ensino, mas também como um agente de transformação comunitária.

7.2.3 “c) *Técnicos Administrativos do Campus Niterói do IFRJ?*”

Em várias respostas, como as de P1, P4, P7 e P11, os participantes destacam a importância de uma interação eficaz entre os técnicos-administrativos e os demais membros da comunidade acadêmica, como docentes, alunos e gestores. Neste ponto, o produto educacional cumpriu a meta em transmitir a ideia de integração entre todos os servidores, segundo uma visão holística e coesa da educação, encorajando o trabalho de forma colaborativa como ação fundamental para o sucesso da EPT.

Outro ponto recorrente nas respostas, como em P2, P3 e P5, é a valorização do papel dos técnicos-administrativos em educação no *campus*. Para esses participantes, os TAEs devem se sentir pertencentes à EPT e devem ser reconhecidos como fundamentais para garantir a qualidade da educação oferecida. Há uma clara expectativa de que os TAEs não apenas desempenhem suas funções administrativas, mas também se engajem

ativamente no processo educacional, contribuindo para a formação de uma educação de qualidade e justa.

O compromisso com o desenvolvimento funcional e a justiça social também aparecem como temas importantes, como visto nas respostas de P8, P9 e P13. Para os participantes, é importante que o desenvolvimento profissional dos TAEs seja feito de forma consciente e justa, e que haja um esforço para diminuir as desigualdades entre os diferentes níveis de técnicos-administrativos. Esse compromisso com a justiça social também se reflete na ideia de que o trabalho dos TAEs deve ser orientado por valores de qualidade e equidade, com foco na entrega de um serviço que beneficie a comunidade como um todo.

Por fim, a conscientização sobre o compromisso dos técnicos-administrativos com a educação e com a sociedade é mencionada por P10 e P14. A ideia de que os TAEs devem ser conscientes de seu papel e responsabilidade não só para com a educação, mas também com a sociedade em geral, destaca o compromisso com uma educação que vá além do ambiente acadêmico, refletindo também no impacto social da instituição.

7.2.4 “d) *Discentes do Campus Niterói do IFRJ?*”

A qualidade do ensino é um ponto recorrente nas respostas, com destaque para o compromisso de direcionar ensino de qualidade para os estudantes (P2), como mencionado em várias respostas. A busca por uma formação que combine teoria e prática também é evidenciada em respostas como as de P5 e P8, indicando a necessidade de os discentes serem preparados não apenas em termos técnicos, mas também com habilidades comportamentais e de pensamento crítico, como visto em P10. Isso sugere que a formação oferecida no *campus* vai além de um aprendizado técnico, buscando formar indivíduos mais completos e capazes de enfrentar os desafios do mercado e da sociedade. Isto é, a educação deve ir além da mera transmissão de informações, promovendo a emancipação do pensamento por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade crítica para a construção do conhecimento. Esse compromisso está em sintonia com a concepção de educação defendida por Freire (1996, p. 21), para quem “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Outro ponto enfatizado é o desenvolvimento individual e coletivo dos alunos (P3), com a ideia de que a educação não deve ser apenas um processo técnico, mas também um

meio de promover o crescimento pessoal, preparando os discentes para interagir de forma crítica e construtiva com a sociedade. Isso também está relacionado à ideia de habilitar os alunos como cidadãos conscientes, como visto nas respostas de P13 e P14. Essa visão reflete a percepção de que a EPT deve contribuir para formar indivíduos que não só sejam aptos para o trabalho, mas também para viver em uma sociedade democrática e participativa. Essa responsabilidade implica orientar práticas educacionais de forma a promover uma formação justa e inclusiva, reconhecendo que a educação ultrapassa os limites do ambiente escolar e está intrinsecamente ligada às experiências humanas em diferentes contextos, conforme destaca Duarte (2017, p. 103).

A preparação para o mundo do trabalho também é um tema relevante, com várias respostas (P7, P9) ressaltando a importância de abrir portas para novas oportunidades e de tornar os alunos donos de suas escolhas no mundo do trabalho. Aqui, a formação é vista como um meio de preparar os alunos para um mundo em constante mudança tecnológica, destacando a necessidade de desenvolver habilidades técnicas e comportamentais para intervir eficazmente nesse contexto.

Além disso, a formação cidadã é destacada em respostas como P13, onde se observa que a educação também deve ser voltada para a formação de cidadãos comprometidos com uma sociedade mais justa. A ideia de que a educação deve ser um princípio educativo que abarca a formação integral dos alunos é corroborada em respostas como P12.

Por fim, a preocupação com a orientação e acompanhamento dos alunos também é mencionada, como em P4, onde se destaca o compromisso de orientar os discentes em sua formação, o que sugere a importância de uma orientação contínua para garantir que os alunos possam evoluir e alcançar seus objetivos educacionais e profissionais.

7.2.5 “e) Comunidade do entorno do Campus Niterói do IFRJ?”

Nesse quesito, um ponto reiterado pelos participantes da pesquisa é a qualificação profissional. Como mencionado por P1, P2, e P7, os participantes veem a EPT como um meio para formar profissionais qualificados que podem impulsionar a economia local, promover a inclusão social e garantir que a comunidade do entorno esteja preparada para as mudanças do mundo do trabalho. A ideia de que a formação deve ser contínua (P7) reflete a necessidade de adaptação constante aos novos desafios sociais e econômicos, enfatizando a importância de manter os membros da comunidade atualizados e

capacitados. Nesse sentido, fundamentado nos princípios consolidados pela EPT, o *Campus* Niterói do IFRJ assume o compromisso com a comunidade do entorno, promovendo o desenvolvimento regional, que, segundo Grabowski (2014, p. 48):

[...]compreende o desenvolvimento articulado em determinado espaço geográfico previamente determinado com objetivos de articular, potencializar e redimensionar recursos regionais associados a valores éticos e socioculturais e respectivas interações com potencialidades ambientais internas e externas, criando condições interativas propícias econômicas e socialmente sustentáveis em ambientes regionalizados.

Além disso, as respostas destacam a ideia de que a capacitação da população local deve ir além da formação técnica, incluindo o desenvolvimento de soluções criativas para os desafios específicos da região, como sugerido em P3. Essa abordagem evidencia uma percepção de que a EPT não deve ser vista apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas também como uma forma de fortalecer a comunidade, capacitando-a a resolver problemas locais por meio de cursos de extensão, projetos sociais e iniciativas de inovação.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Respostas como P4, P5, P10 e P12 indicam que a EPT deve ter um papel ativo em promover o bem-estar social, econômico e ambiental da comunidade do entorno, como é o caso da região do Sapê, no município de Niterói. Isso está alinhado com a ideia de que o *campus* deve estar atento às necessidades gerais da comunidade e comprometido com a criação de um futuro mais justo e digno, conforme esclarecido no produto educacional.

A cidadania e o compromisso com as questões sociais e ambientais também são temas destacados, como observado em P8, onde se sugere que o *campus* tem um papel em incentivar a cidadania e promover a consciência social e ambiental na comunidade do entorno. A interação entre a comunidade e os discentes/servidores do *campus* (P11) é vista como uma forma de estreitar os laços e promover o desenvolvimento conjunto. Essa interação pode ser facilitada por meio de cursos de extensão, programações culturais e atividades esportivas, que não só promovem a integração, mas também ajudam a fortalecer a identidade local e a cultura regional.

Por fim, a promoção de parcerias (P9) é considerada um aspecto essencial para ampliar as oportunidades de desenvolvimento social e cultural. As parcerias podem resultar em projetos colaborativos, criando pontes entre a comunidade, o *campus* e outras instituições, gerando um impacto positivo de mão dupla. Isso indica que o vídeo e as discussões incentivaram os TAEs a propor uma possível rota de ação concreta para

beneficiar a comunidade local, alinhada aos fundamentos da EPT, rompendo com a visão limitada de que seu papel se restringe exclusivamente às atribuições de seus respectivos setores.

Considerando as interpretações apresentadas nos itens 7.1.2.1 a 7.1.2.5, as respostas dos participantes evidenciam uma percepção ampla e integrada do compromisso da EPT, que é vista não apenas como um processo de capacitação profissional, mas também como uma ferramenta de transformação social, desenvolvimento sustentável e promoção da cidadania, especialmente da população do entorno. O envolvimento de diferentes atores, como o IFRJ, o *Campus* Niterói, os técnicos-administrativos, os discentes e a comunidade local é fundamental para a implementação de uma Educação Profissional e Tecnológica que esteja alinhada com as necessidades da sociedade e que busque ativamente a equidade e a inclusão social. Assim sendo, o produto educacional cumpriu os objetivos nesses quesitos.

7.3 Pergunta 3 do grupo focal: “Na sua visão, o discente sabe da importância dos TAEs para desenvolvimento dos alunos perante os fundamentos da EPT?”

Com base nas respostas dos participantes, observa-se uma percepção bastante positiva sobre o reconhecimento por parte dos discentes da importância dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) no desenvolvimento dos alunos, especialmente em relação aos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A maioria dos participantes (P1 a P14) afirma que os discentes sabem da relevância dos TAEs nesse contexto, o que sugere que, de maneira geral, há uma compreensão compartilhada sobre o papel essencial desses profissionais na instituição.

A resposta do P11, por sua vez, levanta uma reflexão sobre o nível de conscientização dos alunos em relação ao que realmente constitui a EPT. Este ponto abre um espaço para refletir sobre o entendimento amplo do conceito de EPT por parte dos alunos e como isso pode impactar sua percepção sobre o trabalho dos TAEs. Caso os discentes não compreendam completamente o que a EPT implica, talvez o reconhecimento do papel dos TAEs possa ser limitado ou menos explícito. A questão de comunicação e divulgação sobre a EPT pode ser fundamental para aumentar essa conscientização.

No geral, os resultados indicam que a percepção dos discentes sobre os TAEs é positiva, mas reforçam a importância de um trabalho contínuo de esclarecimento e valorização, tanto do papel dos TAEs quanto dos fundamentos da EPT, para que essa relação se torne mais explícita e impacte positivamente a qualidade da formação oferecida.

7.4 Pergunta 4 do grupo focal: “Quer deixar sua opinião ou sugestão para o melhor desenvolvimento da EPT no *campus* em que atua?”

Neste item, foi oferecido, de forma voluntária e democrática, um espaço para que os participantes apresentassem sugestões ou compartilhassem reflexões pessoais sobre o tema da EPT. As respostas evidenciam um interesse claro por parte dos participantes em aprofundar seu conhecimento sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A maioria das falas aponta para a necessidade de maior divulgação e capacitação sobre a EPT, indicando que, embora haja um reconhecimento da importância do tema, muitos ainda buscam informações adicionais e oportunidades de aprendizagem mais estruturadas.

O participante P8 destaca a necessidade de maior divulgação sobre a EPT, sugerindo que, embora o tema seja de interesse, a visibilidade e a conscientização sobre ele ainda podem ser melhoradas dentro do *campus*. Espontaneamente, os participantes P3, P10 e P11 indicam uma interessante rota de ação para mitigação do problema apontado por P8, sugerindo que oferta de cursos, palestras e outros eventos educativos poderia ser uma forma eficaz de aprofundar o conhecimento dos participantes sobre a EPT. A solicitação por mais informativos (P11) e a sugestão de capacitação específica (P10) indicam uma lacuna na disseminação de informações sobre a EPT, sugerindo que nem todos têm acesso ao conhecimento necessário para compreender plenamente os conceitos e as práticas relacionadas a essa modalidade educacional. A sugestão de P7 sobre a criação de canais de comunicação entre servidores e setores ligados à EPT reflete uma boa estratégia para troca de informações e aprimoramento colaborativo.

Com base nas percepções transmitidas ao longo do grupo focal e nas interpretações apresentadas neste capítulo, pode-se observar que os participantes reconhecem a importância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no desenvolvimento tanto individual quanto coletivo, refletindo um alto grau de

engajamento com os temas abordados. As respostas evidenciaram que o produto educacional contribuiu significativamente para agregar uma percepção geral de que:

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações produtivas (PACHECO, 2010, p. 22)

Após a veiculação do vídeo, as respostas passaram a indicar uma clara disposição dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) para aprofundar seus conhecimentos e aprimorar sua atuação, reforçando a necessidade de ações formativas que sejam críticas, reflexivas e emancipadoras. Além disso, as sugestões de ampliar a capacitação e promover espaços contínuos de diálogo, como os propostos por meio do grupo focal, evidenciam a percepção de que a EPT deve transcender as demandas operacionais cotidianas, formando cidadãos mais conscientes e integrados ao contexto social e educacional. A ferramenta didática proporcionada pelo *VídeoScribe* atuou como um impulso fundamental para as discussões e reflexões, destacando a importância de criar espaços de aprendizagem que incentivem uma atuação mais qualificada e alinhada aos princípios da educação pública, crítica e transformadora.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo contribuir com a formação dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) do *Campus* Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) para ampliar a percepção sobre sua relevância no fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no ambiente em que atuam. Isso foi realizado ao torná-los conscientes de seu papel na evolução histórica da instituição, ao mesmo tempo em que foi desenvolvida a percepção de que sua atuação vai além das atribuições técnicas de seu cargo, influenciando diretamente no aprimoramento da consciência crítica, da responsabilidade social e da qualificação técnica dos discentes.

O produto educacional foi desenvolvido na modalidade de vídeo em quadro branco através da plataforma *VideoScribe*, utilizando recursos digitais didáticos e lúdicos para captar a atenção dos participantes da pesquisa. Seu conteúdo foi elaborado com base em uma extensa revisão bibliográfica e nas contribuições dos próprios sujeitos da pesquisa. Antes da confecção do vídeo, os participantes foram consultados por meio de um questionário, o que possibilitou a identificação das principais lacunas para a escolha dos temas abordados no material audiovisual. Após a exibição do produto, foi realizada uma análise interativa e problematizadora, utilizando a técnica de grupo focal, o que favoreceu a reflexão sobre as múltiplas dimensões do papel dos TAEs no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Após a veiculação dos vídeos, a análise dos resultados indica que os TAEs do *Campus* Niterói do IFRJ reconhecem a relevância da EPT e estão conscientes de sua importância para a construção de uma educação pública mais qualificada e alinhada às necessidades da sociedade. Por meio do grupo focal, ficou claro que os servidores participantes passaram a reconhecer que as funções e as discussões promovidas pelos TAEs no *Campus* Niterói prestam serviço indispensável à formação emancipatória de cidadãos críticos e socialmente engajados, capazes de superar as limitações de uma visão fragmentada e restrita da educação. Mais especificamente, os participantes compreenderam o compromisso do *campus* no desenvolvimento socioeconômico da comunidade local, estendendo-se do bairro Sapê até municípios vizinhos. Consciência crítica, responsabilidade social, formação qualificada e compromisso com a comunidade foram pontos-chave identificados nas manifestações dos participantes, indicando um alto grau de satisfação em relação aos impactos esperados pelo produto educacional desenvolvido neste trabalho.

A partir dos achados deste estudo, recomenda-se que futuras investigações sobre a formação e atuação dos TAEs no contexto da EPT aprofundem a reflexão sobre estratégias para a consolidação de uma formação contínua e crítica, que permita a esses profissionais uma atuação mais qualificada, integrada ao projeto educativo do Instituto Federal. Para isso, é essencial a implementação de ações que fortaleçam o protagonismo dos TAEs nos processos pedagógicos e administrativos, ampliando sua participação na construção de uma educação emancipatória. Tais ações podem incluir o desenvolvimento de programas de capacitação contínua, a oferta de cursos de atualização, a promoção de espaços de intercâmbio entre os campi e a criação de espaços de diálogo e debate nos quais os TAEs possam trocar experiências, discutir desafios e propor soluções inovadoras. Além disso, sugere-se a formulação adaptada de um vídeo em quadro branco, nos moldes da estratégia aplicada neste trabalho, com o objetivo de conscientizar tanto o corpo docente quanto o discente sobre seus papéis no fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), incluindo novos eixos temáticos que tratem diretamente sobre a importância desses atores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de, & MARIANI, V. de C. P. (2024). Memórias na educação profissional e tecnológica: o estado do conhecimento sobre pesquisas direcionadas a implementação dos institutos federais. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, 17(4), e6008. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-094>

AMORIM, JOSÉ DE, Gilberto; ROCHA, ANTÔNIO, João. A formação integrada nos Institutos Federais: qual o princípio pedagógico?. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 24, p. e15213, 2024. DOI: 10.15628/rbept.2024.15213. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15213>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?!**: em minha sala de aula: fascículo 12. 10 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. **Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional**: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago. 2010.

BENSADON, Ligia Scarpa. **Reflexões sobre o diálogo social no processo de implantação do campus IFRJ-Niterói**. 2020. RevistAlep:ISSN 1807-6211 N° 35

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024**. Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 2024.

BRASIL, **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 15 jun 2023.

BRASIL, **Decreto nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm> Acesso em: 15 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 1.029**, de 6 de janeiro de 1939. Dá denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1029-6-janeiro-1939-350236-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 13.706**, de 25 de Julho de 1919. Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html>> Acesso em: 11 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. regulamenta o par. 2 do art. 36 e os arts. 39 A 42 da lei 9394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2208&ano=1997&ato=a03MTUq10MJpWT6dd>> Acesso em: 12 jun 2023

BRASIL, **Decreto-lei nº 4.127**, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Estabelece%20as%20bases%20de,de%20estabelecimentos%20de%20ensino%20industrial.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,Executivo\)%20%2D%20\(Aplica%C3%A7%C3%A3o\)](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Estabelece%20as%20bases%20de,de%20estabelecimentos%20de%20ensino%20industrial.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Executivo)%20%2D%20(Aplica%C3%A7%C3%A3o))> Acesso em: 10 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 408**, de 5 de maio de 1938. Transfere a sede do A.A. 8, do município de Campos, para o de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-408-5-maio-1938-350128-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 5.224**, de 01 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm> Acesso em: 15 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 5.225**, de 01 de outubro de 2004. Altera dispositivos de Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5225&ano=2004&ato=445g3ZU5keRpWTe01>> Acesso em: 15 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 7.622**, de 21 de outubro de 1909. Crêa a Directoria de Industria Animal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7622-21-outubro-1909-524692-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 8.072**, de 20 de junho de 1910. Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>> Acesso em: 11 jun 2023

BRASIL, **Decreto-lei nº 8.300**, de 6 de dezembro de 1945. Cria cursos técnicos na Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8300-6-dezembro-1945-457490-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 jun 2023.

BRASIL, **Decreto-lei nº 8.366**, de 10 de Novembro de 1910. Dá regulamento ao Posto Zootechnico Federal, creado pelo decreto n. 7.622, de 21 de outubro de 1909, com a denominação de Directoria de Industria Animal. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8366-10-novembro-1910-517118-republicacao-111202-pe.html>> Acesso em: 11 jun 2023.

BRASIL, **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm> Acesso em: 10 jun 2023.

BRASIL, **Lei Nº 3.552**, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm> Acesso em 01 set, 2023

BRASIL, **Lei nº 8948**, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm> Acesso em: 13 jun 2023

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 13 jun 2023

BRASIL, **Portaria MEC, nº 646/97**, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf> Acesso em: 14 jun 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.185**, de 20 de dezembro de 2019. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

BRASIL. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm> Acesso em: 17 de jun 2023.

BRASIL. **Lei 12.677**, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências.<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12677.htm#anexoi> Acesso em: 17 de jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm> Acesso em: 10 jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.324**, de 29 de julho de 2016. Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113324.htm> Acesso em: 10 jun 2023.

BRASIL. MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 20/04/2024.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnicia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>> Acesso 01 set, 2023

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

CIAVATTA, Maria. Estudos comparados sobre formação profissional e técnica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo. A cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Inep, 2006.

CIAVATTA, Maria. **História e historiografia em trabalho-educação e o pensamento crítico**. Revista Trabalho Necessário, v. 18, n. 35, p. 6-19, 23 jan. 2020.

CIAVATTA, Maria. **Da educação politécnica à educação integrada: como se escreve a história da educação profissional**. X Seminário acional do HISTEDBR. 30 anos do HISTEDBR (1086-2016) contribuições para a História e Historiografia da Educação Brasileira. Unicamp, 2016

COUFAL, Bruna Correia; Tauan Nunes, Isabele Ferreira Santos. **Atividades esportivas e culturais em tempos de pandemia: relato de experiência do projeto “IFRJ em ação”**. ISSN 1984-5693 Vol.13, 2021, <http://dx.doi.org/dx.doi.org/10.22407/19845693.2021.v13se.p.11-18>

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática**. 2ª edição, Almedina, 2014

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6 – 19. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>> Acesso 01 set, 2023

DUARTE, Newton. **Educação Escolar e Formação Humana Omnilateral na Perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica**. In: Lombardi, José Claudinei. Crise Capitalista e Educação Brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 101-122.

Edital DG/IFRJ CNIT N° 09/2023 - **Implementação de Núcleos de Educação Popular no IFRJ: lugar de jovem é no Ensino Superior!**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mKEprJls459WZyAOpP9AXSnn03Lpb74X/view> . Acesso em: 10 de setembro de 2023.

FERNANDES, F.C.M. **Gestão dos Institutos Federais: o desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Holos, v. 2, p. 3-9, 2009. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267>>

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, C. R., VALLE, M. R. L., AZEVEDO, R. O. M. **O trabalho como princípio educativo na educação profissional técnica de nível médio para uma formação omnilateral** . Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 2, n. 2, 2018.

FRIGOTTO, G. ; _; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. (orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. parte 1, cap. 2, p. 55-70.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.; GOMES, C. **Produção de conhecimentos sobre Ensino Médio Integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas**. In: Colóquio Produção de Conhecimento de Ensino Médio Integrado: dimensões epistemológicas e político pedagógicas, Rio de Janeiro, 2010. Anais do Colóquio “Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas”, p.11-20. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 6). Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-etecnologica.pdf>> Acesso em: 20 de mar de 2025

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

HOUAISS, Antônio; DE SALLES VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

IBIAPINA, Aricelma Costa. **Metodologia de pesquisa científica**: elaboração de projeto de pesquisa, relatório e artigo científico. São Paulo: Lexia, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **O Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) nível de classificação C**. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/u137/descricao_de_cargos-nivel_c_-_pcctae.pdf > Acesso em: 18 de jun 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **O Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) nível de classificação D**. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/u137/descricao_de_cargos-nivel_d_-_pcctae.pdf > Acesso em: 18 de jun 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **O Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) nível de classificação E**. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/u137/descricao_de_cargos-nivel_e_-_pcctae.pdf > Acesso em: 18 de jun 2023.

KIND, Luciana. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004

KUENZER, Acácia. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo: Cortez, 2002.

Lúcia M. W.; PRONKO, MARCELA, A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

LUCK, Heloísa. **Gestão da Cultura e do clima organizacional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MÉSZÁROS, I **Marx: A teoria da alienação**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, etapas e fidedignidade**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: Acesso em: 19 jul. 2020.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal do Rio de Janeiro Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão. **Projeto de Implantação do campus NITERÓI** <https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Niter%C3%B3i/pic_niteroi_final.pdf> Acesso em: 17 de jun 2023

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. **As estatísticas da Educação profissional e Tecnológica: silêncios ente os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2019

MOREIRA, M.R.. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação;** 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf. Acesso em: 20 de mar de 2025.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.39, p.705-720, 2013.

NASCIMENTO, Débora Elena Speranza do; CARIELLO, Karine Borges; PEREIRA, Mariana Pacheco. **Círculo de Leitura da Biblioteca IFRJ/Campus Niterói, a partir da literatura história e cultura africana e afro-brasileira: relato de experiência de um projeto de extensão.** v. 28 (2019): XXVIII CBBB, Vitória - ES 2019. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2104>> Acesso 10 maio 2024

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

OFFE, Claus. **Trabalho: a categoria chave? O capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, J.R.; RAMOS, T. O.FARTES, V. L .B. **Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia**. Salvador, Bahia(IFBA): Edifba, 2017. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/prpgi/editora/livros/multidisciplinar/memorias_educacao_ifba.pdf>

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e Tecnológica**. Brasil:2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 15/03/2025.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. In: PACHECO, E. (Org). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Mec/Setec, 2011.

POZZER, Márcio Rogério Olivato; NEUHOLD, Roberta dos Reis. **A produção científica sobre a educação profissional e tecnológica e a conformação de um campo científico a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 23, p. e16028, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.16028. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/16028>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PRADO, Maycon Dias; OLIVEIRA, Thiago Soares de. **Superação do dualismo na Educação Profissional e Tecnológica: ação docente e proposta dos Institutos Federais em prol de um ensino democrático**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 23, p. e14199, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.14199. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14199>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RAMOS, M. N. **É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, p. 93-114, 2003.

RAMOS, M. N. **Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; R.M.N. Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-137.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>> Acesso: 20 de jun 2023.

RAMOS, M. N. **Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à educação profissional**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 35, p. 65-85, 2010.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. **O reducionismo da perspectiva de desenvolvimento humano como efeito da liquefação das necessidades humanas no mercado capitalista**. Revista Trabalho Necessário, v. 18, n. 35, p. 61-78, 23 jan. 2020.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, Demerval. **O choque teórico da politécnica**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, RJ, vol.1, n.1, p.131-152, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15/09/2023.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-critica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003 (p. 13).

SILVA, Raphaela Reis Conceição Castro. **Relato de experiência: desenvolvimento de Projeto Ambiental em (ou como?) uma comunidade de pescadores artesanais em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil**. Revista de Extensão do Instituto Catarinense – IFC,

Blumenau, SC. Volume 9, nº17, jan-jun-2022
<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/2058/2548>

SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E;

SOUZA, L. K. Recomendações para a Realização de Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa. **PSI UNISC**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 52-66, jan. 2020.

TREIN, E.; CIAVATTA, M. **A produção capitalista, trabalho e educação: um balanço da discussão nos anos 1980 e 1990**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. Atlas, São Paulo 2009

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (coord.). **História Falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP, 2006.

APÊNDICE A – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

A seguir, estão listadas as perguntas abertas realizadas no questionário auto aplicado antes da veiculação do produto educacional, assim como as respectivas respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa (P1 a P14):

1. *O que você entende por Educação Profissional Tecnológica (EPT)?*

P1 – “É uma importante ferramenta de inclusão social, pois oferece oportunidades de formação para diferentes grupos da população, contribuindo para a redução das desigualdades”

P2 – “Tem a função de utilizar os conhecimentos adquiridos em situações reais, promovendo uma aprendizagem mais efetiva.”

P3 – “Uma educação voltada para preparar os estudantes, através de um ensino profissionalizante, para o mercado de trabalho.”

P4 – “É muito bom.”

P5 – “Entendo que seja uma educação voltada para a parte prática de alguma profissão, voltada e com a utilização de tecnologias atuais.”

P6 – “Bom”

P7 – “É uma modalidade de formação voltada à uma formação ampla do indivíduo e comprometida com a preparação para o mundo do trabalho e a prática social.”

P8 – “Educação técnica profissionalizante.”

P9 – “Forma alunos em profissionais capacitados.”

P10 – “Entendo que a Educação Profissional Tecnológica (EPT) é um modelo de ensino que busca preparar os estudantes para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades técnicas e práticas em diversas áreas do conhecimento. O objetivo é formar profissionais capacitados, com competências que atendam às demandas do mercado, mas também com uma formação que valorize o aprendizado contínuo e a adaptação às transformações sociais e tecnológicas.”

P11 – “Educa pessoas, não só para o mercado, como também para as universidades.”

P12 – “Transmite conhecimentos tecnológicos para o os alunos se colocarem no mercado de trabalho.”

P13 – “Uma educação que forma um profissional técnico em uma área específica.”

P14 – “Modalidade de educação com conhecimento teóricos e práticos voltados para a preparação de profissionais especializados e sua atuação no mercado de trabalho.”

2. *Como você se vê no seu cargo/função?*

P1 – “O meu cargo/função envolve múltiplas atividades, que podem focar no estudante, na família deste, mas também envolver os docentes e técnico-administrativos, especialmente os do *Campus* Niterói. Adicionalmente, um trabalho pode ser realizado com a própria instituição. A psicologia pode contribuir com a compreensão e com o manejo de fatores intrínsecos ao processo de ensino/aprendizagem, que são multifatoriais, envolvendo os âmbitos biopsicossociais, que são intimamente articulados (indissociáveis). Dentre outras atividades, o psicólogo pode favorecer as habilidades e potencialidades do estudante, com vistas a contribuir com a sua trajetória formativa, o que estimula a permanência e a conseqüente conclusão do curso com êxito. O psicólogo pode também oferecer suporte/apoio ao estudante, com vistas a estimulá-lo na construção de estratégias de enfrentamento dos desafios dos cursos, com repercussão na redução dos índices de retenção e evasão escolar. O psicólogo pode também contribuir com a análise institucional, de forma que a própria instituição possa refletir sobre suas práticas e processos de trabalho, reformulando-se, quando necessário. O psicólogo pode contribuir com o território, favorecendo a interação com o campus, estimulando o protagonismo da população local na resolução dos próprios desafios e o intercâmbio de saberes das comunidades interna e externa, o que enriquece a própria instituição, mas também a sociedade como um todo. Por meio de temas transversais, pode participar de atividades, que contribuam com a desconstrução do racismo estrutural, bem como de outras formas de opressão, com vista a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como no enfrentamento das desigualdades. Ou seja, por meio da educação, o psicólogo pode contribuir também com a ampliação da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade.”

P2 – “Atuo na secretaria acadêmica. E me vejo muito integrada ao setor, a equipe, aos estudantes atendidos e as atividades desenvolvidas no cotidiano.”

P3 – “Eu me vejo com uma grande responsabilidade e pouca valorização”

P4 – “Muito valorizado”

P5 – “Satisfeita.”

P6 – “Importante”

P7 – “Um elemento importante para o funcionamento do tripé "Ensino, Pesquisa e Extensão" que norteia a EPT.”

P8 – “Me vejo executando tarefas e processos tecnológicos, que possibilitam contribuir no funcionamento e manutenção da infraestrutura da instituição ao qual trabalho, colaborando assim também, de um modo geral com a sociedade.”

P9 – “O técnico em assuntos educacionais é uma função que pode atuar em diversos setores e em diversas funções no âmbito educacional.”

P10 – “No meu cargo, me vejo como um aprendiz, sempre aprendendo a cada dia, mas sem perder de vista minhas facilidades e competências. Por ser um cargo cada vez mais requisitado, sinto que estou à altura de desempenhá-lo com dedicação e eficiência. Apesar disso, em alguns momentos, sinto que sou subestimado, talvez devido à minha pouca idade. No entanto, acredito firmemente que sou capaz de aprender e me adaptar a qualquer desafio relacionado à minha função, e é por isso que me vejo alcançando posições ainda mais altas nos próximos cinco anos”

P11 – “No serviço público temos a oportunidade de atuar em diversos setores diferentes, e estar lotada na função atual me traz mais uma vez a chance ter novos conhecimentos e habilidades.”

P12 – “Dentro do IFRJ, meu cargo é muito limitado pelas direções.”

P13 – “Me sinto útil desempenhando minha função.”

P14 – “Atuante.”

3. *Além do seu setor, você também interage com outro(s) setor(es)?*

P1- “Sim. O setor em que estou lotada é a Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP), que precisa trabalhar de forma articulada com todos os setores do campus, especialmente os de Niterói. A justificativa dessa necessidade é que os processos de ensino/ aprendizagem, bem como as dificuldades deles, são influenciados por componentes físicos, psíquicos, sociais, políticos, institucionais, administrativos, pedagógicos, dentre outros. Por isso, os processos de trabalho envolvem servidores e fluxos de diferentes áreas e setores. Além disso, as construções de estratégias de manejo podem demandar contato, articulação e reflexão conjunta. Ademais, o trabalho da CoTP está vinculado aos núcleos institucionais, tais como NEABI, NUGEDS e CoNAPNE, que tem servidores do *Campus* Niterói. Por vezes, é necessária articulação Inter campi ou mesmo intersetorial, envolvendo políticas públicas de educação, saúde, assistência social,

cultura, esporte e lazer, dentre outras, devido à necessidade de construção de rede de apoio ao estudante, criação de parcerias interinstitucionais, dentre outros quesitos. Pode ser necessário contato com profissionais de saúde de serviços públicos e privados, de forma a trabalhar com equipes internas ao *Campus* Niterói ou externas, o que favorece à construção coletiva.”

P2 – “Sim.”

P3 – “Sim. A interação ocorre com diversos setores devido à própria natureza do setor em que atuo que demanda esse tipo de interação, como por exemplo, os setores da biblioteca, Coordenação Técnica Pedagógica e Coordenação de Tecnologia e Informação, entre outros.”

P4 – “Sim, todos os setores do Campus.”

P5 – “Sim, mais diretamente com a secretaria.”

P6 – “Todos os outros”

P7 – “Sim, todos os setores.”

P8 – “Sim, na prestação de suporte para vários setores administrativos e educacionais como: laboratórios de informática, infomaker, secretaria, DA, DE, DG entre outros.”

P9 – “Sim, com CoTp, Direção de Ensino, Protocolo, Coordenação de curso.”

P10 – “Sim, tenho interagido com diversos setores, desde a direção administrativa até a direção de ensino. Praticamente não há um departamento que, até hoje, não tenha precisado do meu suporte durante esses 10 meses de trabalho”

P11 – “Sim, de acordo com as atribuições da função, minha atuação deve permear cotidianamente a interação com docentes, discentes e seus responsáveis.”

P12 – “Sim. Setores administrativos no campus e na reitoria. Bibliotecas de todos os campi. Bibliotecas de outras instituições. Empresas prestadoras de serviços. Comissões no Instituto”

P13 – “Sim”

P14 – “Sim”

4. *Você se conecta com discentes do campus em que atua?*

P1 – “Sim. Realizo atendimento/acolhimento aos estudantes. O trabalho pode ocorrer com intervenções individuais ou coletivas. Ele também pode ocorrer na sala da

CoTP, na sala de aula, no território, por visitas domiciliares (VD), dentre outras possibilidades. O foco pode ser no bem-estar e na qualidade de vida, que tem impacto no desempenho acadêmico do estudante. Porém, o trabalho pode focar também nas dificuldades encontradas pelo estudante nesse percurso acadêmico. Cabe registrar que o psicólogo na CoTP não faz psicoterapia, podendo contribuir com o estudante na construção de demanda de tratamento, encaminhando-o para acompanhamento psicológico externo, caso seja pertinente.”

P2 – “Sim, diariamente nos atendimentos desde o momento da matrícula, mas sobretudo, ao longo do curso nos diversos atendimentos, e também após conclusão do curso quando esses estudantes voltam a secretaria para retirar o seu diploma.”

P3 – “Sim.”

P4 – “Tenho uma boa relação com a maioria dos alunos, busco tratar a todos com educação e sempre fui tratada da mesma forma.”

P5 – “Muita coisa”

P6 – “Sim.”

P7 – “Sim, tenho estagiários ao qual dou suporte e treinamento.”

P8 – “Sim, procuro ajudar e me conectar com todos que atendo e de modo mais profundo com alguns estudantes por afinidade pessoais, como livros e cultura.”

P9 – “Considero minha conexão com os discentes bastante positiva, em parte porque minha faixa etária é um pouco mais próxima à deles em relação à maioria dos servidores. Além disso, acredito que a base dessa boa relação vem do respeito mútuo e da minha disposição em ajudar sempre que necessário, desde que a pessoa esteja trilhando o caminho certo.”

P10 – “Sim, diariamente.”

P11 – “Interajo pouco com os discentes”

P12 – “Sim. Trabalho com atendimento direto ao público do campus.”

P13 – “Sim.”

P14 – “Sim.”

APÊNDICE B – RESPOSTAS DO GRUPO FOCAL

A seguir, estão listadas as perguntas abertas, e as respectivas respostas, realizadas durante o grupo focal, veiculadas aos participantes da pesquisa após apresentação do produto educacional:

1. O que você entende por Educação Profissional Tecnológica (EPT)?

P1 – “A EPT inclui, mas vai além dos conhecimentos técnicos, havendo foco na formação integral do estudante, bem como na análise crítica da sociedade. “

P2 – “A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de ensino que visa oferecer uma formação voltada para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, preparando os estudantes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.”

P3 – “A EPT não se limita à formação técnica, mas também busca desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de adaptação dos estudantes.”

P4 – “A proposta da EPT é proporcionar aos estudantes uma formação que seja diretamente conectada às necessidades do mundo do trabalho, mas sem deixar de lado o desenvolvimento pessoal e a cidadania.”

P5 – “A EPT tem um papel importante na redução das desigualdades sociais, ao possibilitar o acesso a uma educação de qualidade e a uma formação profissionalizante, principalmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.”

P7 – “Estimular o aprendizado contínuo, mas, acima de tudo, tornar o aluno consciente e preparado para o mundo do trabalho.”

P8 – “É uma modalidade de ensino focado na formação de profissionais para atender às demandas do mundo do trabalho, integrando conhecimentos teóricos e práticos.”

P9 – “É uma modalidade da educação que tem o compromisso de formar cidadãos atentos às questões sociais, culturais e políticas com habilidades profissionais teórico-práticas em sintonia com o mundo do trabalho.”

P10 – “Antes do vídeo, eu entendia que era uma modalidade de ensino voltada para a orientação dos alunos para o mercado de trabalho, agora entendo que é muito mais vasto do que isso; na verdade ela prepara o cidadão, consciente, para o mundo do trabalho.”

P11 – “Uma formatação que pode preparar os jovens e adultos para o exercício de profissões. Que pode inserir estes jovens e adultos no mundo do trabalho, aproveitando de forma contínua e articulado os estudos, atuando na qualificação, habilitação técnica e tecnológica.”

P12 – “Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de ensino que objetiva preparar o estudante para o exercício de profissões, podendo contribuir desta forma, com o mundo do trabalho e a vida em sociedade.”

P13 – “A EPT encontra-se integrada aos componentes relativos à educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.”

P14 – “A EPT integra conhecimentos gerais com habilidades práticas em diversas áreas, ou seja, parando cidadãos para o mundo do trabalho.”

2. Para você, qual o compromisso com a EPT dos seguintes atores:

a) IFRJ?

P1 – “Promover a inclusão social e o desenvolvimento regional, contribuindo para a formação de profissionais qualificados, mas que estejam em sintonia com os avanços da sociedade.”

P2 – “Ofertar oportunidades de formação para grupos que, de outra forma, poderiam ter pouco ou nenhum acesso à educação de qualidade.”

P3 – “Fazer com que o IFRJ seja um dos principais responsáveis pela formação de profissionais capacitados na área tecnológica no Rio de Janeiro, por tanto, a necessidade desse compromisso para toda a sociedade.”

P4 – “Oferecer formação técnica e profissional de qualidade.”

P5 – “Garantir que pequenas regiões, mesmo aquelas de difícil acesso, tenham direito a um ensino de qualidade.”

P7 – “Proporcionar cursos que visam preparar os alunos para o mundo do trabalho, combinando teoria e prática em diversas áreas tecnológicas.”

P8 – “Diminuir as desigualdades sociais e a promoção da inclusão.”

P9 – “Formar cidadãos conscientes e responsáveis.”

P10 – “Fomentar a pesquisa e a extensão.”

P11 – “Dinamizar e interligar todas as unidades do IFRJ através de experiências exitosas através de suas diversas unidades.”

P12 – “Acesso humanizado que busca orientar e conscientizar alunos, servidores e toda comunidade regional.”

P13 – “Desempenhar a função social ao promover a inclusão.”

P14 – “Promover ensino de qualidade.”

b) *Campus* Niterói do IFRJ?

P1 – “Preparar o campus para receber todos os grupos do município, visando uma educação de qualidade.”

P2 – “Adote políticas que favoreçam a equidade de todos no município.”

P3 – “Capacitar o campus, atendendo as expectativas da EPT na região de Niterói.”

P4 – “Traçar metas para que o campus alcance seus objetivos que é a capacidade técnica e profissional de qualidade.”

P5 – “Garantir um ensino de qualidade no município de Niterói.”

P7 – “Assegurar para os moradores de Niterói e áreas próximas que sejam preparados para o mundo do trabalho.”

P8 – “Oportunidades de desenvolvimento de forma igualitária para todo o município.”

P9 – “Equilibrar a educação, corrigindo as injustiças históricas no município de Niterói.”

P10 – “Desenvolver a pesquisa e extensão no município de Niterói, São Gonçalo, Maricá, etc.”

P11 – “Incentivar que o campus esteja interligado com todos os Campi, trocando experiências importantes para o desenvolvimento educacional.”

P12 – “Assertividade educacional.”

P13 – “Justiça social no município.”

P14 – “Orientar para uma educação de qualidade para toda região de Niterói.”

c) Técnicos Administrativos do *Campus* Niterói do IFRJ?

P1 – “Haja interação entre os técnicos-administrativos do campus com todos os atores envolvidos na EPT.”

P2 – “Que nos sintamos cada vez mais pertencentes a essa modalidade de educação.”

P3 – “Orientem-nos no caminho de uma educação de qualidade e justa.”

P4 – “Mostra-nos que somos partes importantes no desenvolvimento educacional do campus.”

P5 – “Indicar que sem a nossa participação, não haverá educação de qualidade.”

P7 – “Tornar cada vez mais interligados todos os servidores e suas importâncias para a EPT.”

P8 – “Compromisso de que sempre haverá o desenvolvimento funcional de forma consciente e justa.”

P9 – “Promover o equilíbrio entre todos os TAEs, diminuindo ou zerando as diferenças entre os diversos níveis.”

P10 – “Tornarmos indivíduos conscientes de nossos compromissos com a educação e com a sociedade.”

P11 – “Compromisso de estarmos sempre interligados com todos os setores do campus.”

P12 – “Nos manter conscientes de nossos valores.”

P13 – “Orientar nosso dia a dia com fins de entregarmos sempre qualidade e justiça social.”

P14 – “Contribuir com o nosso desenvolvimento para entregarmos à sociedade.”

d) Discentes do *Campus* Niterói do IFRJ?

P1 – “Atender às demandas de todos os discentes que participam desse processo no *Campus* Niterói, inclusive os núcleos institucionais.”

P2 – “Direcionar ensino de qualidade para os estudantes do campus.”

P3 – “Focar em nossos alunos para que possam evoluir individualmente e coletivamente de forma a contribuir com a sociedade.”

P4 – “Orientar os discentes em sua formação.”

P5 – “Proporcionar uma formação que alia teoria e prática.”

P7 – “Tornar os alunos donos de suas escolhas para melhor intervirem no mundo do trabalho.”

P8 – “Desenvolver as habilidades técnicas, teóricas e comportamentais dos estudantes do campus.”

P9 – “Abrir portas para novas oportunidades para os alunos do campus, ampliando as oportunidades no mundo do trabalho.”

P10 – “Desenvolver o pensamento crítico nos estudantes do *Campus* Niterói.”

P11 – “Aliar o ensino propedêutico com o ensino médio técnico integral.”

P12 – “Formar profissionais, não para o mercado de trabalho, mas para o mundo do trabalho.”

P13 – “Habilitar cidadãos para viverem em uma sociedade justa.”

P14 – “Educar os alunos sobre o trabalho como princípio educativo.”

e) Comunidade do entorno do *Campus* Niterói do IFRJ?

P1 – “Formar profissionais qualificados, favorecendo economia da região e promovendo a inclusão social, além da comunidade interna, a EPT pode focar na comunidade externa, incluindo o território do entorno.”

P2 – “Acelerar o desenvolvimento econômico e social da comunidade do entorno, contribuindo para o desenvolvimento de soluções inovadoras.”

P3 – “Capacitar à comunidade do entorno a elaborar soluções criativas para os desafios locais através de cursos de extensão.”

P4 – “Melhorar a qualidade de vida da comunidade local.”

P5 – “Promover o desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade do entorno.”

P7 – “Capacitar de forma contínua, contribuindo para que a comunidade da região do Sapê esteja sempre atualizada e adaptada às mudanças do mundo do trabalho.”

P8 – “Incentivar a cidadania e as questões sociais e ambientais da comunidade do entorno.”

P9 – “promover parcerias que podem resultar em projetos sociais e culturais. “

P10 – “Promover o desenvolvimento sustentável, beneficiando a todos da região do Sapê.”

P11 – “Interagir a comunidade local com os discentes e servidores do campus, através dos cursos de extensão, esportes, programação cultural, etc.”

P12 – “Compromisso de, através de todos os agentes do *Campus* Niterói, estar sempre atentos às necessidades gerais da comunidade do Sapê e região.”

P13 – “Tornar a comunidade do Sapê ciente de seus direitos.”

P14 – “Desenvolver uma comunidade mais justa e digna.”

3. Na sua visão, o discente sabe da importância dos TAEs para desenvolvimento dos alunos perante os fundamentos da EPT?

P1 – “Sim”

P2 – “Sim.”

P3 – “Sim.”

P4 – “Sim.”

P5 – “Sim.”

P7 – “Sim.”

P8 – “Sim.”

P9 – “Sim.”

P10 – “Sim.”

P11 – “Eles sabem o que é EPT? Se souberem, acredito que eles reconheçam a minha importância.”

P12 – “Sim.”

P13 – “Sim.”

P14 – “Sim.”

4. Quer deixar sua opinião ou sugestão para o melhor desenvolvimento da EPT no campus em que atua?

P3 – “Gostaria de ter mais conhecimento sobre a matéria em questão através de cursos, palestras, etc...”

P7 – “Poderia haver um canal aberto entre os servidores do campus com setores ligados com a educação profissional tecnológica para que possamos trocar informações e aprimorarmos cada vez mais o tripé: ensino, pesquisa e extensão.”

P8 – “Gostei muito do tema e acho que deveria haver uma maior divulgação sobre o assunto.”

P10 – “Gostaria de conhecer melhor sobre a EPT. Poderiam preparar um curso de capacitação no ENAD/EVG, etc.”

P11 – “Mais informativos sobre a EPT.”

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO DO VÍDEO

Título do Produto educacional: O técnico-administrativo em educação e fortalecimento da EPT no *Campus* Niterói do IFRJ

1. Tema 1: A origem do Instituto Federal do Rio de Janeiro e seu propósito para a EPT

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) teve como origem o Curso Técnico de Química Industrial, criado na década de 1940, em um momento no qual a área de química industrial era de interesse estratégico nacional. O curso era integrante da Rede Federal de Ensino Industrial e iniciou suas atividades com uma única turma de 24 alunos, nas dependências da antiga Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Em 1946 foi transferido para as instalações da Escola Técnica Nacional, hoje CEFET, Rio de Janeiro, onde permaneceu por 39 anos.

Entre os anos 1965 e 2008, a instituição teve várias denominações e institucionalidades (Escola Técnica Federal de Química da Guanabara, Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro, Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis e Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis).

Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, o então CEFET Química de Nilópolis foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e no mesmo ato foi integrado a instituição o então Colégio Agrícola Nilo Peçanha (à época vinculado à Universidade Federal Fluminense), criado em 1910.

Atualmente o IFRJ é constituído pela Reitoria e por 15 campi: nos municípios de Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda.

O IFRJ atua nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a Formação Inicial e Continuada, passando pelo ensino Técnico de Nível Médio e Graduação até a Pós-Graduação lato e stricto sensu, com cursos presenciais e a distância.

A instituição desenvolve pesquisa em vários campos do saber, visando à inovação tecnológica e a divulgação da popularização da Ciência; bem como, extensão, com significativas ações de inclusão social de jovens e adultos, de população em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência, demonstrando assim o seu compromisso com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A EPT está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB de 1996, e está alinhada com a Constituição Federal, que garante o direito à educação e ao trabalho. A EPT tem como principais características:

- Unir a teoria e a prática no processo de aprendizagem;
- Integrar-se com os diferentes níveis e modalidades de educação;
- Articular esforços entre as áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência. O IFRJ visa preparar os cidadãos para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade.

2. Tema 2: A origem do *Campus* Niterói do IFRJ e seu propósito para a EPT.

O *Campus* Niterói do IFRJ integra a Fase III do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Suas atividades foram iniciadas no dia 27 de julho de 2016, com uma aula inaugural no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Como o campus ainda não havia ficado pronto, pois seu endereço original é na Estrada Washington Luís, 1411, no bairro do Sapê, Niterói, foi preciso assinar um acordo de parceria entre a Reitoria do IFRJ e a Prefeitura de Niterói. Foi assinado o Protocolo de Intenção de Cessão de Espaço, concedendo o uso de uma das construções situadas no Caminho Niemeyer para o funcionamento provisório do campus. A partir de 2017, foram ofertadas as primeiras turmas do Ensino Médio Técnico, na forma articulada concomitante/subsequente.

O bairro Sapê está localizado no município de Niterói, na região de Pendotiba. É um local predominantemente residencial. A maioria da população local está concentrada em áreas com população de baixo poder econômico. No ano de 2019, o campus foi sediado, em definitivo, no bairro do Sapê, em terreno com área aproximada de 25.000 m², pela Prefeitura Municipal de Niterói.

O campus oportuniza à população em seu entorno acesso à educação de qualidade e qualificação para a inserção no mundo do trabalho, compromisso firmado com a EPT. Os cursos profissionais técnicos de Nível Médio, na forma articulada integrada e pós-graduações Lato Sensu foram os primeiros a serem ofertados através de uma série de pesquisas realizadas, norteadas a definição dos eixos tecnológicos e as futuras escolhas dos cursos a serem ofertados, bem como na histórica demanda dessa modalidade de ensino. A partir desse mapeamento, o campus pode oportunizar que a população em seu entorno tenha acesso à educação de qualidade e qualificação para a inserção no mundo do trabalho.

É importante refletir sobre essa inserção no mundo do trabalho porque, de acordo com Antunes, a competição intercapitalista avança cada vez mais, desenvolvendo a tecnologia em dadas regiões ou conjunto de países. Quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo. Corrobora-se com o fato de que é necessária uma base interna sólida para acompanhar o avanço capitalista, com foco em uma educação que proporcione o protagonismo dos alunos. É uma reflexão necessária, pois muitos países são excluídos da participação efetiva do movimento produtivo e financeiro do capital e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho (ANTUNES, 1999, página 35). São muitos os desafios e as expectativas em relação à atuação do *Campus* Niterói na cidade. Pacheco ratifica que “a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura”. Outras questões devem ser consideradas: “nesse projeto

educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isso, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais”, o entendimento dessas bases que a EPT busca consolidar “a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social.” (PACHECO, 2011, páginas 16-17). Dessa forma, o *Campus* Niterói do IFRJ traz em sua concepção a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, irradiando ações para promover o desenvolvimento local e regional.

3. Tema 3: A importância dos cursos da EPT no contexto da cidade de Niterói.

Além dos cursos Técnico Concomitante/Subsequente, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Educação de Jovens e Adultos, cursos de extensão e pós-graduação que o *Campus* Niterói do IFRJ desenvolve para a comunidade, cabe-nos destacar a relação dos cursos Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com a Educação Profissional e Tecnológica.

São buscados alguns pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica, como, por exemplo, segundo Saviani, o trabalho como princípio educativo e a integração da formação geral com a formação para o trabalho. Destacar o trabalho como princípio educativo é essencial porque “o trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa”.

O atual cenário educacional requer que reflitamos sobre como tem sido feito o “processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes, que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho” (SAVIANI, 2007, páginas. 152 à 155). Dessa maneira, a Educação Profissional e Tecnológica ocupa um lugar central na distribuição de oportunidades para que os cidadãos possam ter acesso a uma educação de qualidade.

Em relação à integração da formação geral com a formação para o trabalho, esta deve ser interpretada como a busca por uma formação omnilateral, que seja orientada para a resistência e para a luta pela superação das desigualdades da sociedade capitalista. Uma educação em que o aluno seja protagonista para agir sobre sua realidade, transformando-a.

Essa perspectiva é respaldada por Frigotto e Ciavatta em relação aos conceitos de educação omnilateral e trabalho como princípio educativo.

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, a educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos

os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, página 265).

Sendo o trabalho a atividade vital e criadora mediante a qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo, a educação omnilateral o tem como parte constituinte. Por isso, Marx, ao se referir aos processos formativos na perspectiva de superação da sociedade capitalista, enfatiza o trabalho, na sua dimensão de valor de uso, como princípio educativo, e a importância da educação politécnica ou tecnológica. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, página 266).

O curso técnico integrado, também chamado de ensino médio técnico, é uma modalidade de ensino que oferece a formação geral e profissional de forma integrada, compromisso com a EPT. Assim sendo, o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio é uma formação que combina o ensino médio propedêutico com a formação de técnico em administração. O objetivo é formar profissionais com autonomia para atuar na área de administração e na educação básica.

O curso oferece conhecimentos gerais do ensino médio e específicos da área de administração, como: Gestão empresarial, Marketing, Logística, Finanças, Recursos humanos e Planejamento estratégico.

O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é uma formação que combina a educação básica com uma formação profissionalizante na área da tecnologia da informação. Nesse curso, os alunos aprendem tanto disciplinas do currículo regular do ensino médio quanto conteúdos técnicos específicos, como programação, redes de computadores, desenvolvimento de software e manutenção de equipamentos.

O trabalho como princípio educativo prepara os jovens e trabalhadores para o mundo do trabalho, para atender às demandas socioeconômicas e ambientais, onde as exigências pedagógicas prevalecem sobre o aspecto produtivo.

4. **Tema 4:** Os setores e suas funcionalidades integradas à EPT no *Campus* Niterói

O trabalho em prol da comunidade em seu entorno conta com uma estrutura organizacional fortalecida através das ações em conjunto dos seguintes setores:

- Direção Geral: subordinada ao Reitor, é responsável pela gestão do campus em aspecto técnico-pedagógicos, administrativos, orçamentários, patrimoniais e disciplinares. Além da gestão de pessoas e tecnologia da informação, bem como de articulação com a comunidade escolar e do entorno, com as empresas e com os poderes públicos. Entre as principais funções incluem executar a política institucional, garantir a gestão democrática e participativa e coordenar as atividades administrativas, sempre em conformidade com as normas e diretrizes institucionais.
- Direção de Ensino: subordinada à direção geral, é responsável pelas questões do ensino técnico e de graduação do campus, interage com estudantes, professores e setores administrativos como: coordenação, secretarias e biblioteca. Algumas ações exercidas pela direção de ensino são: monitoramento dos cursos, planejamento da criação e atualização dos mesmos, elaboração do calendário escolar, organização dos

conselhos de classe, acompanhamento do trabalho docente e implementação de intervenções pedagógicas para melhorar a conveniência e o desempenho acadêmico estudantil junto à CoTP, núcleos e coordenações de cursos.

- Direção Administrativa: subordinada à direção geral, coordena e executa atividades de planejamento, compras, contratos, transportes, patrimônio, almoxarifado, prefeitura do campus, gestão de pessoas, protocolo, manutenção e obras, segurança, contabilidade e orçamento, de acordo com as diretrizes do Instituto Federal do Rio de Janeiro.
- Secretaria Acadêmica: subordinada à direção de ensino dentre as finalidades, destaca-se o acompanhamento da vida escolar dos alunos do ensino médio técnico e integrado, desde o ingresso até a conclusão. Emite atestados de matrículas e históricos, solicita certificados e diplomas e gerencia requerimentos de trancamento, transferência e matrícula.
- Biblioteca: subordinada à direção de ensino, tem por objetivo atender aos interesses de leitura e informação dos discentes e da comunidade em que está localizada, promovendo o acesso à informação e a leitura de forma gratuita.
- Prefeitura do campus: subordinada à direção administrativa, tem por finalidade zelar, planejar e executar projetos e obras, realizar a manutenção e a conservação das áreas do campus, dos logradouros, das redes de abastecimento e captação, além do mobiliário do campus. É responsável pela gestão e fiscalização dos serviços de transporte e tem como atribuição manter os serviços de vigilância e monitoramento do campus.
- Protocolo do campus: subordinado à direção administrativa recebe, classifica e controla a tramitação de documentos assegurando a formação de processos.
- Coordenação e Gestão de Pessoas (COGP): subordinada à direção administrativa, é o setor responsável por planejar, coordenar, dirigir e supervisionar atividades relacionadas às políticas de recursos humanos, incluindo as de administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos. Executa e acompanha processos de cadastro, pagamento, capacitação, qualificação e progressão dos servidores, além de avaliar os estágios probatórios. Organiza e mantém atualizados os registros funcionais, emite certidões, declarações e atestados com base nesses registros. Providência relatórios e documentos relacionados a suas competências.
- Coordenação de Compras: subordinada à direção administrativa, tem como objetivo elaborar editais de licitação, bem como seus anexos, ouvindo as unidades demandantes de serviços ou materiais e solicitando informações técnicas quando necessário ou quando a lei e as normas assim determinarem, assessora a unidade requisitante na elaboração do termo de referência e do projeto básico e elaborar planilhas de formação de preços e mapas de riscos para os processos licitatórios, receber, instruir e encaminhar pedidos de compras, sejam eles para a licitação, dispensa ou inexigibilidade, promovendo pesquisa de preços quando aplicado, observa as competências de pregoeiros, membros de comissão de licitação e outras unidades do campus, encaminha a nota de empenho ao fornecedor monitorando

prazos de entrega e cobrando formalmente em caso de atraso. Orienta os fornecedores sobre o cadastramento no SICAF e outros registros. Encaminha pesquisas de preços a outros órgãos públicos e registra faltas cometidas por fornecedoras após devido processo legal.

- Almoxarifado do campus: subordinado à direção administrativa, é o local destinado à guarda, localização, segurança e preservação do material adquirido a fim de suprir as necessidades operacionais dos setores integrantes do *Campus* Niterói.
- Tecnologia da Informação (TI): subordinada à direção geral, é responsável por fomentar, sincronizar e orientar, interna e externamente, o sistema de informação do campus, mantendo os setores integrados com a rede do IFRJ e com a rede interna do campus, promovendo a manutenção, inovação e suporte aos setores do *Campus* Niterói.
- Coordenação de Extensão: subordinada à direção de ensino, é responsável por planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas de extensão e intercâmbio do IFRJ com sociedade e o mundo do trabalho. Tem como objetivo criar e implementar Políticas Extensionistas Institucionais, estimular a integração, a triangulação entre extensão, ensino e pesquisa e incentivar práticas acadêmicas que promovam a consciência cultural, ambiental e social. A coordenação estabelece mecanismos que inter relacionam o saber acadêmico e popular por meio de programas de extensão, fomentando ações integradas com a sociedade e possibilitando experiências práticas para os alunos. Também articula políticas públicas para o acesso à educação profissional e desenvolve projetos de acolhimento estudantil, assistência e apoio. Além disso, estabelece convênio para estágios, apoia políticas de integração Empresa-Escola e promove acompanhamento de egressos, sempre em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação e do Conselho Superior.
- Coordenação Técnico-Pedagógica (COTP): subordinada à direção de ensino, tem por objetivo, através do seu trabalho em equipe multiprofissional e de forma interdisciplinar, realizar ações de caráter individual ou coletivo, pontual ou contínuo, de acordo com o contexto, estimular a permanência e o êxito do estudante, buscando evitar a evasão escolar com ações de acolhimento psicológico e pedagógico, trabalhando integrado com professores e coordenadores, acompanhamento dos cancelamentos, trancamentos, licenças domiciliares, análise socioeconômica dos documentos dos estudantes que entram por Ação Afirmativa, participação com trabalho psicopedagógico com diversos núcleos de apoio e estudos como o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), o NUGEDS (Núcleo de gênero e diversidade sexual) e o NIAB (Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas)
- Coordenação de Turno (COTUR): subordinada à direção de ensino, zela pela manutenção da disciplina dos estudantes, realiza o registro de ocorrências e conduz os procedimentos necessários junto à Comissão Disciplinar, conforme Regulamento do IFRJ e as Normas Disciplinares Discentes do *Campus* Niterói. Informa aos

estudantes avisos de professores e de aulas, mudanças de horários, reuniões e eventos, divulga os horários escolares, a cada período letivo, em ação integrada com a Direção de Ensino, organiza o "Achados e Perdidos" do campus, verifica periodicamente as instalações das salas de aula, dispõe as turmas nas salas de aula, em conjunto com a Direção de Ensino, as coordenações de cursos e a Prefeitura do campus, organiza e entrega os armários aos estudantes no início do período letivo.

O mais importante: todos os setores estão interligados entre si, pois a Secretaria não obteria as informações suficientes se não fosse a rede de informática fornecida pela TI, ou não teria informações de alunos em situação de necessidades de ajuda psicológicas se não fosse a COTP, não conseguiria produzir documentos se não fosse o setor de Compras ou o Almoxarifado, verificar a devolução de livros se não fosse o controle da biblioteca, a COGP não obteria informações suficientes de seus servidores se não fosse a TI, a produção de documentos se não fossem os setores de Compras e Almoxarifado. Ou seja, nenhum setor é auto suficiente, sempre dependerá de outros setores para dar continuidade aos seus trabalhos e, conseqüentemente, os docentes, discentes também encontram-se nesse ciclo de interdisciplinaridade selando compromisso com o *Campus* Niterói do IFRJ, com a Educação Profissional e Tecnológica. A escola pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, oferecendo suporte para que os alunos se tornem éticos e exerçam a cidadania construindo cidadãos para o mundo do trabalho.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO (TAE) E O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CAMPUS NITERÓI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ

Pesquisador: ROGERIO KLEM VARGAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79429124.0.0000.5268

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.336.386

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta ao parecer Número do Parecer: 6.858.577, que segundo o documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2270017.pdf Este estudo adota uma perspectiva qualitativa, pois busca aprofundar a compreensão de diversos aspectos relacionados a uma organização. É categorizado como uma pesquisa de natureza exploratória, pois tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito; possui uma abordagem de pesquisa aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, o que, no contexto desta pesquisa, significa investigar uma situação real, aplicada ao cotidiano da atividade no Campus Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em análise que tem como questão central a orientação ao Técnico Administrativo em Educação (TAE) quanto ao seu importante papel na Educação Profissional Tecnológica (EPT). Para compreender a realidade no local da pesquisa, 15 técnicos administrativos em educação do Campus Niterói do IFRJ serão entrevistados por meio de um questionário com perguntas abertas. Posteriormente, será realizado um grupo focal para discutir suas visões sobre os temas a serem discutidos

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 **Fax:** (21)3293-6000 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ

Continuação do Parecer: 7.336.386

que são a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o mundo do trabalho em seus contextos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Com base nas demandas propostas como Problema, o objetivo geral é contribuir para o desenvolvimento de estratégias de valorização do TAE no contexto da sua atuação em EPT no Campus Niterói do IFRJ através de uma série de tópicos em um vídeo animado, VídeoScribe, direcionados ao Técnico-Administrativo em Educação do referido campus para que ele entenda o foco estratégico do seu trabalho junto aos objetivos, finalidades e características da instituição, tendo como meta o seu fortalecimento institucional.

Investigar a importância do TAE para ao fortalecimento da Rede Federal e para a EPT; Entender as funcionalidades do setor em que atua, como também quanto aos demais setores do Campus Niterói do IFRJ e como eles interagem entre si.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos são os relacionados com o emocional do entrevistado, a partir do momento em que ele coloca o seu ponto de vista a respeito do seu trabalho, em que ele poderá não se perceber como participante do processo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), levando-o a uma crise de identidade profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de mestrado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos

Recomendações:

Aprovar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovar

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFRJ), de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 **Fax:** (21)3293-6000 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ**

Continuação do Parecer: 7.336.386

proposto. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que seja devidamente apreciadas no CEP, conforma Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d. A observância dos prazos de envio dos relatórios parciais ou finais é estritamente de responsabilidade do pesquisador. A não obediência aos prazos estipulados poderá implicar a NÃO APROVAÇÃO dos relatórios

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2270017.pdf	28/11/2024 20:19:23		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	28/11/2024 20:17:09	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_ROGERIO_KLEM_VARGAS_v3_28nov24.pdf	28/11/2024 20:11:30	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_teste.pdf	26/08/2024 11:54:23	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Teste_projeto.pdf	19/03/2024 14:54:17	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Outros	Teste_compromisso_orientador.pdf	14/03/2024 18:03:10	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Outros	Teste_compromisso_pesquisador.pdf	14/03/2024 17:52:06	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Orçamento	Teste_orcamento.pdf	14/03/2024 17:42:14	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Cronograma	Teste_cronograma.pdf	14/03/2024 17:29:34	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Outros	Teste_anuencia.pdf	14/03/2024 17:21:23	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito
Outros	Texte_instrumento.pdf	09/03/2024 13:02:08	ROGERIO KLEM VARGAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 **Fax:** (21)3293-6000 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ

Continuação do Parecer: 7.336.386

RIO DE JANEIRO, 17 de Janeiro de 2025

Assinado por:
Angela M Bittencourt
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 **Fax:** (21)3293-6000 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br